LUIZ ROGÉRIO OLIVEIRA DA SILVA

A CRÔNICA DA REFORMA AGRÁRIA EM CAIO PRADO JÚNIOR E NOS TEXTOS PECEBISTAS

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Cláudio Henrique de Moraes Batalha.

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 20/07/2002

BANCA

Prof. Dr. Cláudio Henrique de Moraes Batalha (Orientador)

Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço

Prof. Dr. Michael Hall

Prof. Dr. Paulo Henrique Martinez

Prof. Dr. Rubem Murilo Leão Rêgo

Prof. Dr. Ítalo Arnaldo Tronca (suplente)

Prof. Dr. Sidney Chalhoub (suplente)

Julho de 2002

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNIDADE IFCH
Nº CHAMADA T/UNICAMP
Si38c
V _____ EX _____
TOMBO BCI 50412
PROC 16-837102
C _____ DA _____
PREÇO 23.11,00
DATA 16-08-02
Nº CPD _____

CM00172536-B

BIB ID 255826

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Silva, Luiz Rogério Oliveira da
Si38c **A Crônica da reforma agrária em Caio Prado Júnior e nos
textos pecebistas / Luiz Rogério Oliveira da Silva. - - Campinas,
SP : [s. n.], 2002.**

Orientador: Cláudio Henrique de Moraes Batalha.
**Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Prado Júnior, Caio, 1907-. 2. Partido Comunista Brasileiro.
3. Reforma agrária. 4. Movimentos sociais rurais. I. Batalha,
Cláudio Henrique de Moraes. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

RESUMO

O objetivo deste trabalho é revisitar o debate em torno do tema da reforma agrária na obra de Caio Prado Júnior, sobretudo nos textos escritos por este autor durante a década iniciada em 1960. Na intenção de apresentar o polêmico percurso demarcatório das divergências do historiador e militante paulista com o seu partido – o PCB (Partido Comunista do Brasil e, com o tempo, Partido Comunista Brasileiro) –, destaco a relação temática da defesa de uma redistribuição da propriedade da terra com as diversas leituras interpretativas do meio agrário brasileiro. Neste sentido, procuro situar as tensões recorrentes no contexto da mobilização dos trabalhadores do campo à luz da diversidade de projetos políticos para o desenvolvimento social no país. Tarefa que tem no intelectual Caio Prado Júnior um de seus principais e mais originais intérpretes.

PALAVRAS-CHAVE: Caio Prado Júnior; Reforma Agrária; Partido Comunista Brasileiro; Movimentos Sociais Rurais; História e Política.

ABSTRACT

The objective of this work is to revisit the debate about the land reform theme in the works of Caio Prado Junior, especially in his texts written in the 1960s. In order to present the controversial course of events which marked the disagreements between the historian and militant from São Paulo and his political party – the PCB (Communist Party of Brazil and, later, Brazilian Communist Party) -, I highlight the thematic relation in defense of a redistribution of land ownership with the different interpretations of the Brazilian agrarian environment. Thus, I try to situate the recurring tensions in the context of the rural workers movement in the light of the diversity of political projects for the social development in the country. This finds its most important and original interpretations in the works of Caio Prado Junior.

KEY WORDS: Caio Prado Junior; Land Reform; Brazilian Communist Party; Rural Social Movements; History and Politics.

AGRADECIMENTOS

De saída ocorre-me não propriamente um agradecimento, mas um reconhecimento pelo afeto e pela paciência revelados pela minha companheira Dione Lolis e, em outro sentido igualmente especial, pela minha filha Marina.

Alguns amigos também contribuíram de formas diferentes e sobretudo generosas para facilitar a vida de quem, dentre outras coisas, também se vê compelido a escrever uma Tese. São eles: Luiz Elias Sanches, João Batista Ismério, Antonio Negro (Gino), Ângelo Priori, Luciana Pomari, Jairo Pacheco, Lucia Helena, Luiz Norder, Rosimeire Castro e Cristiano Passos.

Sem que sequer tenham sido por mim alertados, os participantes dos movimentos sociais no campo conferem sentido ao meu interesse, desde a graduação, pelo tema da reforma agrária. A luta cotidiana destes protagonistas da História brasileira é um verdadeiro exemplo de resistência e compromisso.

No Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, tive a satisfação de contar com o apoio do meu orientador, Cláudio Henrique de Moraes Batalha, e dos professores Marco Aurélio Garcia e Michael Hall. Na reta final, mais exatamente no Exame de Qualificação, colaboraram os professores Rubem Murilo Leão Rêgo e Fernando Antonio Lourenço.

Sou grato aos meus colegas do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina pela licença concedida e que foi fundamental para viabilizar este trabalho.

Da mesma forma, é imprescindível registrar a importância da Bolsa de Estudos obtida através do convênio UEL/PICD/CAPES, sem a qual esta pesquisa dificilmente teria iniciado.

SUMÁRIO

Considerações Iniciais.....	7
Capítulo 1. A Difícil Tarefa De (Re) Conhecimento Do Brasil.....	13
1.1 – <i>Agrarismo e industrialismo</i> : o esforço do reconhecimento primordial.....	25
1.2 – O documento de 1929: uma leitura das relações sociais no campo.....	44
1.3 – Dos embaraços da esquerda no campo.....	55
Capítulo 2. A (Sin) Crônica Da Reforma Agrária Por Caio Prado Júnior.....	73
2.1 – O brasil que o Brasil não reconhece.....	77
2.2 – A essência do debate: a miséria material dos homens no campo.....	85
2.3 – Resquícios feudais no Brasil agrário?.....	99
2.4 – A pequena propriedade, o “latifúndio improdutivo” e a reforma agrária.....	104
2.5 – <i>A revolução brasileira</i>	123
Capítulo 3. O Crônico No Debate Sobre A Reforma Agrária.....	146
3.1 – O contraditório sobre <i>A revolução brasileira</i> de Caio Prado.....	158
3.2 – O PCB e a reforma agrária radical no pré-64.....	169
Considerações Finais.....	177
Bibliografia Citada e Consultada.....	181

A CRÔNICA DA REFORMA AGRÁRIA EM CAIO PRADO JÚNIOR E NOS TEXTOS PECEBISTAS

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As pessoas que transitam pelo ambiente universitário brasileiro são frequentemente surpreendidas pela quantidade de títulos enigmáticos utilizados para identificar desde trabalhos de graduação a teses de livre-docência. Temo que *A crônica da reforma agrária em Caio Prado Júnior e nos textos pecebistas* possa vir a fazer parte deste rol de títulos difíceis de entender. Neste caso, não pela escolha de palavras distantes do universo vocabular de domínio público, ou marcadas pelo abuso de um sentido metafórico, tão em voga ultimamente.

De fato, com a provável exceção de pecebistas, palavra ainda não dicionarizada e restrita a um círculo de interessados na trajetória do PCB (Partido Comunista do Brasil e, com o tempo, Partido Comunista Brasileiro), e a menção ao historiador Caio Prado, que apesar de ser considerado um intérprete original da História do Brasil é hoje um ilustre desconhecido mesmo para os estudantes vinculados aos cursos de humanas das Instituições de Ensino Superior, as demais se constituem em vocábulos comuns ao mais domingueiro dos leitores de jornais. Penso até que a dificuldade para compreender o título escolhido

pode advir exatamente desta presença corriqueira de palavras como “crônica” e “reforma agrária”. Afinal, mesmo considerando que os cronistas estejam circunscritos pela militância ou pela interlocução com o PCB, como viabilizar a compilação de uma temática absolutamente polêmica em tão poucas páginas?

Ousar responder a semelhante indagação para justificar a minha escolha seria cair em uma armadilha ainda mais sutil: a de que assim procedendo julgo ser possível realizar tal tarefa. Prefiro manter o título e procurar, desde já, delimitar o que pretendo efetivamente colocar em discussão nesta reflexão.

Começo pelo mais simples. Conforme já mencionei acima, limito-me aqui ao exame dos textos e documentos produzidos pelos integrantes do PCB e, quando necessário para uma compreensão mais matizada, por indivíduos ou instituições que dialogaram com o partido. Para tornar esta proposta de análise razoável, concentro-me na década de 60 do século passado e não avanço além do contexto da elaboração do Estatuto do Trabalhador Rural.

Para que os termos do debate sobre a reforma agrária nos conturbados anos sessenta possam ser minimamente explicitados é fundamental realizar um retrospecto do modo como o PCB encarou a temática desde as suas origens. Essa espécie de introdução, que caracteriza o primeiro capítulo, “A difícil tarefa de (re) conhecimento do Brasil”, vai um pouco além da mera narrativa de alguns momentos dos tempos remotos daquela organização partidária. Na verdade ela tem a pretensão de principiar a configuração da problemática agrária a partir do tratamento e da atuação do partido no campo. O que significa assinalar os impasses interpretativos da militância e dos intelectuais do PCB nesta busca pelo conhecimento da situação nacional que se queria revolucionar, em particular os

obstáculos referentes às diretrizes programáticas e à prática organizativa junto aos trabalhadores rurais. Para isso, inicio o capítulo tratando a obra *Agrarismo e industrialismo*, redigida por Octávio Brandão nos idos de 1924/1926, como um documento privilegiado para pensar a tentativa original de análise da vida social nacional levada a cabo por um intelectual e militante do PCB. Em seguida, apresento a contribuição do primeiro documento partidário especificamente escrito para orientar a militância do partido na inserção e organização das lutas sociais no campo. A leitura destes dois textos essenciais serve de base para um bosquejo sobre a natureza dos embaraços da atividade política junto aos trabalhadores rurais, que durante a década de trinta contaram com a decisiva interferência da aquisição acrítica das teses preconizadas pela III Internacional Comunista. Cabe assinalar que o meu objetivo neste capítulo inicial não é esgotar a análise do “problema camponês” existente na vasta documentação produzida pelo partido na preparação dos seus eventos organizativos como Conferências e Congressos. Daí a seleção e a leitura minuciosa de dois textos que considero chaves para entender a perspectiva do partido para o campo brasileiro. Por fim, espero que o material apresentado neste capítulo introdutório venha a contribuir para situar os vários elementos que articulam a chamada luta pela reforma agrária com a discussão sobre o modelo de desenvolvimento social discutido pelos comunistas do PCB para o Brasil.

No capítulo dois, intitulado “A (sin) crônica da reforma agrária por Caio Prado Júnior”, procuro expor os argumentos do historiador sobre as transformações necessárias para a melhoria das condições de vida e trabalho no meio rural. A vasta contribuição do intelectual e militante comunista é utilizada para situar as críticas do autor aos documentos e estudos elaborados pelo partido para traçar a sua linha programática para o campo

brasileiro. Trata-se de uma ênfase calculada para recolocar em primeiro plano a análise do intelectual paulista sobre o papel da reforma agrária nas transformações sociais, que concebo como precursora de várias elaborações teóricas e das propostas de políticas públicas disseminadas posteriormente. Assim, nada mais presumível do que o investimento ampliado nos textos que propiciam o conhecimento da obra de Caio Prado no tocante as implicações da realização de um reordenamento fundiário para o Brasil. Todavia, como que para preservar a afinidade temática, principio o segundo capítulo interessado em recuperar um desdobramento acadêmico para o dualismo anteriormente manifesto em *Agrarismo e industrialismo*. Neste sentido, apresento brevemente em “O Brasil que o Brasil não reconhece” os passos que levaram a construção da tese dos *Dois Brasis*. Esse item introdutório aos textos de Caio Prado fornece as linhas gerais de uma argumentação contestada pelo historiador. Logo, boa parte do capítulo dois dedica-se as proposições de Caio Prado para o problema agrário, que foram sintetizadas em três tópicos: “A essência do debate: a miséria material dos homens no campo”, “Resquícios feudais no Brasil agrário?” e “A pequena propriedade, o ‘latifúndio improdutivo’ e a reforma agrária”. Ainda neste capítulo, apresento o destaque assumido pela aplicação da legislação trabalhista para o campo no controvertido *A revolução brasileira*, escrito por Caio Prado após o golpe militar de 1964. Essa rápida e delimitada mostra do esforço interpretativo do historiador tem como objetivo entender o deslocamento percebido na sua trajetória político-intelectual, que conduz Caio Prado da defesa irrestrita da reforma agrária para a prioridade atribuída à luta pela regulamentação do trabalho rural.

No terceiro e último capítulo tenciono recuperar o acalorado debate travado por alguns interlocutores de Caio Prado no PCB, concentrando esforços na polêmica sobre o

tema da reforma agrária no interregno dos anos 50 e 60. Estabelece-se assim uma discussão de vários comunistas com Caio Prado que, a meu juízo, justifica a extensa apresentação da abordagem do historiador levada a cabo no capítulo anterior. Na verdade a problemática da reforma agrária articula algumas outras questões essenciais para a compreensão do Brasil contemporâneo. Nesta direção, situar “O crônico no debate sobre a reforma agrária”, título escolhido para este terceiro capítulo, é antes de tudo refletir sobre temas como: os limites do projeto democrático na sociedade brasileira, os caminhos possíveis para o desenvolvimento social no contexto de uma modernização capitalista periférica e a interdependência dos fatores econômicos com as agruras de uma representação política conturbada pela atuação de um Estado autoritário. Tais problemas relacionam-se com o debate sobre a reforma agrária e assinalam a relevância dos textos de Caio Prado.

Para finalizar estas considerações iniciais cabem duas observações preventivas. A expressão “reforma agrária”, em destaque no título desta Tese, nem sempre aparece explicitamente durante a análise. Atribuo isso ao entendimento de que a redistribuição das terras concentradas nas mãos de poucos enfeixa um universo mais amplo de questões, que merecem ser apontadas para qualificar a secular polêmica acerca desta temática. Logo, quando o material examinado trata de atraso versus progresso, industrialização, alteração das relações sociais dos trabalhadores rurais, embate teórico sobre o conceito de feudalismo para o Brasil, participação dos rurais na revolução brasileira e etc., estou convicto de que o mote da reforma agrária encontra-se inteiramente em discussão.

Outro alerta ao leitor está relacionado com a intenção recorrente de formalizar as várias representações sobre os homens que vivem no campo. Ao longo da investigação conversei com muitos interlocutores que me colocaram a seguinte pergunta: “É possível

enxergar os ‘camponeses’ de outra maneira?”. Aqui também, como no instante em que deixo no ar a indagação sobre a viabilidade de uma síntese para um debate tão polêmico quanto a reforma agrária, não me atrevo sequer a replicar. Entretanto, acredito ser necessário buscar um certo distanciamento dos prejuízos difusos tanto no PCB quanto em boa parte do senso comum intelectual, pelo menos até que tais sujeitos sociais motivem a consecução de novos projetos de pesquisa dispostos a localizar fontes para uma abordagem diferenciada do tema.

Creio que essa última perspectiva vale também para os que consideram Caio Prado Júnior um autor datado. A minha experiência com a leitura de alguns de seus textos me mostrou o oposto. O historiador pode ser tranqüilamente concebido como o precursor de algumas respostas para o problema das relações sociais no campo até hoje menosprezadas. Sua sensibilidade como militante confere a sua produção intelectual um imbricamento com a realidade poucas vezes notado entre os que foram duplamente desdenhados: pela academia e pelo partido que ele ajudou a construir.

CAPÍTULO 1

A DIFÍCIL TAREFA DE (RE) CONHECIMENTO DO BRASIL

1.1 – Agrarismo e industrialismo: o esforço do reconhecimento primordial

1.2 – O documento de 1929: uma leitura das relações sociais no campo

1.3 – Dos embaraços da esquerda no campo

CAPÍTULO 1 – A DIFÍCIL TAREFA DE (RE) CONHECIMENTO DO BRASIL

Há uma certa predição na narrativa de um episódio que marca a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB), em março de 1922. Os dois primeiros dias do I Congresso Nacional, responsável pela organização do partido, tiveram lugar na sede compartilhada por duas importantes associações de trabalhadores da época – a União dos Alfaiates e a União Geral dos Metalúrgicos –, localizada na cidade do Rio de Janeiro. Porém, as duas últimas sessões, ambas realizadas no dia vinte e sete, foram transferidas para a casa do pai de um dos nove participantes do evento, o jornalista Astrogildo Pereira. Tal providência foi motivada pela precaução deste último com a segurança do grupo, tendo em vista a possibilidade da repressão policial. Essa cautelosa transferência teria sido acompanhada de uma singular preocupação: não sobressaltar as duas tias já idosas de Astrogildo, que residiam na casa de número 651 da então pacata rua Visconde do Rio Branco, em Niterói.

“Cristiano Cordeiro, secretário do congresso e que, por isso, aparece – na fotografia dos participantes – segurando o livro de atas, recorda-se do pedido feito por Astrogildo a um dos delegados para que cantasse a

‘Internacional’ com menos entusiasmo. Astrogildo não revelara às tias o que se passava”¹.

Pouco importa, neste caso, a veracidade ou não do episódio acima descrito. Afinal, a recordação do que efetivamente aconteceu em 1922, por Cristiano Cordeiro, criador do Círculo de Estudos Marxistas do Recife, pode bem se confundir com o registro de uma memória revestida da autoridade de relato oficial do I Congresso, que oblitera momentos considerados insignificantes se comparados ao acontecimento inaugural em si. O fato realmente relevante é a realização da reunião dos nove delegados, representando cerca de setenta membros de organizações políticas de quatro Estados brasileiros, com o objetivo de fundar o partido comunista brasileiro. A mudança do local dos trabalhos, da sede dividida por duas importantes agremiações dos trabalhadores existentes à época para um endereço particular da confiança de um militante, apenas antecipa uma apreensão que se constituiria em uma das marcas registradas da história do PCB: a resistência contra a implacável perseguição dos detentores do poder no Brasil².

Mensurar o entusiasmo com que os delegados cantaram a Internacional também não é algo essencial. Pode-se intuir, conhecendo a trajetória de engajamento dos

¹ John W. F. Dulles, *Anarquistas e comunistas no Brasil*, 2ª. ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977, p. 147. O episódio é contado também por Dulce Pandolfi, *Camaradas e companheiros*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará/Fundação Roberto Marinho, 1995, p. 75. A autora, que toma por base uma entrevista de Cristiano Cordeiro diferente daquela utilizada por Dulles, menciona também em seu texto a versão contraditória apresentada por Astrogildo Pereira, na qual o fundador do PCB reafirma o relato existente na revista *Movimento Comunista* sobre o encerramento do Congresso: “entoando os delegados, de pé, comovidamente, as estrofes da Internacional. Um viva a terceira internacional! e estavam terminados os trabalhos preliminares da fundação do Partido Comunista do Brasil”, ver Dulce Pandolfi, *ibidem*.

² Astrogildo Pereira contextualiza bem o crítico momento da fundação: “convém recordar que a formação do Partido se processou durante meses de extrema tensão política, motivada sobretudo pela campanha da sucessão presidencial. Realizada a eleição a 1º de março de 1922, a luta política, em vez de amainar, cresceu de intensidade e virulência. A 5 de julho, o Forte de Copacabana tomou a palavra. Foi vencido, mas continuou fumegando. O governo decretou o estado de sítio. Com isso, viu-se o Partido jogado na ilegalidade, três meses e pouco depois do congresso de fundação”, In Astrogildo Pereira, *Formação do PCB: 1922/1928, notas e documentos*, Rio de Janeiro, Editorial Vitória, 1962, pp. 54-55.

participantes nas lutas populares das primeiras décadas do século vinte, que certamente a comoção tomou conta do recinto em que estavam. Todavia, constatar que ao final do encontro os participantes saudaram a Terceira Internacional Comunista, após lembrar com a entoação das estrofes do hino emblemático a Associação Internacional dos Trabalhadores, criada em 1864 e extinta em 1876, é uma informação carregada de significado. Na verdade, a mística para o desfecho do I Congresso não surpreende. A simples leitura da pauta estabelecida para os trabalhos naqueles três dias de março explica a homenagem à luta sem fronteiras dos trabalhadores. Um dos temas mais discutidos foi exatamente a análise das vinte e uma condições para o reconhecimento do PCB como membro da Internacional Comunista, conforme se depreende do trecho abaixo.

“As 21 condições de admissão estabelecidas pela Internacional Comunista foram objeto de minucioso e demorado exame por parte dos delegados presentes, sendo discutidas e aceitas, unanimemente, uma a uma”³.

É difícil imaginar outro remate que não a aceitação das teses da Internacional por unanimidade. Sobretudo quando se considera que o próprio texto do Estatuto partidário, aprovado em caráter provisório ao final do Congresso, incorporava como subtítulo para o nome “Partido Comunista” a expressão “Seção Brasileira da Internacional Comunista”. No entanto, entendendo a vinculação do partido aos interesses do movimento comunista mundial como uma deliberação influenciada pelo êxito então recente da Revolução

³ Eliezer Pacheco, *O partido comunista brasileiro (1922-1964)*, São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1984, p. 87.

Soviética, é preciso retomar o vaticínio presente na narrativa que serve de pretexto para essa introdução: “para que cantasse a Internacional com menos entusiasmo”⁴.

Penso ser indispensável destacar, a partir do relato que narra o pedido de Astrojildo para um dos delegados, que a organização partidária referencial para a atuação da esquerda no país inicia sua difícil peleja política consciente das suas insuficiências, apesar do ímpeto com que os militantes abraçaram a causa revolucionária já no primeiro instante. Além do reconhecimento de uma debilidade teórica latente e da urgente necessidade de interpretar, à luz do materialismo histórico, a sociedade nacional, verifica-se também a preocupação do PCB em ampliar o contingente de indivíduos pertencentes às classes subalternas que ele buscava organizar.

O partido combinaria assim, desde as suas origens, esse misto de ousadia com uma extrema dificuldade em aglutinar os setores populares privilegiados para o sucesso da revolução social desejada. Ousadia porque, além de defender estrategicamente uma guinada na estrutura social brasileira, no plano da prática política imediata realizou uma dupla inovação:

“a opção, no momento da fundação, foi pela criação de uma agremiação de âmbito nacional. Num país onde só existiam partidos regionais, este era,

⁴ É um equívoco subestimar o potencial arregimentador de um evento como a Revolução Russa de 1917. Para vários analistas ele é a referência que contextualiza a criação do PCB naquelas circunstâncias políticas. Marco Aurélio Garcia, por exemplo, destaca que: “a importância de uma revolução está dada não só pelas transformações econômicas, sociais e políticas que ela é capaz de produzir, mas também, e talvez principalmente, pela força do seu exemplo, por sua capacidade de ocupar o imaginário de gerações futuras e de se transformar, para elas, em um paradigma intelectual e de ação”, citado In Dulce Pandolfi, *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará/Fundação Roberto Marinho, 1995, pp. 51-52. O próprio Astrojildo Pereira confirma essa percepção quando sugere que, apesar “da completa ignorância, reinante em nosso meio, acerca do Partido de Lênin e Stálin”, o episódio da Revolução de 1917 foi fundamental “para esclarecer os melhores elementos do anarco-sindicalismo brasileiro e levá-los ao rompimento com os dogmas e preconceitos do anarquismo e à plena aceitação de princípios da ditadura do proletariado e das 21 condições de adesão estabelecidas pela III Internacional”, In Astrojildo Pereira, *Formação do PCB: 1922/1928, notas e documentos*, pp. 27-28.

sem dúvida, um fato novo. Outra novidade era o seu caráter eminentemente urbano, num país de tradição predominantemente rural” (grifos meus)⁵.

De certa forma, a presença de partidários atuando em cidades como Porto Alegre, Recife, São Paulo e Rio de Janeiro, bem como a possibilidade efetiva de agregar imediatamente militantes de Santos e de Juiz de Fora, favorece essa pretensão de partido empenhado em organizar-se em todo o território nacional. Os núcleos responsáveis pelo rito fundador localizavam-se nas cidades que traduziam o que de mais importante existia no país em termos de movimentos sociais contestatórios nos anos vinte. Deste ponto de vista, a ambição de representar os interesses da revolução proletária no Brasil teve um começo promissor. O que teria contribuído para o PCB, logo de saída, propor um “acerto de contas” com a tradição fortemente influenciada pelas lutas sociais implementadas pelos libertários. Essa difundida superação do ideário e da prática identificadas com o anarquismo será brevemente explicitada adiante para contextualizar a aceitação das teses da III Internacional pelos pecebistas⁶. Ela importa na medida em que não se tratava de uma disputa meramente teórica, mas que tinha claras implicações no campo da organização da luta dos trabalhadores e pelo controle político das suas associações mais combativas⁷.

Para os objetivos desta Tese, as divergências na percepção de mundo esboçadas pelos diferentes segmentos da esquerda não são tão relevantes. O fundamental é perceber o campo da política como o espaço em que se trava uma intensa disputa entre projetos

⁵ Dulce Pandolfi, obra citada, p. 70. Essa afirmativa é corroborada pelo relato de Astrojildo Pereira: “tinha-se em vista estabelecer certos pontos de apoio nas regiões onde havia alguma concentração de massa operária. Compreendia-se, por outro lado, que o Partido devia ter desde o início um caráter definido de partido político de âmbito nacional”, In Astrojildo Pereira, obra citada, p. 51.

⁶ Um olhar crítico sobre essa propalada superação do PCB em relação ao anarcossindicalismo encontra-se em Marco Aurélio Garcia, “Contribuições para uma história da esquerda brasileira”. In Reginaldo Moraes e outros (orgs.), *Inteligência brasileira*, São Paulo, Brasiliense, 1986, principalmente pp. 203-206.

⁷ Conferir John W. F. Dulles, *Anarquistas e comunistas no Brasil*, principalmente pp. 132-191.

políticos bastante diferenciados, que, em regra, buscam cooptar os indivíduos muitas vezes distanciados do centro produtor dos problemas, programas, análises e acontecimentos reivindicados como genuinamente políticos. De modo que cabe entender o ato da fundação do PCB, mau grado seu relativo isolamento, como a tentativa de legitimar e explicitar a elaboração de um discurso competente, isto é, como o estabelecimento daquelas diretrizes pelos partidos que orientam os destituídos da compreensão do processo revolucionário

“para a conquista do poder e que propõem aos seus militantes e aos seus eleitores não só uma doutrina mas também um programa de pensamento e de acção, exigindo por isso uma adesão global e antecipada (...) A *fides implicita*, delegação global e total pela qual os mais desfavorecidos concedem em bloco ao partido de sua escolha uma espécie de crédito ilimitado, deixa caminho livre aos mecanismos que tendem a retirar-lhes a posse de qualquer controlo sobre o aparelho. Isto faz com que, por estranha ironia, a concentração do capital político nunca seja tão grande, salvo intervenção deliberada (e improvável) em sentido oposto, como nos partidos que se propõem como objecto a luta contra a concentração do capital económico”⁸.

O destaque concedido pelo militante Octávio Brandão para o fato de que os critérios para admissão no PCB eram mínimos, bastando “ter 18 anos, assinar a ficha de filiação e pertencer ao sindicato da categoria, quando este existisse”⁹, reforça a idéia de que o principal era agregar partidários e simpatizantes em torno da tese da construção do partido revolucionário. Ora, em um partido sem penetração numérica expressiva no conjunto dos trabalhadores, semelhante atitude contribui para desenvolver a expectativa de

⁸ Pierre Bourdieu, *O poder simbólico*, Lisboa, Difel/Bertrand do Brasil, 1989, p. 167.

⁹ Eliezer Pacheco, *O partido comunista brasileiro (1922-1964)*, p. 88.

reter o monopólio da produção política e acentuar a concentração do poder decisório. Em outras palavras, percebe-se um terreno fértil para a imposição dos interesses políticos do núcleo dirigente, que com frequência se dispõe a “esclarecer” e organizar a massa “ignorante”. Mesmo a confissão das debilidades teóricas e da necessidade premente de conhecer com profundidade a situação social brasileira não impede a difusão de um discurso pecebista fortemente marcado pela convicção de quem está apto a prever os caminhos e o futuro da transformação social no país. Esse me parece um problema básico e que se configura como relevante para os propósitos da análise aqui em curso.

Desde o seu nascimento, o Partido Comunista do Brasil se identifica com o ideário caracterizado à época como “bolchevista” e preconiza a tática da “infiltração” no seio do operariado. Ainda em 1923, promove uma aliança com os chamados “cooperativistas” para derrotar o “sindicalismo libertário”. A tão sonhada conquista de adeptos junto ao movimento associativo e sindical beneficiou-se paradoxalmente da violenta repressão governamental, que atingiu duramente as organizações anarcossindicalistas naquele momento¹⁰. Na intenção de focar corretamente a crítica a postura de liderança incontestada assumida pelo PCB, cumpre reconhecer a existência de um ambiente propício para semelhante comportamento entre os que competiam pela hegemonia dos setores populares. Tal posicionamento disseminava-se, por exemplo, entre os “socialistas” que atuavam no início do século. Os que se reuniam em torno do jornal socialista *Gazeta Operária*,

¹⁰ Para refletir sobre a configuração social dos operários brasileiros no início do século vinte e conferir que nem todos os gatos cabiam no mesmo saco, isto é, que existiam relevantes “distinções entre os setores de produção, a diversidade da origem dos trabalhadores, a especificidade das dinâmicas regionais, a variedade das formas de organização e a constelação de correntes ideológicas”, ver Cláudio Henrique de Moraes Batalha, *O movimento operário na Primeira República*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.

fundado em outubro de 1902, possuíam uma concepção que remete o distanciamento entre partidos de oposição e suas bases sociais para tempos mais remotos.

“Os líderes socialistas percebiam-se e situavam-se como um grupo política e intelectualmente esclarecido – uma elite de extração não operária – cuja tarefa era divulgar um projeto libertador entre uma massa trabalhadora passiva e inconsciente por séculos de dominação. Sua visão sobre quem eram os trabalhadores não era nada otimista, e a crença em suas potencialidades não era das mais firmes”¹¹.

É bem verdade que o PCB contou sempre com a presença de militantes operários e que sua atuação viu com bons olhos as possibilidades de aglutinar a massa de trabalhadores espoliados em todos os sentidos. Porém, é também visível o descolamento do programa e da prática partidários da grande maioria da população vista como protagonista das transformações ambicionadas. A tensão verificável desde sempre na esquerda brasileira, ou mesmo naqueles que assim se autodenominam, entre o papel do pensamento social lastreado no chamado “socialismo científico”, considerado o avalista mor de um projeto preconcebido, e o raciocínio que exclui do cenário político e intelectual qualquer alternativa às certezas inabaláveis é um dado a ser considerado. Sua persistência na história do PCB, principalmente nos momentos em que o partido se dedica a difícil tarefa de interpretar a sociedade nacional, recomenda levar em conta o imprescindível questionamento formulado por Castoriadis, quando afirma que repetidamente o marxismo “impõe aos fatos a racionalidade que deles parece extrair”, e que,

¹¹ Ângela Maria de Castro Gomes, *A invenção do trabalhismo*, São Paulo, Vértice/Iuperj, 1988, p. 70.

“nessas condições, desaparece o problema primordial da prática: que os homens têm de dar a sua vida individual e coletiva uma significação que não é pré-designada e que têm de fazê-lo dentro de condições reais, que não excluem e nem garantem o cumprimento de seu projeto”¹².

No caso das leituras do social elaboradas pelos marxistas brasileiros simpatizantes ou integrantes do partido, a prefiguração do real apresenta-se, em diversos momentos, como um entrave sério ao conhecimento do Brasil. Isso não significa, sob nenhuma hipótese, desprezar a contribuição do PCB para a compreensão dos dilemas nacionais. Ao contrário, cabe assinalar que o esforço dos comunistas produziu resultados positivos em meio ao “contraste entre a concepção espessamente dogmática da teoria e a pertinência de muitas de suas observações e, até, previsões sobre a dinâmica objetiva do processo histórico nacional”¹³. O registro dessa contribuição decisiva merece ser ainda um pouco mais explorado na fala contundente de João Quartim de Moraes.

“A fecundidade teórica do materialismo histórico, mesmo quando utilizado em sua vulgata, é tanta, mormente levando em conta a indigência intelectual das classes dominantes – e portanto da cultura dominante –, que as idéias políticas dos primeiros intelectuais marxistas brasileiros desvendaram a dinâmica da evolução nacional na crítica conjuntura do final dos anos de 1920 com muito maior lucidez (notadamente no que concerne aos efeitos catastróficos da crise mundial – que Brandão e Astrojildo, apoiados em seu marxismo rudimentar, previram com muita antecedência – sobre a

¹² Cornelius Castoriadis, *A instituição imaginária da sociedade*, 2ª. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, p. 68.

¹³ João Quartim de Moraes, “A evolução da consciência política dos marxistas brasileiros”, In João Quartim de Moraes (org.), *História do marxismo no Brasil: os influxos teóricos*, vol. 2, Campinas, Editora da Unicamp, 1995, p. 56.

monocultura cafeeira de exportação) do que os intelectuais das classes dominantes” (grifos do autor)¹⁴.

O segundo aspecto relacionado a esse tema mais geral (a permanente tentativa de desvendamento do Brasil), e que se constitui na outra inovação decorrente da criação do PCB descrita anteriormente, deve ser explicitado com clareza: “o seu caráter eminentemente urbano, num país de tradição predominantemente rural”¹⁵.

Ao que tudo indica a tradição aqui referida pode ser encarada de duas formas: de um lado, como uma alusão à formação dos partidos políticos no Brasil até 1922, marcadamente influenciada pelos interesses da grande produção na agricultura, em consonância com as diferentes conveniências das elites econômicas citadinas nos vários Estados da Federação, com destaque para os setores envolvidos com o comércio e exportação; de outro, como a constatação inequívoca da importância do mundo rural para a compreensão do país, ou seja, a afirmação de que a natureza do Brasil urbano na década de vinte é uma categoria em construção e intimamente articulada com o que ocorre no campo.

É justamente o empenho dos pecebistas em conhecer o campo brasileiro, visando definir sua política de alianças para revolucionar as relações sociais no país, que primordialmente interessa examinar nos limites desta Tese. E, para tanto, é preciso tomar como ponto de partida uma assertiva vista como consensual entre os estudiosos da trajetória dos comunistas.

“Do tempo distante da fundação e dos primeiros anos, não só há o registro sincero da incapacidade de equacionar o ‘problema camponês’, por absoluta falta de dados e estudos, como, para surpresa, lá está também o primeiro

¹⁴ João Quartim de Moraes, “A evolução da consciência política dos marxistas brasileiros”, pp. 56-57.

¹⁵ Dulce Pandolfi, *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*, p. 70.

documento agrário do PCB, ‘Resolución sobre la cuestión campesina en Brasil’, de 1929”¹⁶.

A insistência com que os vários setores do PCB reafirmam essa incapacidade precisa ser melhor compreendida. Ao mesmo tempo em que se verifica uma quase obsessão retórica diante dos desafios apresentados pelo “problema camponês”, reitera-se o argumento da falta de estudos para subsidiar a atuação junto aos habitantes do campo, indiscutível maioria dos trabalhadores brasileiros, pelo menos até o início da década de sessenta do século vinte.

Quais os elementos principais para o entendimento dessa lacuna na elaboração teórica do partido? Até que ponto é possível atribuir tal incapacidade à ausência de estudos detalhados sobre as condições de vida e trabalho no meio rural? De que forma o tratamento conferido ao tema, nas análises e nos documentos oficiais, realmente contribui para elucidar o chamado “problema camponês”?

Para pensar sobre essas e outras indagações é necessário começar pela tentativa duplamente original realizada pelo militante e intelectual Octávio Brandão. Refiro-me aqui sobretudo ao ensaio *Agrarismo e industrialismo*, escrito por Brandão sob o pseudônimo de Fritz Mayer e considerado como um esforço inicial de interpretação do Brasil por um marxista e integrante do PCB. Vale a pena conceder ao texto pouco conhecido de Octávio Brandão um tratamento analítico que concebe a sua leitura como a decifração de um verdadeiro documento da História das duas primeiras décadas do século vinte brasileiro.

¹⁶ Raimundo Santos, “Feudalidade e prussianismo no pensamento agrário do PCB”, In Raimundo Santos (org.). *Questão agrária e política: autores pecebistas*, Seropédica, RJ, Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996, p. 15.

1.1– *Agrarismo e industrialismo: o esforço do reconhecimento primordial*

“O matuto, pachorrento, montado no burro. Vida monótona. Bebe um pouco de aguardente. Come um pouco de rapadura com farinha de mandioca (...). Transformar a fé mística do caboclo, do jagunço, do sertanejo, e dos camponeses numa fé revolucionária na luta pela libertação nacional e social. (...) Criar novos Canudos com a mesma bravura e tenacidade, mas com um novo conteúdo – revolucionário. Forjar novos Emilianos Zapatas, mas com um novo conteúdo (...)”¹⁷.

O trecho acima reproduz algumas das esparsas anotações existentes nas cadernetas manuscritas de Octávio Brandão. Tais anotações constituem-se num emaranhado de observações nitidamente pessoais e trazem informações valiosas sobre a compreensão de mundo do militante do PCB. De certo modo, o fato de terem sido elaboradas sob a forma de um diário sugere a possibilidade de uma leitura distinta daquela derivada dos artigos e demais publicações de Brandão. Neste sentido, a transcrição aponta para uma visão peculiar da atividade política junto aos trabalhadores do campo. Os registros utilizados encontram-se datados em fevereiro de 1952 e foram escritos logo depois de uma anotação profundamente reveladora do estado de ânimo do autor: “caçado há mais de 1 ano e 8 meses; doente, exausto; boicotado, isolado. Não tenho para onde ir”¹⁸.

O relato da solidão vivenciada por Brandão naquele instante é seguido de uma caricatura do homem do interior. Porém, a imagem burlesca do trabalhador rural encontra-

¹⁷ Octávio Brandão, *Cadernetas manuscritas*, 5 de fevereiro de 1952. Arquivo Edgard Leuenroth. *Cadernetas manuscritas do acervo Octávio Brandão*, Campinas, Pc 333-336, P 100.

¹⁸ Idem, *ibidem*.

se lado a lado com a crença na transformação das condições de vida no campo, que é inclusive associada à experiência radical dos sertanejos de Canudos. Tamanha convicção política está contida na fala de um dos personagens centrais da história progressista do PCB. Ao lado de Astrogildo Pereira, foi um dos precursores no esforço de interpretar a sociedade brasileira à luz do materialismo histórico e na condição de intelectual do partido. Nem mesmo o desterro político a que estava submetido nos anos cinquenta abalou a certeza de que seria possível conceber “novos Emilianos Zapatas, mas com um novo conteúdo”. E a questão que reporta a minha análise nesta Tese ao texto de Brandão é exatamente compreender qual seria este novo conteúdo então sonhado.

Farmacêutico por ofício e inicialmente anarquista por opção, Octávio Brandão ingressou no PCB, em novembro de 1922, e dedicou-se com afinco a prescrição do seu remédio predileto para as mazelas do mundo: a revolução social. Sua conversão do anarquismo para o comunismo foi um ato pensado e estudado (“Astrogildo forneceu os livros”), tendo ele chegado a seguinte conclusão: “desgraçado era aquele que de quando em quando não renovasse sua ideologia de acordo com sua experiência”¹⁹. Esse tino para efetuar as mudanças e assegurar a coerência política com suas idéias é acompanhado da inquietação em conhecer a sociedade brasileira. Entretanto, viu seu empenho abalado pelo fogo cruzado das críticas que “apontam para o mecanicismo da análise, para o esquematismo teórico e para a ingenuidade intelectual”²⁰. O alagoano, entusiasta escritor do livro *Canais e Lagoas*, teve o seu ensaio, diga-se de passagem redigido nas duras

¹⁹ John W. F. Dulles, *Anarquistas e comunistas no Brasil*, p. 151.

²⁰ Angelo José da Silva, “*Agrarismo e industrialismo: uma primeira tentativa marxista de interpretação do Brasil*”, *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, nº 8, 1997, p. 43. Este artigo preocupa-se com o resgate das contribuições do ensaio de Brandão para o conhecimento do Brasil na década de vinte, isto é, busca ir além do mero inventário das limitações do texto.

condições da clandestinidade, esquadrihado com rigor e chegou mesmo a assumir para si os erros decorrentes da sua análise na definição das diretrizes do PCB.

Não obstante a aridez presente em algumas dessas críticas, o fato é que o esforço contido em *Agrarismo e industrialismo* deve ser considerado realmente como duplamente original²¹. Trata-se da primeira tentativa sistemática de interpretação da sociedade brasileira levada a cabo por um integrante do PCB, que inclusive serviria de lastro para os debates realizados no II Congresso do partido, realizado em maio de 1925. E, não menos importante, constitui-se no trabalho em que pela primeira vez “estão presentes as classes sociais em confronto, a disputa de interesses políticos e econômicos, nacionais e internacionais”²². Embora a justaposição das classes e a valorização desmedida do econômico estimulem a polêmica em torno da obra e mereçam um tratamento mais aprofundado adiante.

A leitura do estudo redigido por Octávio Brandão, cujo subtítulo evoca o interesse analítico do autor: “ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil”²³, evidencia a sua importância como precursor de algumas teses reafirmadas em vários momentos pelos setores situados à esquerda no espectro político brasileiro. A ênfase na relação causal tripartite – econômica, política e psicológica – para assegurar a inevitabilidade de novas revoltas, como a ocorrida em 1924, relembra algumas

²¹ Para conferir uma crítica mais recente e que tem o mérito de expor com certo detalhe os argumentos de Brandão, ver Pedro Roberto Ferreira, *O conceito de revolução da esquerda brasileira 1920-1946*, Londrina, Editora da UEL, 1999, especialmente pp. 69-95.

²² Angelo José da Silva, “*Agrarismo e industrialismo*: uma primeira tentativa marxista de interpretação do Brasil”, p. 45.

²³ Outra intuição inovadora deste ensaio é registrada por João Quartim de Moraes: “muito provavelmente Brandão, se não forjou, ao menos empregou pioneiramente a mais tarde canônica expressão ‘marxismo-leninismo’, ou, mais exatamente, a forma adjetivada dessa expressão (‘ensaio marxista-leninista’)”. In João Quartim de Moraes, “A influência do leninismo de Stalin no comunismo brasileiro”, In Daniel Aarão Reis Filho e outros. *História do marxismo no Brasil: o impacto das revoluções*, vol. 1, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991, p. 77.

certezas revolucionárias que marcam a trajetória de várias agremiações partidárias, entre elas o próprio PCB.

“O governo promove juramentos solenes de que nunca mais haverá dessas revoltas no Brasil, ‘que nos mancham aos olhos do estrangeiro’, etc. Nós porém, que não confundimos os nossos desejos com a realidade, rimo-nos dessas ilusões. Assim é que, mesmo vencida definitivamente a segunda revolta, a terceira há de vir como uma necessidade fatal, porque as causas que têm originado esses movimentos persistem e persistirão ainda por bastante tempo”²⁴.

Merece destaque a frase: “nós que não confundimos os nossos desejos com a realidade”. Ela indica a vontade do autor de realizar “uma análise dessas lutas sob o ponto de vista do marxismo leninista”²⁵, ou seja, o compromisso de efetuar um estudo das rebeliões sociais dos estratos médios urbanos, ocorridas na década de vinte, a partir de um conjunto de princípios teóricos considerado revolucionário e alternativo em relação ao pensamento autoritário dominante à época. A afirmação também revela a percepção das transformações em curso e a competição pelo domínio da sua exata compreensão, bem como da clareza acerca do papel a ser desempenhado pelos vários segmentos e instituições sociais naquele processo de mudanças significativas. Numa perspectiva mais crítica, a frase pode ainda ser percebida como parcial e contraditória; pois está inscrita no mesmo parágrafo que admite que a terceira revolta “há de vir como uma necessidade fatal, porque as causas que têm originado esses movimentos persistem e persistirão ainda por bastante tempo”. Por último, a utilização da terceira pessoa (“nós que não confundimos”), além de

²⁴ Fritz Mayer. (pseudônimo de Octávio Brandão), *Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil*, Buenos Aires, s. ed., 1926, p. 3.

²⁵ Idem, *Ibidem*.

ser um estilo pessoal do autor, reforça a idéia de que o ensaio era concebido como o resultado de um estudo pormenorizado da sociedade brasileira pelo PCB.

Essa identificação do autor com o partido é um aspecto importante, na medida em que ela implica na aceitação do militante em experimentar a perseguição e a condição de viver na clandestinidade. Na intenção de contextualizar minimamente o clima político existente à época, vale a pena transcrever o registro de John Dulles, que de quebra apresenta uma explicação para a utilização do pseudônimo e para o local da edição do ensaio.

“Em janeiro de 1926, nas proximidades de seu quartel principal, a polícia invadiu e empastelou a tipografia onde se estava imprimindo *Agrarismo e Industrialismo*, composto em cerca de 200 páginas. Mas os policiais não encontraram sequer uma página do *Ensaio Marxista-Leninista*, porque o encarregado da tipografia e os operários, com grande sangue-frio e sem que os invasores percebessem, lançaram toda a composição na caldeira das linotipos. O trabalho de recomposição foi recommençado no mesmo estabelecimento, à noite e com maiores precauções. Finalmente, em abril de 1926, veio a público *Agrarismo e Industrialismo*, mencionando-se Buenos Aires como o local de sua edição, e Fritz Mayer como o autor”²⁶.

Prosseguindo com a apresentação de *Agrarismo e industrialismo*, Brandão realiza uma breve descrição do que considera como elementos centrais das esferas causais acima elencadas. A apreciação crítica desses elementos nacionais articulada à observação panorâmica da conjuntura internacional, que na concepção do autor “acentua a decadência do regime burguês”²⁷, conferem credibilidade “a fatalidade da terceira tentativa, que

²⁶ John W. F. Dulles, *Anarquistas e comunistas no Brasil*, p. 222.

²⁷ Octávio Brandão, *Agrarismo e industrialismo*, p. 5.

poderá ser vitoriosa se os combatentes souberem aproveitar as lições das derrotas”(Ibidem). Para o autor, a certeza de que o tecido social nacional antecipa revoltas vitoriosas é fruto de uma “análise minuciosa das condições complexas em que se encontra o país” (Idem, p. 6), cujo detalhamento parte da identificação de uma situação bem delimitada, “apesar do caos aparente ou real” (Idem, 7). A simples comparação dos indicadores econômicos nacionais com os índices verificados na economia estadunidense, por exemplo, configura um distanciamento vexatório do ponto de vista do desenvolvimento destes respectivos sistemas produtivos. Para aprofundar um pouco este argumento central, recorro a uma citação em que Brandão introduz um tema caro aos objetivos perseguidos nesta Tese:

“existem 13 mil estabelecimentos industriais quando, nos Estados Unidos, seu número se eleva a mais de 290 mil. Há 275 mil trabalhadores fabris, isto é, reduzido número de elementos de progresso real; já nos Estados Unidos só a Internacional General Electric Company Inc. tem mais de 80 mil, a United States Steel Corporation tem 215 mil e, em todo o país, há 13 milhões, enquanto a Alemanha possui 15 milhões. (...) Há uns 9 milhões de trabalhadores rurais, isto é, a dispersão, a descentralização, o analfabetismo, a inconsciência de classe, a servidão medieval; já nos Estados Unidos só existem 10 milhões e 900 mil numa população de 105 milhões...”²⁸.

²⁸ Octávio Brandão, *Agrarismo e industrialismo*, p. 7. Para estipular uma comparação, é interessante recorrer a uma citação de Astrojildo Pereira, que tem por base as informações contidas no Anuário Estatístico do Brasil de 1958: “o censo de 1920 apurou a existência de 13.569 estabelecimentos industriais em todo o Brasil, empregando 293.673 operários, isto numa população já superior a 30 milhões”, In Astrojildo Pereira, *Formação do PCB: 1922/1928, notas e documentos*, Rio de Janeiro, Editorial Vitória, 1962, p. 34.

Assim, o protesto dos dezoito do forte de Copacabana: “heróicos, mas ingênuos”²⁹, em julho de 1922; e, sobretudo, a revolta “que a pequena-burguesia nacional travou contra os fazendeiros de café” (Idem, p. 3), em julho de 1924, motivaram a realização de uma crítica inédita da situação social brasileira. O confronto estatístico absurdamente desfavorável ao Brasil, do ponto de vista do ensaísta, destaca a ausência de um desenvolvimento econômico autônomo. Há uma correspondência manifesta entre capacidade industrial e “progresso real”, ou seja, o desenvolvimento necessário ao país é o que incorpora a lógica da industrialização. Antecipa-se aqui, profeticamente, o principal debate que envolveu e aturdiu o PCB da sua fundação até a sua dissolução, ocorrida em janeiro de 1992. De modo que se pode considerar *Agrarismo e industrialismo* como uma contribuição seminal também na defesa de um paradigma clássico de desenvolvimento capitalista, que, no caso brasileiro, clama pela modernização e opõe-se ao “atraso” representado pelos interesses da grande propriedade agrária voltada para o mercado externo. Esse é um tema recorrente ao longo do ensaio, como se depreende com clareza na citação abaixo.

“Minas, dentro de cujos limites caberiam os territórios reunidos da Alemanha, Bélgica, Holanda, Suíça e Dinamarca, ocupa o 1º lugar na aliança com o Banco do Brasil, o 1º lugar na área dos estabelecimentos rurais, o 2º lugar no número destes e o 3º lugar no valor dos mesmos. Minas, Estado agrário, ocupa o 5º em força motriz e produção industrial, e o 6º em capital empregado na indústria. Num país pouco industrial como já é o Brasil, num país de pequena indústria, num país que só tem 31 fábricas com mais de 1.000 operários, num país de 32 milhões de habitantes, mas onde só existem 14 mil metalúrgicos...(...) Que poderão fazer os 18 mil

²⁹ Octávio Brandão, *Agrarismo e industrialismo*, p. 17.

operários, ainda atrasados, de Minas, submergidos na onda de um milhão e tanto de trabalhadores rurais dominados pelos vigários e fazendeiros?”
(grifos meus, Idem, p. 23).

Preocupado em situar os desdobramentos da revolta de 1924, Brandão radiografa a propagação do movimento em vários Estados e acaba realizando um breve diagnóstico econômico de cada um deles, como mostra o trecho acima sobre o Estado de Minas. Aliás, o ensaio também revela o seu valor quando recorre a uma diversificada documentação (censos, jornais, livros) para compor a sua análise daquele evento. Isso apesar do excesso de adjetivação na interpretação das fontes coletadas, por exemplo: “os revoltosos, como pequeno-burgueses subjetivistas, quiseram forçar a história, realizando a segunda revolta no mesmo dia da primeira” (Idem, 18).

Por trás da expressiva diferença no número de indústrias e de operários em relação ao modelo industrial norte-americano, em destaque nas duas últimas citações, esconde-se uma realidade preocupante para o Brasil: “a economia é instável, baseada num produto secundário, o café, sujeito a todas as flutuações de mercado” (Idem, 7). Essa constatação é incrementada por uma outra ainda mais intrincada: o país é habitado por uma população predominantemente rural; sinônimo de analfabetismo, inconsciência de classe, servidão e dominação por vigários e fazendeiros, nas palavras de Brandão. Confirma-se assim a nítida associação entre desenvolvimento econômico e social com a escala de produção industrial, tornando inteligível o título escolhido para o ensaio de 1926 e acentuando uma conclusão patente nos anos vinte: “economicamente o Brasil é um país agrário, país dominado pelo agrarismo, e não pelo industrialismo” (Idem, 8). Importa frisar que o que parece óbvio hoje é ainda reconhecido como uma contribuição original, como um dos primeiros trabalhos a sustentar categoricamente que “o principal conflito no Brasil de então opunha os interesses

da nação aos das oligarquias agrárias”³⁰. Mesmo considerando a dificuldade em precisar o conceito de “nação” empregue pelo autor de *Agrarismo e industrialismo*, é interessante observar que esta conclusão presente no texto publicado em 1926 influenciaria vários estudiosos ulteriores.

Dissemina-se, desde já, um outro conceito marcante e não raramente muito difundido nas análises e nos documentos elaborados para planejar a atuação política do PCB. Mais do que o antagonismo, aqui ainda errante, entre campo e cidades, prefigura-se na análise de Brandão uma caracterização diferenciada para os protagonistas da revolução no Brasil. Para ele, “a economia modifica a psicologia”³¹ e estabelece as disposições dos sujeitos históricos: “no proletariado industrial, o espírito de classe, a revolta, o internacionalismo revolucionário. No trabalhador de enxada, a humildade, a paciência, a resignação” (Ibidem). Resignação é o oposto de revolta, ou, como define o dicionário: “aceitação sem revolta dos sofrimentos da existência”³². É bastante provável que a dispersão dos rurais, existente no campo e reafirmada no texto a partir do estudo das condições de vida e trabalho na década de vinte, tenha sido um diferencial importante para contrapor “os 18 mil operários, ainda atrasados, de Minas”, aos “um milhão e tanto de trabalhadores rurais dominados pelos vigários e fazendeiros” naquele mesmo Estado³³.

³⁰ João Quartim de Moraes, “A influência do leninismo de Stalin no comunismo brasileiro”, p. 79.

³¹ Octávio Brandão, *Agrarismo e industrialismo*, p. 14.

³² Ver Antônio Houaiss e Mauro de Salles Villar, *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, 1ª. ed., Rio de Janeiro, Objetiva, 2001, p. 2437.

³³ Essa referência a dispersão no campo associada às dificuldades de organização dos rurais para a revolução é antiga. Na forma de diretriz programática para a atuação comunista pode ser encontrada, por exemplo, na fala de Lênin, já em junho de 1920: “a enorme dificuldade de organizar e educar para a luta revolucionária as massas trabalhadoras do campo, colocadas pelo capitalismo em condições de particular prostração, dispersão e, amiúde, de dependência semimedieval, impõe aos Partidos Comunistas o dever de prestar uma atenção especial à luta grevista no campo, ao apoio intenso e ao desenvolvimento múltiplo de greves de massas entre os proletários e semiproletários agrícolas”. In Vladimir Ilitch Lênin, “Esboço inicial das teses sobre a questão agrária para o II Congresso da Internacional Comunista”, In *Programa Agrário II*, Belo Horizonte, Aldeia Global Editora, 1979, p. 100.

Afinal, a ênfase no isolamento dos trabalhadores rurais faria escola entre os intérpretes da sociedade nacional e será examinada mais detidamente à frente. A rigor, pode-se dizer que Octávio Brandão demonstra ter assimilado com discernimento que a concentração de trabalhadores favorece o enfrentamento contra o capital, na medida em que este entendimento foi utilizado como justificativa tanto para o abandono do ideário anarquista quanto para o ato inaugural da criação do PCB, este último claramente influenciado pela perspectiva de forjar uma centralização que unificasse os revolucionários nacionais. De fato, é plausível afirmar que a densidade facilita a organização e o embate contra forças sociais consistentemente unidas pela apropriação do lucro fácil. Contudo, enquanto ponto de partida para a elaboração de um programa de atuação junto aos trabalhadores e que tinha a pretensão de conhecer o Brasil para revolucioná-lo, o tratamento conferido aos rurais constitui-se numa limitação relevante, porque presume a exclusão da ampla maioria deles como protagonistas interessados na revolução.

Em sua autocrítica, o autor reconhece como um dos erros cometidos em *Agrarismo e industrialismo* a abordagem em relação aos rurais. Conforme destaca John Dulles no seguinte extrato.

“Ao distinguir os que deveriam participar da ‘terceira revolução’, quais fossem a classe militar, o proletariado, a pequena burguesia urbana e a grande burguesia industrial, Brandão, em 1924, não fizera nenhuma referência aos trabalhadores rurais, ‘principais aliados da classe operária’. Essa omissão – admitiu em 1957 – foi uma ‘falha capital’. Mas o que realmente viria atormentá-lo nos primeiros anos da década de 30 seria ter, em sua análise da revolução no Brasil, subestimado a ‘hegemonia do

proletariado na revolução' e superestimado o papel dos revoltosos pequeno-burgueses"³⁴.

Ora, o esquecimento dos "principais aliados da classe operária" no projeto revolucionário pode ser relativizado. Observa-se que, naquele momento, o autor igualmente subestimou a participação do proletariado em detrimento dos "pequeno-burgueses" (sic!). Não considero esta "falha capital" momentânea o mais importante para os objetivos da minha análise. Na verdade prefiro refletir sobre a forma como os trabalhadores rurais aparecem ao longo do ensaio. Para tanto é fundamental examinar o item XV do texto, intitulado "O Proletariado"³⁵. Apesar do título, Brandão optou por manter a designação "proletariado" apenas quando aborda o "proletariado industrial". Nos demais locais em que a palavra aparecia, ela foi riscada e substituída por "trabalhadores". É o caso do momento em que se fala dos rurais: "a história dos trabalhadores rurais é um imenso martírio, uma exploração inominável: lutas obscuras, heroísmos anônimos contrastando com a profunda inconsciência das massas"³⁶. Chama a atenção essa recorrência da expressão "inconsciência" quando Brandão se refere aos habitantes do campo. Embora os lavradores sejam mencionados em um curto parágrafo de cinco linhas, há um registro indeterminado de que em Pernambuco, nos idos de 1918-20, teriam acontecido "fatos interessantes que ainda esperam por um historiador" (Ibidem).

No ensaio que trata prioritariamente dos entraves para o desenvolvimento nacional decorrentes do agrarismo é significativa essa ausência de uma análise mais aprofundada

³⁴ John W. F. Dulles, *Anarquistas e comunistas no Brasil*, p. 224.

³⁵ Cabe esclarecer que utilizei a cópia de *Agrarismo e industrialismo* depositada no Arquivo Edgard Leuenroth, na Unicamp. Nela aparecem várias correções manuscritas, quase certamente feitas por Brandão, de palavras ou trechos que estão mencionados nas citações quando considero relevante para a compreensão do contexto do ensaio.

³⁶ Octávio Brandão, *Agrarismo e industrialismo*, p. 49.

das relações de trabalho no campo. Até porque o fato dos trabalhadores rurais estarem ausentes no instante em que o texto avalia as possibilidades da “terceira revolução” contrapõe-se ao trecho em que o autor realiza uma franca exortação ao trabalho político no meio rural, colocando os rurais como aliados importantes do proletariado urbano.

“Não esqueçamos que o Brasil, como a Rússia, é um país agrário. Incluamos em todos os nossos planos e cálculos, o elemento rural e seus correlativos: os vaqueiros, os lavradores pobres, os caboclos dos engenhos e das usinas, os seringueiros, os hervateiros, os colonos-servos, os rendeiros, os meeiros e até os pequenos proprietários que não vivam do suor alheio. Empreguemos todos os esforços para conquistar esses elementos, torná-los os aliados dos trabalhadores industriais, ligando-os numa solda indestrutível” (Idem, pp. 58-59)³⁷.

Dando continuidade a apresentação da argumentação pioneira de *Agrarismo e industrialismo* é essencial tratar de um outro tema, estreitamente relacionado com esse reconhecimento do Brasil como um país agrário. Octávio Brandão não apenas afirma a preponderância da agricultura na condução da economia e da política brasileira. Ele quer desvendar a sua natureza e para tanto assinala que “o agrarismo nacional é o da grande

³⁷ Em que pese a incitação ao trabalho partidário no campo e a constituição, em 1927, do chamado Bloco Operário e Camponês (BOC), Astrojildo Pereira é categórico quando se refere aos limites dessa atuação: “o elemento camponês representava apenas uma palavra incluída no BOC, era um desejo, um propósito, mas mesmo assim servia como indicação de largos e justos objetivos. Nada se fez de prático nesse sentido porque na realidade o Partido não sabia como fazê-lo, como aproximar-se do campo, como promover a tarefa, que os livros diziam ser fundamental, de aliança entre operários e camponeses”, In Astrojildo Pereira, *Formação do PCB: 1922/1928, notas e documentos*, Rio de Janeiro, Editorial Vitória, 1962, p. 102. De fato, ao longo de toda a extensa Carta Aberta redigida pela Comissão Central Executiva do PCB, em janeiro de 1927, propondo aos prováveis aliados a formação do Bloco Operário para as eleições nacionais, somente aparecem três referências ao mundo rural: “j) descanso hebdomadário em todos os ramos do trabalho, na indústria, no comércio, nos transportes, na lavoura; m) saneamento rural sistemático, visando à regeneração física e moral do trabalhador agrícola, à higienização das condições de trabalho na lavoura, assistência médica gratuita aos doentes pobres; n) fomento e facilidades às cooperativas operárias de consumo e às cooperativas de produção na pequena lavoura”, In Astrojildo Pereira, obra citada, p. 96.

propriedade, do latifúndio”³⁸. Não é a pequena propriedade que surge a partir da investigação do tamanho e do número das unidades produtivas no campo realizada pelo autor. Aparece claramente “a nação subjugada pelos 73 grandes estabelecimentos rurais de São Paulo e pelos 133 de Minas”, induzindo à propalada afirmação de que “a grande propriedade tem raízes profundas na história do Brasil”³⁹. Brandão localizou inclusive a presença significativa da pequena propriedade, já que no Estado do Rio Grande do Sul, o primeiro do país em número de estabelecimento rurais, dos 124 mil existentes: “77 mil tinham uma área média de 21 hectares e 27 mil uma área média de 62 hectares”⁴⁰. Porém, a realidade da pequena propriedade é um dado pouco expressivo diante do latifúndio.

Essa caracterização é trabalhada no texto para apontar uma outra relação de causa e efeito, além daquela já mencionada entre economia e psicologia, bastante criticada pelos estudiosos da obra: a de que o agrarismo econômico traria como consequência a dominação do agrarismo político liderado pelo Partido Republicano, representante dos grandes cafeicultores, subordinando assim mecanicamente o campo da política aos interesses estreitos da economia⁴¹.

Para expor a reflexão do autor sobre esse tema é vital salientar que o ensaio, já marcado pela veemência desde o início, assume então um tom apaixonado, que salta aos

³⁸ Octávio Brandão, *Agrarismo e industrialismo*, p. 8. Para evitar confusões, é importante mencionar que o moderno *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* incorpora o vocábulo agrarismo, definindo-o pelo verbete: “s.m. mesmo que agrarianismo; etm. agrário + -ismo”. Já o vocábulo agrarianismo, é apresentado pelo verbete: “s.m. conjunto de princípios, ponto de vista ou sistema baseado na idéia de repartir as terras entre os agricultores; agrarismo”. In Antônio Houaiss e Mauro de Salles Villar, *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, 1ª. ed., Rio de Janeiro, Objetiva, 2001, p. 119.

³⁹ Octávio Brandão, *Agrarismo e industrialismo*, p. 8.

⁴⁰ Octávio Brandão, *Agrarismo e industrialismo*, p. 27.

⁴¹ Berenice Cavalcante faz uma crítica acurada a esse respeito, segundo ela: “quando a ênfase da análise das estruturas sociais recai nas ponderações de natureza econômica, a formulação, ainda que pretenda preservar matrizes de uma reflexão marxista, é portadora de sérios deslizes, por privilegiar as classes em detrimento da luta de classes”. Ver Berenice Cavalcante, *Certezas e ilusões*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro/EDUFF, 1986, p. 41.

olhos mesmo do leitor mais desavisado, bem próprio do militante que narra a história cercado pela repressão ofensiva de Bernardes, do intelectual premido pela urgência de interpretar o Brasil para tentar transformá-lo.

Todavia, o tom entusiasta não prejudica a realização de um exaustivo levantamento daqueles que integram a nata do agrarismo. Ao lado da narrativa dos acontecimentos daquele julho de 1924, penso ser essa descrição dos personagens um dos pontos altos do ensaio. Decerto que existem exageros na apresentação de vários indivíduos. Um exemplo significativo em que o autor distorce esta caracterização é a duplicidade atribuída a Monteiro Lobato: “o pragmatista, que se inclina diante de todo vitorioso, e o reacionário, que admite o incêndio na casa alheia, mas não admite que uma fagulha sequer taste o cetim de seus almofadões”⁴². Sem dúvida um exagero que denota o tom polêmico esgrimido pelo texto. Aliás, esse estilo empolgado torna a escrita bastante particular, como se percebe, por exemplo, no seguinte trecho:

“Todo o país está envenenado pelo agrarismo. Arelmo Leal, advogado, ex-chefe de polícia, representante do ministério público, professor da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, pulgão constitucionalista, membro da comissão de estatutos do Instituto Histórico, interventor bernardista ilegal no Estado do Rio, era um vulgar perseguidor de operários e um vulgaríssimo fazendeiro de cacau no Espírito Santo. (...) Alfredo Ellis, senador, era, em 1914, dono de 11 mil cafeeiros da fazenda Embargo, dos 260 mil da Sant’Anna e do milhão de cafeeiros da fazenda Santa Eudoxia, todas em S. Carlos.(...)”

⁴² Octávio Brandão, *Agrarismo e industrialismo*, p. 66.

Ide ao Congresso, revolvi as repartições públicas, e só encontrareis isto: agrários ou descendentes de agrários. São eles os legisladores e executores; são eles as sanguessugas; são eles os juizes e os carrascos... Um Vieira de Mello (Alfredo Pinto) celebrizou-se pelas deportações de trabalhadores. Os Rêgo Barros, os Paes Barreto são esteios do Estado. Um Cavalcanti de Albuquerque é ministro do Supremo. Um Albuquerque Cavalcanti é príncipe da Igreja. Um Pires e Albuquerque é procurador da República. (...)⁴³.

Ao mesmo tempo em que Brandão esquematicamente reafirma: “Estados agrários, Estados feudais”, ou “a economia esclarece a política” (Idem, 9); é necessário reconhecer que na sua exposição os partidários da grande exploração agrária têm nome e endereço. Ao longo de todo o ensaio aparece uma descrição detalhada, uma verdadeira genealogia da ocupação do Estado pelos grandes proprietários rurais e pelos setores urbanos vinculados aos interesses da grande exploração agrícola, sobretudo àqueles responsáveis pela comercialização desta produção. O entrelaçamento dessa elite agrária com o setor financeiro nacional e internacional, que o autor busca indicar à exaustão, é uma comprovação de que “Brandão acabara de ler uma tradução francesa da obra de Lênin, *Imperialismo, Estádio Superior do Capitalismo*”⁴⁴.

Resta destacar dois aspectos presentes no ensaio e que influenciaram futuras análises elaboradas pelo PCB: a categorização do Brasil como feudal e a convicção que o agrarismo só poderia ser derrotado a partir do estabelecimento de uma “frente única momentânea do proletariado com a pequena-burguesia e a grande burguesia industrial”⁴⁵.

⁴³ Octávio Brandão, *Agrarismo e industrialismo*, pp. 10-11.

⁴⁴ John W. F. Dulles, *Anarquistas e comunistas no Brasil*, p. 222.

⁴⁵ Octávio Brandão, *Agrarismo e industrialismo*, p. 22.

De fato, o observador rigoroso diria que não basta asseverar que o Brasil é um “país estapafúrdio, onde os extremos se chocam diariamente, onde as coisas mais incríveis são realizáveis, país semi-colonial, semi-feudal e semi-burguês industrial”⁴⁶. Cabe ao analista demonstrar a adequação dos seus conceitos ao seu objeto de estudo. No que tange ao feudalismo brasileiro não há sequer a tentativa de Brandão em explorar a propriedade desta caracterização. Agora, como o Brasil realmente é um país singular, não faltaram estudiosos para sentenciar as relações feudais no campo brasileiro. Por sorte, houve também quem procurasse afirmar exatamente o contrário. Assim, fica para os leitores das duas abordagens, que serão apresentadas mais adiante, a oportunidade de verificar qual é a mais conveniente, ou mesmo, como foi o caso em vários momentos, propor alternativas mais adequadas para precisar as relações sociais no campo⁴⁷.

Se o debate sobre o feudalismo nacional tem implicações teóricas mal resolvidas; a tese da aliança do proletariado (apenas os operários?) com a “pequena-burguesia” e com a indústria local estimulou opiniões favoráveis e adversas, na medida em que teria direcionado a estratégia do partido para a defesa da “revolução democrático-burguesa” desde o princípio da organização partidária.

Todavia, apesar do posicionamento pró ou contra a aliança do partido com os diversos setores ligados a decantada burguesia nacional, as revoltas militares analisadas por Brandão em seu ensaio coincidem com o período de constituição inicial do PCB. Neste sentido, é razoável supor que a derrota dos tenentes, “que descuraram o auxílio do

⁴⁶ Octávio Brandão, *Agrarismo e industrialismo*, p. 16.

⁴⁷ Para acompanhar a elaboração de algumas alternativas ao debate feudalismo/não-feudalismo, destaco três autores: Moacir Palmeira, *Latifundium et capitalisme au Brésil: lecture critique d'un débat*, Paris, Tese de 3º ciclo da Universidade de Paris, 1971; Jacob Gorender, *O escravismo colonial*, São Paulo, Editora Ática, 1985; e Ciro Flamarion Cardoso, *Escravo ou camponês? O protocamponato negro nas Américas*, São Paulo, Brasilienses, 1987.

proletariado⁴⁸, teve uma importância menor do que a disposição percebida entre os estratos médios urbanos para o enfrentamento contra os agrários. Tal fato significou uma mudança de atitude em relação ao comportamento da “pequena-burguesia” nos idos de 1917-20, quando se uniram ao Estado contra a mobilização dos trabalhadores. Além disso, na compreensão do ensaísta, a organização capaz de promover uma aliança com o industrialismo para vencer os cafeicultores e seus aliados no comércio mundial de café apenas havia dado seus primeiros passos. E os erros cometidos pelos revoltosos em 1924, arrolados com minúcias no texto, certamente não se repetiriam sob o comando do partido da revolução inspirado no sucesso e na disciplina dos comunistas soviéticos.

Para finalizar essa breve análise de *Agrarismo e industrialismo*, convém admitir que os acontecimentos de 1930 de certo modo confirmaram as expectativas por mudanças percebidas no descontentamento militar. Também a crise da cafeicultura animou o debate sobre os rumos do desenvolvimento econômico no Brasil. Brandão situa esse debate nos termos do paradigma europeu: “são dois mundos que se chocam: o feudalismo e o industrialismo” (Idem, 14). Perde assim a oportunidade de destacar as especificidades das relações sociais locais e examinar o anseio por mudanças à luz das determinações particulares das classes por ele identificadas como em rota de colisão.

No entanto, o principal problema na abordagem dos conflitos sociais da década de vinte realizada pelo autor é apontado com perspicácia por Berenice Cavalcante. Trata-se do apanágio da precariedade das condições de vida como elemento instituidor da mobilização dos trabalhadores, que enxerga no “atraso” a ser superado pela revolução um obstáculo central para a atuação do partido. Cabe transcrever um instante em que essa crítica

⁴⁸ Octávio Brandão, *Agrarismo e industrialismo*, p. 19.

converge exatamente para os objetivos perseguidos na análise aqui em curso sobre o enfoque do PCB para a resolução do “problema camponês”.

“Observem-se mais detalhadamente dois de seus desdobramentos. O primeiro diz respeito à visão dicotômica em que, recortando-se as potencialidades de uma situação de atraso, a ela se contrapõe o progresso. O fascínio pelo desenvolvimento econômico, mais precisamente pela industrialização, marcaria toda a determinação da linha política do partido durante o período em estudo. Tal formulação, que permanece centrada na idéia do desenvolvimento econômico, subtrai todo o conteúdo político da prática partidária, pois associa a luta pelo poder com a industrialização, vale dizer, ao avanço das forças produtivas, uma questão de técnica, enfim”⁴⁹.

O dualismo persistente na linha de raciocínio de *Agrarismo e industrialismo* dificulta a análise pormenorizada das relações sociais características do meio social brasileiro. Conforme assinala Berenice, semelhante procedimento sugere ainda “a ausência de atos de criação nas sociedades agrárias, atrasadas, pois somente o avanço técnico e científico os identificaria, inaugurando então uma fase de intensa criatividade”⁵⁰. Essa atribuição do progresso industrial como motor para as mudanças teria levado Brandão e vários analistas posteriores, ligados ao PCB, a menosprezar o potencial reivindicativo dos agentes sociais no campo e mesmo o do proletariado nas cidades, subsumindo as lutas sociais ao desenvolvimento da industrialização. Embora presentes nos documentos programáticos, sobretudo os trabalhadores rurais eram vistos com desconfiança pela liderança partidária.

⁴⁹ Berenice Cavalcante, *Certezas e ilusões*, p. 39.

⁵⁰ Idem, *ibidem*.

Por último, cumpre salientar que tais limitações existentes no ensaio convivem com o fato de que a sua elaboração realiza-se num período de relativa autonomia dos intelectuais e militantes do PCB para pensar a sociedade nacional. Para vários estudiosos essa situação mudaria drasticamente com a realização do VI Congresso da III Internacional⁵¹, que consolidou a hegemonia de Stalin e preconizou a política de “classe contra classe”. De maneira que daí em diante “perdem espaço mesmo tímidas tentativas de explicar a realidade brasileira a partir do marxismo, como o livro pioneiro de Brandão”⁵². A influência da Internacional Comunista é sentida tanto na definição da orientação política dos comunistas brasileiros quanto no esforço de interpretar a sociedade nacional. Esse é um aspecto central para os objetivos desta Tese e merece ser considerado com cuidado na análise dos documentos aqui apresentados.

Por ora, cabe antecipar que o principal e contumaz crítico dessa ascendência da III Internacional sobre o PCB foi, sem dúvida, Caio Prado Júnior. Com presença assegurada neste debate, pela primazia e ineditismo da sua contribuição, o historiador travou um verdadeiro embate contra a inserção do Brasil na categoria dos países marcados por um passado “feudal” e fadado a efetuar uma “revolução democrático-burguesa”, conforme definiu uma das Resoluções do VI Congresso⁵³. Porém, para compreender adequadamente

⁵¹ Realizado entre 17 de julho e 1 de agosto de 1928, em Moscou, contou com a participação de uma delegação do PCB: Paulo de Lacerda, Leôncio Basbaum, José Lago Molares e, assistindo a algumas sessões sem ser delegado, Heitor Ferreira Lima. Ver John W. F. Dulles, *Anarquistas e comunistas no Brasil*, p. 295-297.

⁵² Bernardo Ricupero, *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*, São Paulo, Departamento de Ciência Política da USP/Fapesp/Ed. 34, 2000, p. 96.

⁵³ Jacob Gorender é categórico quanto ao papel assumido pelo historiador: “Caio foi o primeiro a identificar a origem da proposição, o que deve ser ressaltado, porque depois outros, que escreveram ou falaram a respeito dela, inclusive referindo-se ao Sexto Congresso da Internacional Comunista, omitiram acintosamente a prioridade que pertence a Caio Prado com relação a tão importante descoberta teórica e historiográfica”, conferir Jacob Gorender, “Do pecado original ao desastre de 1964”. In Maria Ângela D’Incao (org.), *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*, São Paulo, Brasiliense/Editora Unesp, 1989, p. 260.

a resistência de Caio Prado diante da insistência do partido nesta caracterização, que será abordada nos próximos capítulos desta reflexão com especial destaque, é preciso prosseguir examinando um documento elaborado pelo PCB na virada dos anos trinta⁵⁴.

1.2 – O documento de 1929: uma leitura das relações sociais no campo

A “Resolução sobre a questão camponesa no Brasil” é considerada a primeira tentativa documentada e oficial do PCB para definir os seus objetivos no meio agrário brasileiro⁵⁵. Trata-se de um elenco de diretrizes políticas elaboradas em decorrência dos debates ocorridos no III Congresso do partido, realizado entre dezembro de 1928 e janeiro de 1929. Tem em comum com *Agrarismo e industrialismo* uma certa autonomia para interpretar a chamada “questão camponesa”. A diferença em relação àquele ensaio fica por conta do tom precavido com que apresenta a situação do campo no final da década de vinte. Na “Resolução” as certezas de Octávio Brandão em relação ao papel a ser

⁵⁴ Leandro Konder aponta adequadamente algumas diferenças básicas entre Caio Prado e o autor de *Agrarismo e industrialismo*: “Caio Prado Júnior não podia se apoiar no materialismo de Octávio Brandão; seu projeto o obrigava a ir além dos horizontes teóricos do combativo intelectual ‘oficial’ do Partido Comunista. (...) Caio Prado Júnior não olhava para o mundo como o lugar de onde viria uma catástrofe redentora (a guerra): a situação lá fora era, para ele, a situação do mercado mundial, que deveria ser avaliada em função da nossa situação interna, isto é, das vicissitudes do nosso modo de produção”, Leandro Konder, “A façanha de uma estréia”, In Maria Ângela D’Incao (org.), *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*, São Paulo, Brasiliense/Editora Unesp, 1989, pp. 133-140.

⁵⁵ O documento foi publicado originalmente em espanhol, numa revista intitulada *La Correspondencia Sudamericana*, editada em Montevideu. Utilizo aqui a reprodução do documento inserida na importante coletânea organizada por Raimundo Santos, *Questão agrária e política: autores pecebistas*, Seropédica, Rio de Janeiro, Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996, pp. 39-42.

desempenhado pelos trabalhadores rurais na aliança com o operariado urbano perdem espaço para a definição de alguns princípios da atuação partidária que contemplem as reivindicações específicas dos rurais⁵⁶.

Logo na primeira frase o documento reconhece que “a questão camponesa não havia sido examinada pelo Partido com a atenção necessária”⁵⁷. Contudo, ao invés de prosseguir a sua abordagem recorrendo ao artifício da utilização de lugares-comuns para caracterizar as relações sociais no campo, em geral um procedimento usual nos textos sobre o tema redigidos pelo PCB posteriormente, indica claramente como um avanço “a reunião de grande número de informações e materiais” sobre o campo, que teria sido colocado em destaque no âmbito do III Congresso.

Além de assumir que a reflexão sobre a “questão camponesa” não se configurou em uma prioridade para o partido, o texto da “Resolução” declara que o tema

“é por si extremamente difícil, nas condições do Brasil, onde a enorme extensão territorial cria diferenças profundas entre as várias regiões do país. Não é possível, assim, formular teses definitivas, nem traçar diretrizes completas para o trabalho imediato do Partido. Limita-se, portanto, o III Congresso a publicar todo o material recolhido, e com base nos informes e

⁵⁶ Em um balanço retrospectivo e de certa forma extemporâneo do III Congresso, Astrojildo Pereira volta a insistir claramente na omissão do partido diante do chamado “problema camponês”. Sobre a Resolução para o campo ele afirma: “da leitura das palavras de ordem, tanto as de ordem geral quanto as de ordem regional, verificamos que elas dizem respeito quase que exclusivamente aos assalariados agrícolas, desconhecendo a realidade da massa propriamente de camponeses predominante de norte a sul do Brasil. Fala-se em salários e horas de trabalho, colonos, imigrantes, e só uma vez, relativamente ao Nordeste, em pequenos proprietários. Nem uma palavra sobre a reforma agrária e a liquidação do latifúndio”, In Astrojildo Pereira, *Formação do PCB: 1922/1928, notas e documentos*, Rio de Janeiro, Editorial Vitória, 1962, pp. 124-125.

⁵⁷ “Resolução sobre a questão camponesa no Brasil”, In Raimundo Santos, *Questão agrária e política: autores pecebistas*, Seropédica, Rio de Janeiro, Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996, p. 39.

nas discussões ocorridas, estabelecer uma série de consignas provisórias de aplicação geral, umas e outras de aplicação particular a certas regiões”⁵⁸.

Decerto que, para muitos, a conceituação dos trabalhadores rurais como “camponeses” sugere a incorporação de uma categoria problemática e à época estranha ao meio rural brasileiro. Essa polêmica já aparece na publicação denominada *Autocrítica*, uma espécie de tribuna de debates organizada pelo PCB, em meados de 1928, e que serviria para amainar o terreno das diferenças internas para o III Congresso⁵⁹. Uma das questões discutidas foi exatamente a proposição pelo partido de “palavras de ordem sem qualquer repercussão como ‘A terra para os camponeses’, num país onde os trabalhadores rurais não tinham esse nome”⁶⁰. Tal crítica parte de militantes que discordam francamente da orientação partidária da direção, alegando absoluta falta de sintonia com a situação nacional. Constitui-se mesmo um núcleo de resistência contra o que eles consideram “mais uma cópia ou ajustamento de uma orientação ampla da Internacional”, núcleo este derrotado em seguida pelo estreitamento das relações do partido com a IC.

Não obstante o questionamento da utilização da terminologia “camponês”, nota-se no documento uma preocupação em situar as diferenças regionais e considerar a extensão do campo brasileiro como um desafio permanente para o partido. O texto afirma inclusive que as indicações para o trabalho político deveriam ser provisórias e diferenciadas de acordo com as seguintes regiões: Centro-Sul (São Paulo, Sul de Minas, Estado do Rio e Norte do Paraná), Norte e Extremo Norte, Nordeste, e, por último, Estados criadores de gado em geral (Mato Grosso, Goiás, Rio Grande do Sul e Norte de Minas); ficando como

⁵⁸ “Resolução sobre a questão camponesa no Brasil”, p. 39.

⁵⁹ Sobre a publicação *Autocrítica*, ver Astrojildo Pereira, *Formação do PCB: 1922/1928, notas e documentos*, especialmente pp. 110-113.

⁶⁰ Conferir John W. F. Dulles, *Anarquistas e comunistas no Brasil*, p. 322.

uma tarefa pendente para o Comitê Central criar uma comissão para coordenar “um estudo mais profundo e detalhado” sobre a “questão camponesa”.

A palavra de ordem “A terra a quem nela trabalha” está colocada em destaque e pode ser encarada como o objetivo último da proposta para a atividade partidária elaborada pelo documento, uma espécie de ponto de chegada a ser perseguido com insistência pelos comunistas. Para a atuação do PCB em nível nacional previa-se a agitação programática em torno de 13 pontos. Alguns deles merecem destaque porque antecipam preocupações fundamentais para a melhoria das condições de vida e trabalho no campo: o fomento de “cooperativas de produção e de consumo”, a luta contra as “reminiscências da escravidão”, a necessidade da implementação de obras de infra-estrutura visando sanear as zonas insalubres, a preocupação com o estabelecimento da “instrução primária e obrigatória” nas áreas rurais, a melhoria das moradias dos trabalhadores, o fornecimento a preços compatíveis dos equipamentos de trabalho “como preliminar à mecanização” e, por fim, a “união com os trabalhadores industriais na luta contra os imperialismos opressores – inglês e ianque e contra os seus aliados nacionais”⁶¹.

Como se percebe, nos tópicos relacionados há um tratamento da problemática no meio rural mais abrangente e não circunscrito às motivações de ordem puramente econômica, que, aliás, estão preteridas na seleção aqui apresentada. Pode-se dizer que a “Resolução” também direciona sua atenção para as demandas típicas do trabalho remunerado em espécie, já que se refere igualmente ao salário justo e à “diminuição das horas de trabalho”, admitindo assim a existência de múltiplas e concomitantes relações sociais no campo, basicamente pequenos proprietários, colonos, assalariados agrícolas e

⁶¹ “Resolução sobre a questão camponesa no Brasil”, pp. 39-40.

semi-escravos. Mesmo demandas específicas como a liberdade de associação e para eleger e ser candidato estão presentes no documento.

Na seqüência, o texto realiza um curtíssimo diagnóstico de poucas linhas de cada uma das regiões acima relacionadas, limitando-se a apontar a atividade produtiva identificada como a principal em cada uma delas e apresentar as diretrizes específicas para a atividade partidária, que deveriam considerar as diferenças existentes.

A “Resolução” localiza no Centro-Sul a base da produção cafeeicultora e a maior “concentração dos trabalhadores rurais” do país. Por esse motivo o III Congresso teria dedicado-lhe uma “especial atenção” e recomendado oito diretivas. Delas curiosamente apenas duas estão associadas diretamente às reivindicações de pequenos proprietários e posseiros: a que se refere a “isenção de impostos para conservação de estradas” e a que menciona que a manutenção dessas estradas deveria ser uma atribuição dos municípios. As demais se vinculam aos interesses do trabalho rural remunerado, com destaque para o “direito de fiscalização por parte dos sindicatos de assalariados agrícolas” e para a remuneração equivalente aos assalariados comuns quando colonos trabalhassem como jornaleiros. Surpreende aqui a omissão de “consignas imediatas de aplicação regional” voltadas diretamente para a distribuição de terras para os trabalhadores, já que esta região reuniria um contingente expressivo da mão-de-obra empregue no campo e possuiria a melhor infra-estrutura para cultivo e comercialização da produção agrícola. Fatores entendidos como fundamentais pela leitura precedente das diretrizes traçadas para o plano nacional de atuação dos comunistas no campo.

O Norte e o Extremo Norte teriam como marca registrada “a indústria extrativa da borracha, balata, coco e babaçu, etc.”⁶². A descrição das condições de trabalho na atividade principal desta região merece um certo destaque:

“verdadeiros feudos, os assalariados agrícolas, sem meios de transporte nem barcas que percorrem os grandes rios, e que são propriedade de latifundiários, atendendo à grande intromissão do imperialismo (Concessão Ford, etc.), considerando também que os governos reacionários desses Estados chegam ao extremo de fornecer metralhadoras e polícias especiais para reprimir os movimentos reivindicatórios dos trabalhadores, como tem acontecido em Jarí e na Empresa Ford...”⁶³.

A classificação das atividades extrativistas como “verdadeiros feudos” é o único momento no documento em que aparece uma referência a organização do sistema produtivo identificada com algo próximo ao feudalismo. Nota-se também uma crítica contundente contra a exploração dos trabalhadores pelo “imperialismo”, que é associado nitidamente aos interesses do poder Estatal regional e à severa repressão policial. O que leva a elaboração de quatro diretrizes relacionadas com o fim do monopólio no sistema de transportes (rodoferroviário e fluvial), com a luta contra “o estado de verdadeira escravidão” dos trabalhadores pelas grandes empresas concessionárias extrativistas e com a efetivação de “arrendamentos da terra, a preços módicos, aos assalariados”.

Já o mundo do trabalho no Nordeste seria marcado pela “semi-escravidão dos trabalhadores, pois são poucos os que exercitam os seus direitos, mesmo os direitos ‘legais’” (Ibidem). No caso desta região a “Resolução” divide os trabalhadores em três

⁶² “Resolução sobre a questão camponesa no Brasil”, p. 41.

⁶³ Idem, *ibidem*.

agrupamentos: pequenos proprietários, que necessitariam de empenho na “canalização das águas para a irrigação” e melhorias no sistema de transporte; operários agrícolas, que prioritariamente voltariam suas atenções para os investimentos no aumento de salários, para a jornada de oito horas e para a fiscalização dos contratos de trabalho; e, por último, um item específico enfatizando a “devolução das terras confiscadas dos indígenas”⁶⁴. Essa preocupação com as terras dos índios chama a atenção na medida em que ela não está relacionada nas diretivas para a região anterior, que concentrava um contingente expressivo da população indígena.

Para a última região, identificada genericamente pela criação de gado como atividade básica, o documento mantém a divisão dos trabalhadores só que em dois grupos principais: “peões das chácaras e ‘fazendas’”, com destaque para a definição de um “salário-mínimo de 150.000 réis mensais” (sic!); e, “imigrantes e colonos pobres”, com uma ênfase importante no fator educação, pois dos quatro tópicos relacionados dois referem-se a “escolas e mais escolas” e a “melhorias econômicas para o professorado e pontualidade no pagamento” (Ibidem), o que leva a crer que os comunistas tinham grandes expectativas em relação à implantação de um eficiente sistema educacional no interior do país. Outro aspecto interessante é a redação de um pequeno preâmbulo, que antecede as diretrizes e se refere aos trabalhadores da região da seguinte forma:

“considerando que a sua mentalidade combativa tem sido explorada pelos grandes latifundiários, os quais, durante as revoluções de 1923 (no Rio Grande do Sul) e 1925 os obrigavam a defender as grandes propriedades patronais; levando em conta os movimentos que sacudiram o Hinterland do Brasil por intermédio da Coluna Prestes...” (Ibidem).

⁶⁴ “Resolução sobre a questão camponesa no Brasil”, p. 42.

Ao que parece, além da leitura aplicada de *Agrarismo e industrialismo*⁶⁵, já em 1929 os comunistas acompanhavam o desfecho dos conflitos regionais e previam a possibilidade dos cavalos gaúchos serem amarrados no obelisco da Avenida Rio Branco, de frente para o mar e em plena cidade do Rio de Janeiro, bem como observavam com interesse os passos do “Cavaleiro da Esperança”.

Para finalizar essa breve apresentação da “Resolução sobre a questão camponesa no Brasil” é oportuno registrar algumas considerações. A primeira refere-se à preocupação insistente no documento com a melhoria das condições de infra-estrutura para o trabalho rural e com a aplicação de uma regulamentação e fiscalização do trabalho dos assalariados agrícolas, que estão presentes nas diretrizes para todas as regiões e serão paulatinamente esquecidas nos documentos subseqüentes do PCB. De fato, o período Vargasista na década de trinta seria marcado por iniciativas visando intensificar e diversificar a produção agrícola, o que levou ao estabelecimento de políticas do Estado voltadas para a incorporação dos trabalhadores do campo, sobretudo na forma de projetos de colonização destinados ao abastecimento de gêneros alimentícios para a crescente população urbana em todo o país⁶⁶. Porém, mais relevante do que a constatação da sintonia dos comunistas com as exigências modernizadoras das atividades produtivas no campo brasileiro, na virada dos anos vinte, é a proximidade da análise dos pecebistas com o debate sobre o tema travado no âmbito da III Internacional Comunista. Na realidade, já durante o II Congresso da Internacional Comunista, ocorrido em julho a agosto de 1920, percebe-se uma enfática

⁶⁵ Octávio Brandão refere-se brevemente em seu ensaio as disputas da elite agrária do Rio Grande do Sul pelo controle da terra durante a década de vinte, destacando inclusive a disputa de 1923. Ver Octávio Brandão, *Agrarismo e industrialismo*, especialmente pp. 27-28.

⁶⁶ Sobre o tema, conferir a síntese explicitada em Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva, *Terra prometida*, Rio de Janeiro, Campus, 1999, principalmente pp. 103-135.

preocupação com o desenvolvimento da produção agrícola e com a normatização das relações de trabalho no meio rural, visando garantir o abastecimento dos centros urbanos em acelerada expansão. Sem dúvida uma inquietação proveniente da vitória soviética, que teve, logo nos seus primeiros anos, de elaborar um programa agrário para o campo ao mesmo tempo em que buscava a auto-suficiência alimentar em meio à guerra contrarrevolucionária. A simples leitura da “Tese sobre a questão agrária”, aprovada pelo II Congresso e redigida basicamente por Lênin, coloca ao lado do “confisco imediato das grandes propriedades” o tema da modernização da produção agrícola em prol do estabelecimento no campo de “uma cultura coletivista mecânica”⁶⁷.

Aliás, outra observação importante sobre a “Resolução” é a presença da palavra de ordem “A terra a quem nela trabalha”. Após uma leitura atenta do documento chama a atenção o fato de que, apesar de ser apontada como fundamental, não há qualquer diretiva relacionada com a sua implementação, isto é, mesmo identificando a diversidade de situações sociais no mundo do trabalho e a concentração fundiária no campo, o tema da distribuição imediata da terra para os trabalhadores não se desdobra em nenhuma diretriz específica, conforme observou anteriormente Astrojildo Pereira. É claro que a conjuntura política de absoluta dominação dos grandes proprietários agrários é bastante adversa à defesa da reforma agrária, ainda hoje um tema considerado tabu para amplos setores. Entretanto, me parece que esta dificuldade não esgota a verificação dessa ausência de orientações políticas para a divisão da propriedade. Ela sugere, especialmente, que o PCB tinha uma imensa necessidade de “realizar um estudo mais detalhado e profundo” sobre esta temática. Neste caso, penso que a omissão tem mais a ver com os obstáculos teóricos e

⁶⁷ Ver “Tese sobre a questão agrária” In III Internacional Comunista. *Manifestos, teses e resoluções do 2º Congresso, volume 2*, São Paulo, Brasil Debates Editora, 1989, pp. 99-108.

investigativos para conhecer o campo brasileiro existentes à época do que com uma deliberada tergiversação. Logo, nada mais natural do que reforçar, no conjunto das diretrizes de 1929, as reivindicações associadas aos interesses do trabalho remunerado em espécie na atividade agrícola, um assunto mais próximo da esfera de atuação do partido junto aos trabalhadores urbanos e que certamente carecia de um esforço urgente de regulamentação.

Por último, pode-se dizer que as várias ausências visualizadas no documento não comprometeriam, de forma irreversível, a tentativa do partido de comunicar-se com os trabalhadores rurais. Nele o PCB teria evitado a lógica esquemática de *Agrarismo e industrialismo*, que classifica o Brasil, pura e simplesmente, como um país atrasado porque feudal. Neste sentido, as inúmeras indefinições momentâneas sobre o campo constituiriam-se em uma vantagem para quem busca compreender o país que pretende revolucionar. A única referência existente e acima mencionada (“verdadeiros feudos”) não configuraria uma análise derradeira, até porque os trabalhadores que lá labutam são denominados como assalariados agrícolas.

Quando se refere às relações de trabalho no campo o texto opta pela seguinte sistematização: assalariados agrícolas, colonos, jornaleiros, semi-escravos (sic!), pequenos proprietários, operários dos engenhos de açúcar e peões. Todavia, a “Resolução” deve de ser entendida como uma leitura das relações sociais no campo que não prosperou. Uma das razões principais para que, por exemplo, a tese das relações feudais se tornasse dominante na reflexão do PCB já foi anteriormente indicada. O que não significa que esta motivação esgote as possibilidades analíticas dessa escolha pelo partido, principalmente considerando

que não foi definitiva e teve de conviver com vozes dissonantes. De qualquer modo, fica o registro de que para muitos estudiosos a “Resolução sobre a questão camponesa no Brasil”:

“trata-se dos reflexos de uma concepção ‘contra corrente’ ao modelo dos demais PCs e que predominou brevemente no PCB, até que se impôs a ordem teórico-política da III IC, através do processo da ‘proletarização’ do Partido e da aceitação, cada vez mais sem reservas, dos paradigmas consagrados em todas as partes”⁶⁸.

É necessário então examinar um pouco mais o significado dessa aceitação paradigmática para o estabelecimento das diretrizes partidárias relacionadas com os trabalhadores rurais. Neste exercício, em absoluto interessa-me preconceber até que ponto semelhante compromisso com as teses do “partido mundial da revolução”, como era denominada a III Internacional Comunista, explicam os posicionamentos assumidos, sobretudo, pelos dirigentes do partido brasileiro. Penso ser mais instigante procurar compreender em que medida a subordinação das lutas sociais no campo aos atores em luta nas cidades torna explícita uma visão de mundo aprisionada pela lógica restritiva do atraso versus progresso.

⁶⁸ Raimundo Santos, “Feudalidade e prussianismo no pensamento agrário do PCB”, In Raimundo Santos (org.). *Questão agrária e política: autores pecebistas*, Seropédica, RJ, Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996, p. 15.

1.3 – Dos embaraços da esquerda no campo

“Num campo de plantação de cana, que confinava com a estrada poeirenta, deparamos com um jovem lavrador, de enxada nas mãos, cavoucando a terra. Estavam preparando nova plantação. Era um rapaz moreno, magro, cabeleira desgrenhada, vestindo calça e camisa e um toquinho de cigarro na orelha. Manifestando desejos de falar-lhe, ofereci-lhe instintivamente um cigarro que ele aceitou e guardou num bolso da camisa. Devia Ter uns 19 ou 20 anos. E aí iniciamos um diálogo que me impressionou. Na realidade, foi um monólogo:

Você trabalha aqui há muito tempo?	Sim senhor.
Há quanto tempo?	Não sei não senhor.
Dois ou três anos?	Acho que mais, sim senhor.
Como é, o seu nome?	João.
João de quê?	Me chamam João da Noca. Sou filho de Dona Noca.
Você é a favor de Getúlio ou de Washington Luís?	Não conheço, não senhor.
Não sabe quem é o Presidente da República?	Não sei, não senhor...
Que dia é hoje?	Amanhã é domingo...
Quantos anos você tem?	Não sei, não senhor.
Mais ou menos?... diga...	Acho que uns vinte. Vou fazer serviço militar no ano que vem...
Sabe ler?	Não sei, não senhor...
Muito obrigado, desculpe ter tomado o seu tempo. Adeus...	

Fomos andando. Eu estava um tanto abalado. Aquilo não era gente, era um bicho! E isso a cinco quilômetros da importante e rica cidade de Campos!

A conversa não foi exatamente [grifo do autor] o que tentei reproduzir acima. Mas foi toda nesse teor e bem mais longa.

Lembrei-me dos mocambos de Recife, dos operários e operárias das fábricas de charutos de Cachoeira... Aí estava o Brasil, habitado por trinta milhões de bichos!⁶⁹.

⁶⁹ Leôncio Basbaum, *Uma vida em seis tempos (memórias)*, 2ª. ed., São Paulo, Alfa-Omega, 1978, pp. 81-82.

Antes de tudo, é preciso compreender a importância do testemunho de Leôncio Basbaum para a análise da intervenção política do PCB no campo a partir dos anos trinta. Para tanto, cabe explicitar rapidamente o contexto em que se inserem tais palavras, procurando evitar o risco de adulterá-las durante a exposição aqui em curso.

Segundo Basbaum, o "monólogo" narrado acima acontece à época do assassinato de João Pessoa, então candidato à vice-presidência da República, em julho de 1930, que agrava o quadro de efervescência política existente naquele período. A palavra "revolução" encontrava-se mesmo na boca dos adeptos da Aliança Liberal, que apoiavam as pretensões de Getúlio Vargas contra o candidato à Presidência Julio Prestes, este último visto como o símbolo da continuidade do governo de Washington Luís e da hegemonia dos grandes cafeicultores e seus aliados.

Assim sendo, não é à toa que o Partido Comunista do Brasil escolhe: "Votar no PCB é votar pela Revolução", como palavra de ordem para a campanha de seu candidato à Presidência, o vereador Minervino de Oliveira, apoiado pelo Bloco Operário e Camponês. Na opinião de Basbaum, tal consigna era acertada, pois "o povo queria a revolução, apenas não acreditava que o Partido fosse capaz de fazê-la"⁷⁰. Afirmativa estranha à luz dos desdobramentos políticos verificados no pós-1930. Ao mesmo tempo em que profética, já que permite antever a permanente dificuldade da esquerda brasileira em traduzir com clareza o seu entendimento do que é efetivamente a tão desejada "revolução".

Em decorrência da sua militância no partido, iniciada em maio de 1926, Basbaum assume uma posição de destaque como membro da direção partidária e torna-se um dos

⁷⁰ Leôncio Basbaum, *Uma vida em seis tempos (memórias)*, p. 78.

principais alvos da perseguição política que atingia o PCB⁷¹. Por pouco não conseguiram prendê-lo na pensão em que morava e por isso foi obrigado a ausentar-se da cidade do Rio de Janeiro. No momento do encontro com o lavrador na plantação de cana, acima relatado, ele escondia-se da polícia no município de Campos, no Estado do Rio.

A terminologia utilizada para caracterizar a reminiscência daquela situação, vivenciada pelo militante comunista, atualiza uma imagem do campo recorrente no meio social brasileiro⁷². Já na descrição do jovem lavrador: "rapaz moreno, magro, cabeleira desgrenhada, vestindo calça e camisa e um toquinho de cigarro na orelha", verifica-se a presença de alguns estereótipos comumente utilizados para associar a figura do trabalhador rural ao atraso, desde o início atribuído a tudo o que se refere às relações sociais no campo.

Embora acossado pela repressão, fica evidente a atividade incansável do militante quando Basbaum, acompanhado de um integrante da Juventude Comunista residente naquele município e que lhe abrigara, busca estabelecer um diálogo com o trabalhador que se identifica como João. A abordagem é significativa para entender o mútuo estranhamento que se traduz na impossibilidade da comunicação entre ambos. Pouco importa, neste caso, se o memorialista não se lembra exatamente quais as palavras que foram pronunciadas. O fundamental é atentar para o teor da conversa e buscar compreender a conclusão a que chega Basbaum: "Aquilo não era gente, era um bicho!".

⁷¹ Para destacar a importância da circulação do ensaio escrito por Octávio Brandão entre os simpatizantes do comunismo, vale mencionar outra lembrança do jovem Basbaum: "Astrogildo, de quando em quando nos dirigia a palavra, comentava conosco questões políticas e o noticiário dos jornais e certa vez nos ofereceu dois livros: o *ABC do comunismo*, de Bukharin, e *Agrarismo e industrialismo*, que acabava de ser publicado", ver Leôncio Basbaum, *Uma vida em seis tempos (memórias)*, p. 37.

⁷² Tive a oportunidade de refletir sobre a imagem caricatural projetada para o "caipira", que limita a compreensão do habitante do campo brasileiro pelos cidadãos. Conferir Luiz Rogério Oliveira da Silva, "Luta pela terra em São José da Boa Morte: o conflito social como pretexto para o estudo das representações autoritárias", *Pós-história: revista de pós-graduação em história*, Assis, Editora da Unesp, v. 3, 1995, pp. 195-213.

Ao que tudo indica o "abalo" sofrido pelo militante decorre da resistência do outro em responder algumas perguntas elementares que lhe foram colocadas: Há quanto tempo trabalha ali? Quem é o Presidente? Em que dia estavam? A perplexidade propiciou a lembrança de outras situações semelhantes em diversos pontos do país, que alimenta uma derradeira conclusão: "Aí estava o Brasil, habitado por trinta milhões de bichos!".

Essa concepção manifesta por um importante quadro dirigente do PCB, que na época disputava com outras organizações e tendências políticas o monopólio da representação dos trabalhadores, revela um desconhecimento no mínimo problemático para quem persegue a implementação de transformações sociais no país, uma absoluta ausência de reflexão acerca das reais condições sociais no campo, onde se encontram aliados tidos como imprescindíveis para o sucesso da estratégia explicitada pelos programas comunistas de ação. Tal desconhecimento pode inclusive ser mais claramente percebido quando se recorre a outros trechos das memórias de Basbaum, ou se analisam outras publicações do mesmo tipo escritas por várias figuras de destaque do partido. A própria documentação oficial alerta para o menosprezo em relação ao estudo das especificidades da produção e da vida social do habitante do meio rural⁷³.

Do meu ponto de vista, esse desconhecimento é que estimula uma certa idéia preconcebida sobre o trabalhador rural presente em várias intervenções de militantes, que ocupam as mais variadas posições dentro do partido. Para exemplificar, reproduzo abaixo

⁷³ Maria Izabel Faleiros relata como um fato isolado o envio de Octávio Brandão em 1925 para a região de Juiz de Fora com a incumbência de iniciar "um trabalho de agitação e propaganda junto aos colonos e assalariados rurais organizando abaixo-assinados de protesto e distribuindo jornais, folhetos e manifestos", Maria Isabel Leme Faleiros, *Percurso e percalços do PCB no campo (1922-1964)*, São Paulo, Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, 1989, p. 85. Para Faleiros, na época da formação do Bloco Operário e Camponês, "a atuação do PCB continuava restrita – e com dificuldades – ao urbano, e mesmo o trabalho desenvolvido por Octávio Brandão e a criação, em 1928, de Ligas Camponesas em Sertãozinho e Ribeirão Preto, com marchas de protesto nas fazendas de café, não permaneceram", Maria Izabel Faleiros, obra citada, p. 87.

uma recordação de Heitor Ferreira Lima, outro destacado quadro da direção partidária, da época em que ele encontrava-se estudando na Escola Leninista Internacional, em Moscou.

"No ano seguinte [provavelmente 1929], juntamente com um francês e um italiano, visitamos a região agrária do baixo Volga, cuja Capital era Oremburgo, assolada, em 1920, por seca medonha, semelhante à do nosso Nordeste, provocando até fome e mortes. Na casa do camponês onde nos hospedamos vi o que já lera antes: estampa de Lênin num nicho de santos, reverenciada todas as noites. Constituiu para nós experiência singularmente valiosa, a fim de conhecermos o espírito estreito, egoísta e religioso, quase ao fanatismo, dos 'mujiks' russos. É verdade que se tratava de uma das regiões mais atrasadas do país, por isso mesma escolhida por nós, bem ilustrativa do espírito campônio"⁷⁴.

É bastante elucidativa a forma como Heitor, escrevendo suas memórias em 1981, descreve suas impressões de um período em que a sua principal atividade era justamente estudar a realidade social, lançando mão do instrumental teórico marxista-leninista. A aversão pelo "espírito estreito" do campônio russo, que reverencia a "estampa de Lênin num nicho de santos", é entredita pelo alfaiate e militante que passou a sua infância no interior do Estado de Mato Grosso.

Recorro ao olhar desses dois personagens centrais do PCB sobre o homem do campo com o objetivo de destacar uma incompreensão, que deságua numa imagem sintonizada com aquela freqüentemente veiculada pelo senso comum. É interessante ainda, notar que Basbaum e Heitor possuem trajetórias pessoais bem distintas. O primeiro, filho de comerciantes do Recife, vem ao Rio de Janeiro para formar-se médico. Já Heitor, chega

⁷⁴ Heitor Ferreira Lima, *Caminhos percorridos: memórias de militância*, São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 85.

à cidade muito jovem para trabalhar como ajudante de alfaiate e ingressa cedo na militância sindical. Circunstâncias distintas que indicam o quanto um determinado conceito de “camponês” circula inadvertidamente entre indivíduos que exerciam diferentes papéis sociais.

Neste ponto, cabe perguntar porque o ingresso no PCB não altera a visão embaraçada que ambos possuem do lavrador? Na verdade, a principal interrogação, que coloca a problemática em pauta, é qual a efetiva concepção e as expectativas que orientam a atuação do partido no campo naquele momento. Para situá-las é fundamental visualizar além da opacidade que envolve o palavreado característico dos manifestos e programas difundidos pelo partido.

Volto a insistir que é necessário destrinchar o argumento que, tão somente, enfatiza a inexistência de um trabalho sério objetivando conquistar os trabalhadores rurais como aliados no processo revolucionário. Até porque tal constatação apenas reforça a relevância do estudo das motivações que conduzem a esta omissão, uma vez que o contingente rural à época (“trinta milhões de bichos!”) é tão expressivo que somente um quixote proporia transformações sociais substanciais no país sem a participação dos rurais.

Neste sentido, localiza-se já no momento da fundação do PCB o impasse que ocasionou as lacunas posteriores. Para Leôncio Basbaum, por exemplo, é preciso recuar até o início para salientar a confusão ideológica que supostamente prejudicava a inserção partidária no conjunto dos trabalhadores.

“Essa confusão no proletariado se estendia ao próprio Partido, penetrava nele, que era parte e consequência desse proletariado, do qual nascera. E que dizer dos próprios dirigentes, Astrogildo, Paulo, Octávio, e tantos outros, provenientes do anarquismo? Na CCE só Rodolfo Coutinho e

Manuel Cendon não vinham do anarquismo, mas do socialismo, de influência européia, mas o primeiro se afastara do partido e o segundo falecera pouco depois”⁷⁵.

A ênfase na indefinição ideológica que perseguiu o partido no começo é vista como um obstáculo considerável. As origens anarquistas dos fundadores recebem uma parcela de culpa despropositada enquanto fator explicativo para os equívocos cometidos. Na seqüência, Basbaum revela como a adesão aos pressupostos da Terceira Internacional foi encarada como uma espécie de tábua de salvação pela militância.

“Todas essas coisas nos confundiam e não sabíamos que caminho tomar. Acreditávamos que, estando presentes ao Congresso da IC, muito poderíamos aprender. Não sabíamos entretanto que os marxistas europeus, conhecendo muito bem o marxismo, nada sabiam da América Latina. Menos ainda do que nós próprios, conheciam a nossa realidade. Para eles, tudo era semi-colonial e os problemas asiáticos eram transportados para a América Latina como se fosse tudo a mesma coisa. Mas isso somente saberíamos muito depois, e muito tarde”⁷⁶.

De certa forma, o ensaio de Octávio Brandão, publicado em 1926, já estabelecia o domínio do marxismo como a panacéia capaz de solucionar vários problemas, colocando de lado toda a experiência mobilizadora dos trabalhadores presente em diversos momentos reivindicatórios da primeira década do século vinte. É como se a criação do PCB zerasse a história do trabalho e das lutas sociais no Brasil. A concretização do sonho partidário original seria então o resultado direto da imposição de um paradigma revolucionário, em detrimento da utopia libertária que durante anos articulou os trabalhadores em torno de

⁷⁵ Leôncio Basbaum, *Uma vida em seis tempos (memórias)*, pp. 53-54.

⁷⁶ Leôncio Basbaum, obra citada, p. 54.

uma multiplicidade de projetos, alguns dos quais identificados como anarquistas por um mero artifício retórico. As implicações da convicção comunista, pautada pelo exemplo soviético, sugerem também o êxito de uma delimitada noção de intervenção política. Isso pode ser melhor problematizado a partir das colocações de um estudioso da trajetória do partido, Moisés Vinhas.

“As greves generalizadas e os movimentos de massas de 1917-1920 haviam revelado toda a debilidade orgânica e política do anarquismo, sua incapacidade de resolver os problemas de direção colocados por um ‘movimento revolucionário de envergadura histórica’, como escreve Astrogildo Pereira, o militante político de maior peso político do período, enfatizando o caráter internacional do fenômeno. ‘Assim, entre nós, a crise tem sido e é uma crise do anarquismo’. O impacto da Revolução russa, a discussão sobre o seu significado e os rumos que estava tomando contribuem para acelerar o processo de diferenciação interna da antiga liderança. Os novos grupos comunistas declaram abertamente querer fazer política, colocam a questão do poder e procuram sistematicamente superar a confusão entre sindicatos, partidos e correntes ideológicas, praticada pelo anarquismo”⁷⁷.

Tanto Vinhas quanto Basbaum conferem ao episódio da Revolução Russa um papel fundamental na efetivação do PCB. Ambos igualmente atribuem um peso significativo à legitimação obtida com o ato de filiação junto a Internacional Comunista (IC). A vitória do regime soviético teria precipitado os acontecimentos e municiado os que concebiam o fazer política de uma maneira específica, desqualificando por tabela o modo de operar a política implementado pelos libertários, que era visto como espontaneísta e excessivamente voltado

⁷⁷ Moisés Vinhas, *O Partidão: a luta por um partido de massas 1922-1974*, São Paulo, Hucitec, 1982, pp. 6-7.

para as reivindicações econômicas sustentadas pelos sindicatos e associações. E esse é um dado fundamental, pois remete a reflexão para a questão da eficácia de um projeto político em detrimento de outros, do papel preponderante de determinados agentes sociais em relação aos demais.

De uma perspectiva mais crítica e explorando um viés diferente, o historiador Marco Aurélio Garcia recupera um outro argumento explicativo utilizado pela “historiografia de inspiração comunista” para a suposta crise das práticas políticas avessas ao ideário “bolchevista”:

“a decadência das posições em questão seria consequência mesma da industrialização, que diminuiria o peso relativo do artesanato, suporte material dos libertários. Estes não passariam de expressões do radicalismo de pequenos proprietários. O fenômeno sindicalista-revolucionário (designação talvez mais adequada para o ‘anarquismo’ brasileiro, como sugere Michael Hall) seria ‘estruturalmente’ incompatível com a emergência da grande indústria”⁷⁸.

Assim, o afã de romper com o passado e assumir os pressupostos determinados pela III Internacional é o que explica a ordem do dia do I Congresso do partido mencionada no princípio desta análise. A aprovação por unanimidade das vinte e uma condições de admissão do partido na Internacional se insere neste contexto. Heitor Ferreira Lima reforça a importância do domínio delas para a filiação partidária quando conta que assinou a

⁷⁸ Marco Aurélio Garcia, “Contribuições para uma história da esquerda brasileira”, In Reginaldo Moraes, Ricardo Antunes e Vera B. Ferrante (orgs.). *Inteligência brasileira*, São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 204-205.

“papeleta de adesão ao PCB, após afirmar ter conhecimento de seus Estatutos e das 21 condições da IC, requisitos prévios exigidos para isso”⁷⁹.

Ainda nesta direção, um resultado significativo da adesão voluntária dos comunistas brasileiros ao projeto de revolução mundial protagonizado pela Internacional Comunista é destacado pelo cientista político Paulo Sérgio Pinheiro:

“A aceitação das 21 condições impõe logo de saída uma ruptura, no interior do movimento operário, dos comunistas em relação a seus antigos companheiros anarco-sindicalistas. Logo o partido tentará encontrar interlocutores válidos para tentar realizar uma política de frente única, não com os anarco-sindicalistas ou outras tendências reformistas, mas com os socialistas, então praticamente inexistentes: quase será necessário ‘criá-los’, para poder dirigir-lhes ‘cartas abertas’, como na Europa”⁸⁰.

A desconfiança em relação aos libertários tende a ser estimulada pela vigilância contra prováveis desvios dos caminhos traçados pela IC. O já mencionado “processo de bolchevização” propicia a depuração de indivíduos arredios à lógica revolucionária então em voga. No PCB um exemplo notório dos resultados dessa centralização excessiva ficou conhecido como o “caso” Canelas. Porém, um episódio posterior, envolvendo o próprio Astrojildo Pereira, revela que a prática “purificadora” não se restringe a uma determinada época ou se limita a personagens de trajetória ambígua no seio do partido ou das lutas sociais.

No fundamental, o relativo cerceamento dos debates inibiu o exame aprofundado da realidade nacional e contribuiu para o acolhimento praticamente irrestrito das elaborações

⁷⁹ Heitor Ferreira Lima, *Caminhos percorridos: memórias de militância*, p. 45.

⁸⁰ Paulo Sérgio Pinheiro, *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil 1922-1935*, 2ª. ed., São Paulo, Companhia das Letras, 1992, p. 52.

do Komintern, proporcionando mesmo um recuo em relação à liberdade analítica controversa do ensaio *Agrarismo e industrialismo*.

“Malsucedidos assaltos ao poder, as diversas insurreições não revolucionárias são interpretadas como etapas de uma revolução em curso. E como os comunistas não podem a rigor falar de crise revolucionária, criam o conceito de ‘estado de espírito revolucionário nas amplas camadas do povo’, mantido vivo pela propaganda dos ideais e dos fatos revolucionários”⁸¹.

Logo, duas convicções marcariam nitidamente a feição programática do recém inaugurado partido naquele momento: a certeza de que a revolução no Brasil seguiria os passos da IC e a tese de que o “espírito revolucionário” das massas deveria precaver-se contra o fracionismo estimulado por outras representações ideológicas.

Não convém aqui transcrever exaustivamente as formulações da Internacional Comunista para o encaminhamento da revolução brasileira. Entretanto, um trecho da “Resolução da Internacional Comunista Sobre a Questão Brasileira”, redigida em Moscou pelo Secretariado Político da IC, em fevereiro de 1930, merece ser reproduzida para avaliar o conteúdo atribuído para a revolução então idealizada.

“Sob a hegemonia do proletariado, a revolução brasileira resolverá todas as tarefas burguesas democráticas essenciais, que se lhe apresentarão: 1) revolução agrária (libertação das massas camponesas e dos operários agrícolas das formas feudais e coloniais de exploração, confiscação, nacionalização e entrega da terra aos camponeses e aos operários agrícolas); 2) libertação do Brasil do jugo do imperialismo das empresas, das minas, dos domínios, das concessões, das vias de comunicação, dos bancos

⁸¹ Paulo Sérgio Pinheiro, *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil 1922-1935*, p. 67.

imperialistas e anulação das dívidas externas; 3) instauração da República Operária e Camponesa sobre a base dos Sovietes, agrupando a classe operária e a massa camponesa (ditadura democrática revolucionária do proletariado e da massa camponesa)⁸².

De fato, o diagnóstico da revolução democrática e a proposição de uma “República Operária e Camponesa sobre a base dos Sovietes” destoam da conjuntura política nacional em 1930. Mesmo considerando o êxito da Revolução Russa, inspirador da militância pecebista, é complicado entender a forma como foram acolhidas estas diretrizes pelos comunistas brasileiros, que supostamente haviam rompido com uma trajetória anarquista incompetente na apreensão das novas exigências revolucionárias. O caminho fácil da apropriação de um esquema preconcebido e os dividendos políticos da aliança com o centro da revolução mundial obliteraram a capacidade de análise crítica que o PCB apenas ensaiara em alguns documentos anteriores⁸³. Mais do que isso expeliu ou submeteu à disciplina partidária as vozes destoantes, com destaque especial para o autor de *Agrarismo e industrialismo*.

O próprio Heitor Ferreira Lima admite em suas memórias a dificuldade de avaliar melhor a situação que se pretendia transformar:

“não estudávamos com a devida profundidade as questões brasileiras, sob todos os seus variados e complexos aspectos, especialmente os econômicos, financeiros e sociais, a fim de observar cuidadosamente as relações de

⁸² Citado em Heitor Ferreira Lima, *Caminhos percorridos: memórias de militância*, São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 85, pp. 109-110.

⁸³ Caio Prado Júnior, um dos mais contundentes críticos dessa visão esquemática, não esconde a sua irritação: “é realmente de pasmar que os elaboradores dessa teoria revolucionária não se tenham ao menos dado conta das diferenças profundas que separam os países asiáticos – ‘coloniais’ e ‘semicoloniais’ na nomenclatura consagrada – dos países ‘dependentes’ da América Latina”, In Caio Prado Júnior, *A revolução brasileira*, 7ª. ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987, p. 37.

classe existentes e suas reações ante a orientação político-econômica impressa pelo governo”⁸⁴.

A clareza de que pouco se conhecia sobre o contexto social em que atuavam os militantes está presente também no discurso dos representantes do Komintern enviados para a América Latina. Um exemplo significativo disto é a provocação feita por Jules Humbert-Droz, responsável pelo Secretariado Sul-Americano da Internacional Comunista, durante o I Congresso dos Partidos Comunistas Latino-Americanos, ocorrido em junho de 1929.

“Humbert-Droz deixa entrever como eram as relações entre a Internacional e os partidos sul-americanos. Em resposta à ironia de alguns delegados que haviam declarado que a IC descobria a América Latina, retruca que alguns latino-americanos também pareciam estar fazendo a mesma descoberta: ‘De modo que, companheiros, realizamos a viagem juntos, com a diferença que vocês não a descobriram antes, apesar de habitar o território...’”⁸⁵.

Tendo como pano de fundo a segurança de que os caminhos da revolução brasileira conjugavam o mesmo verbo flexionado pela IC, não surpreende o tratamento concedido ao que se convencionou chamar de “questão agrária”. O reconhecimento do “feudalismo” como um quisto social na realidade brasileira acompanha a ausência de análises que confrontassem o paradigma europeu. Sem a disposição inicial para provocar o debate verificável no ensaio de Octávio Brandão, o diagnóstico feudal acaba tornando-se decisivo para compor as diretivas da atuação partidária no campo.

⁸⁴ Heitor Ferreira Lima, *Caminhos percorridos: memórias de militância*, p. 66.

⁸⁵ Paulo Sérgio Pinheiro, *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil 1922-1935*, p. 149-150.

“A VI Reunião do CEIC olhava o Brasil e via a China... Supunha-se que a luta pela dominação política da burguesia industrial implicaria a predominância de uma política industrial sobre uma política agrária. Parece haver aqui uma confusão entre o peso político dos proprietários de terra e feudalismo, associando o regime de relações no campo ao feudalismo: ‘O colono das fazendas do Sul, os trabalhadores do Norte, vivem como servos sob a dominação dos senhores todo-poderosos. Os cassacos de Pernambuco, no Norte da República, os caucheiros ou seringueiros do Amazonas se esgotam sob um trabalho excessivo, para o qual eles não recebem senão salários de fome’”⁸⁶.

Confusão é a palavra adequada para sintetizar a mescla da ausência de estudos independentes sobre a sociedade nacional com a derradeira convicção de que o desenvolvimento industrial afastaria o fantasma do “atraso”, tanto no plano da economia quanto no que se referia a existência social e material dos trabalhadores rurais. A constatação da exploração do trabalho, acrescida dos indicadores reveladores da miséria que afetava vastas regiões, garantiria uma espécie de reserva material para as mobilizações contestatórias, alimentando assim o tão propalado “espírito revolucionário das massas”. Refaz-se aqui o ponto nodal da crítica anteriormente recuperada pela análise de Berenice Cavalcante já no ato inaugural do PCB, ou seja, de que “a superação do atraso encontrava-se então pré-determinada pela expansão industrial”⁸⁷, que, por sua vez, estaria garantida pela precariedade das condições de vida dos trabalhadores sempre associada ao seu potencial revolucionário. Esse é o pano de fundo que permitiria aos comunistas, por exemplo, enxergar na audácia da aventura militar da Coluna Prestes uma influência direta

⁸⁶ Paulo Sérgio Pinheiro, *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil 1922-1935*, p. 157.

⁸⁷ Berenice Cavalcante, *Certezas e ilusões: os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira*, p. 42.

sobre os estratos médios das cidades, os trabalhadores urbanos e rurais. Afinal, não foi à toa que Prestes passou a ser identificado como o Cavaleiro da Esperança.

E como o modelo revolucionário a ser perseguido pelo Brasil era o programado para a China, segundo o CEIC (Comitê Executivo da Internacional Comunista), nada mais natural que

“Guralski, quadro da IC junto ao SSA, tenha chamado Prestes num determinado momento de ‘o nosso Chiang-kai-shek’. Tanto no plano da configuração das forças e alianças, quanto no das relações com os militares e suas dissidências...”⁸⁸.

De modo que em seu livro Paulo Sérgio Pinheiro destaca a relevância assumida por um conjunto de pressupostos e avaliações, sem qualquer assento na sociedade nacional, para os erros cometidos pelo PCB na liderança da insurreição de 1935. A falta de ressonância política das propostas comunistas ganha maior relevo devido à repressão contra os focos insurrecionais. Contudo, não se pode atribuir exclusivamente a um ou outro dirigente do partido a responsabilidade pelo fracasso da tentativa revolucionária. O cientista político prefere caracterizar o imponderado do experimento de 1935 recorrendo a uma definição conceitual da palavra que justifica o título do seu livro: “ilusão é a crença que, apesar de falsa, a mente aceita e a ela se submete como se fosse verdadeira, podendo assim influenciar a ação”⁸⁹. A certeza de que as disparidades sociais e os recorrentes conflitos da década de vinte conspiravam a favor dos revolucionários de 35 teria levado os comunistas ao enfrentamento armado, cuja vitória seria assegurada pela inserção na luta dos vastos setores insatisfeitos com o arranjo político do início dos anos trinta.

⁸⁸ Paulo Sérgio Pinheiro, *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil 1922-1935*, p. 231.

⁸⁹ Paulo Sérgio Pinheiro, obra citada, p 11.

Já o jornalista William Waack, manuseando no início da década de noventa documentos originais da III IC (relatórios, telegramas, cartas e etc.), insiste na tese da subordinação dos comunistas locais aos interesses da revolução mundial planejada pelos soviéticos e seus fiéis seguidores em diversos continentes. Dentre as orientações encontram-se assertivas comunicando que “a principal tarefa da revolução brasileira era ‘quebrar as relações pré-capitalistas na estrutura política e econômica do campo’”⁹⁰. O autor sinaliza ainda com algumas referências sobre o campo brasileiro presentes nos documentos, geralmente acompanhadas de detalhadas instruções para a atuação comunista: organização de sovietes de camponeses no Nordeste, aproveitamento da experiência chinesa na formação de “comitês de luta camponesa”, estabelecimento de contatos com os “melhores elementos do movimento de cangaceiros”, enfim, uma série de diretivas que caracterizam a influência da IC na análise dos enfrentamentos que envolveriam os trabalhadores rurais.

Às vésperas da interdição da Aliança Nacional Libertadora (ANL), ordenada por Getúlio Vargas, Waack transcreve o trecho de um telegrama dirigido a Prestes de Moscou, datado em 23 de junho de 1935, que sintetiza exemplarmente a leitura dos revolucionários (brasileiros e moscovitas) sobre a realidade nacional.

“Seria desejável que a Aliança e Prestes declarem garantir totalmente a liberdade de religião. E também confiscar terras e propriedades do clero que assumir uma posição inimiga e subserviente ao imperialismo. O Partido Comunista tem de manter sob controle os elementos anarquistas e impedir

⁹⁰ William Waack, *Camaradas: nos arquivos de Moscou a história secreta da revolução de 1935*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993, p.55.

que assaltem igrejas, levando-se em conta a extraordinária influência da Igreja e o atraso das massas camponesas”⁹¹.

Não é o caso de prosseguir destacando extratos de documentos produzidos no contexto do episódio de 35 para reafirmar o descompasso entre as expectativas comunistas e a conjuntura nacional, em particular a situação no campo. Entretanto, termino com um último exemplo representativo das expectativas em relação ao cenário das lutas sociais. Trata-se de uma interpretação otimista sobre as potencialidades do cangaço. E não é uma fala isolada, pois várias análises situam os cangaceiros como um canal possível de ligação do partido com a rebelião social no campo, embora reconheçam as dificuldades derivadas da relação ambígua mantida por eles diante dos poderosos proprietários de terras nordestinos.

“Apesar de perceber essas limitações, ao afirmar que o PCB não idealizava o movimento dos cangaceiros, ‘nos quais se encontra muitas vezes elementos desclassificados estranhos a um verdadeiro movimento revolucionário’, Prestes aprofundou os próprios elementos da lenda quando descreveu o papel dos comunistas: estes lutariam valentemente pela defesa dos camponeses insurretos e tentariam conduzi-los para uma via justa, aquela de uma luta consciente por seus interesses de classe, a fim de fundir todos esses movimentos esparsos num grande movimento de massa contra o feudalismo e o imperialismo. No movimento camponês, portanto, o PCB atribuía-se a tarefa de orientar e organizar o cangaço, articulando-o e integrando-o ao proletariado e à pequena burguesia”⁹².

⁹¹ William Waack, *Camaradas: nos arquivos de Moscou a história secreta da revolução de 1935*, p. 140.

⁹² Paulo Sérgio Pinheiro, *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil 1922-1935*, p. 276.

É precisamente na tentativa de conduzir os camponeses à “uma via justa” que reside o x do problema! Qual a credibilidade passível de ser atribuída ao projeto revolucionário que desconhece não somente os interesses, mas, sobretudo, as condições em que vivem os agentes que o partido deseja comandar? Essa é uma questão que permanece em aberto mesmo quando os comunistas escrevem as suas memórias, caso de Leôncio Basbaum e Heitor Ferreira Lima.

Dotados de uma indignação ímpar contra as misérias que saltam aos olhos e de uma incansável persistência na luta pela eliminação das desigualdades, não puderam compreender a distância que separava o sonho revolucionário da realidade que este deveria transformar. No isolamento precipitado pela leitura mecânica de uma teoria importada sem mediações críticas e imposta freqüentemente pelos que obtiveram êxito na tomada do poder, também não visualizaram na impossibilidade da comunicação com os trabalhadores rurais o anúncio da inutilidade de seus esforços.

CAPÍTULO 2

A (SIN) CRÔNICA DA REFORMA AGRÁRIA POR CAIO PRADO JÚNIOR

2.1 – O brasil que o Brasil não reconhece

2.2 – A essência do debate: a miséria material dos homens no campo

2.3 – Resquícios feudais no Brasil agrário?

2.4 – A pequena propriedade, o “latifúndio improdutivo” e a reforma agrária

2.5 – A revolução brasileira

CAPÍTULO II – A (SIN) CRÔNICA DA REFORMA AGRÁRIA POR CAIO PRADO JÚNIOR

“Maiores que eles mesmos, os sem-terra servem de símbolo para o Brasil pobre e atrasado. A sua marcha, que lentamente foi chamando a atenção de todo o país, teve um quê de épico, ecoou as manifestações de Mahatma Ghandi pela independência da Índia. É difícil ficar contra eles, mesmo sabendo que seus métodos políticos têm um cerne antidemocrático. Afinal, são gente honesta, que quer trabalhar a terra, educar os filhos. E, com tanta terra sobrando, eles vagam, como assombrações, desde o tempo de Antonio Conselheiro. Como antipatizar com uma organização que leva, para o encontro com o Presidente da República, uma sambista, um cacique com borduna e um bispo de bigode?”¹.

O trecho acima, retirado de uma reportagem de capa da *Revista Veja*, narra a realização da “Marcha Nacional Por Reforma Agrária, Emprego e Justiça” organizada pelo Movimento dos Sem-Terra, em abril de 1997, que acabaram sendo recebidos a contragosto em audiência pela Presidência da República no final do protesto². Conhecidos mais usualmente pela sigla MST, os trabalhadores rurais organizaram o evento para lembrar o primeiro ano da morte de dezenove acampados daquela organização, ocorrida em Eldorado dos Carajás, no Estado do Pará.

¹ *Revista Veja*, número 1492, 23/04/1997, p. 26.

² Sobre a Marcha, ver Christine de Alencar Chaves, *A marcha nacional dos sem-terra: um estudo sobre a fabricação do social*, Rio de Janeiro, Relume Dumará/UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política, 2000.

Iniciada em 17 de fevereiro de 1997, a marcha dos cerca de dois mil manifestantes sem-terra chega a Brasília dois meses depois, na quinta-feira do dia 17 de abril. Divididos em três colunas, os trabalhadores partiram de várias cidades em diferentes Estados: Rondonópolis (MT), Governador Valadares (MG) e São Paulo (SP), percorrendo aproximadamente mil quilômetros em cada trajeto. A ampla cobertura dispensada pela imprensa durante os sessenta dias de marcha conferiu visibilidade a estratégia escolhida para divulgar o esforço pela reforma agrária. Porém, o saldo político da mobilização se torna mais evidente na expressiva manifestação de protesto ocorrida naquela quinta-feira, quando os sem-terra alcançaram a esplanada dos ministérios arrastando milhares de pessoas para um ato em frente ao Congresso Nacional³. Para a maioria dos meios de comunicação que cobriram o evento, locais e internacionais, o número significativo de simpatizantes da luta pela reforma agrária foi a deixa para destacar o fato de que “o governo enfrentou o maior protesto popular desde a posse de Fernando Henrique em janeiro de 1995”⁴, onde somaram-se à bandeira da redistribuição de terras diversas exigências de alteração dos rumos traçados até então pelo mandatário do Planalto. A forma como a imprensa resgata o acontecimento retrata uma percepção disseminada pelo senso comum e atualiza um olhar característico sobre o trabalhador do campo, que vem sendo apresentado no decorrer da minha análise sobre a abordagem do denominado “problema camponês” pelo PCB.

O texto da *Revista Veja*, reproduzido acima, remete prontamente para uma distinção marcante e fundamental para os meus objetivos nesta tese de doutorado. Tal

³ O número total de manifestantes varia ao sabor da fonte utilizada: 30 mil para a Polícia Militar e 100 mil para os líderes do MST.

⁴ Conferir “Governo sitiado: sem-terra conquistam classe média e FHC enfrenta a oposição das ruas”, *Revista IstoÉ*, número 1438, 23/04/1997, p. 21.

diferenciação teria sido terminantemente difundida por Jacques Lambert, ainda em 1959. Trata-se do reconhecimento das diferenças entre duas sociedades que “não evoluíram no mesmo ritmo”.

De fato, os sem-terra de hoje simbolizam a sobrevivência de um contingente de lavradores impossibilitados de manter ou ter acesso ao cultivo da terra, preconizando uma exclusão secular identificada por vários autores na figura do homem livre miserável e dependente dos primórdios da colonização. E não parece apenas uma simples coincidência, se bem que possa ser entendida como uma comparação anacrônica, a evocação das manifestações de Ghandi para caracterizar a marcha dos lavradores; pois, segundo Jacques Lambert,

“no Brasil reproduzem-se os contrastes do mundo: nele seria fácil encontrar aspectos que lembram os de Los Angeles ou Chicago e outros que, sem serem tão trágicos, pois no Brasil há lugar para todos, fazem lembrar os da Índia ou do Egito”⁵.

Vale ainda mencionar que a alusão feita pelos repórteres da *Veja* ao “tempo de Antonio Conselheiro”, pela dramaticidade do desfecho da malfadada guerra de Canudos, revela o quinhão de tragédia que por vezes marca os conflitos sociais no meio rural. De qualquer forma, percebe-se a recorrência, no texto da reportagem, de determinados motes no tocante a questão agrária, como a marginalização social de amplos setores no campo e nas cidades, o atraso versus o progresso, a sombra do “fanatismo religioso” e, por último, o componente “antidemocrático” entrevisto por muitos na intervenção política dos agentes que se organizam no campo. Tais reverberações indicam a necessidade de prosseguir com

⁵ Jacques Lambert, *Os dois brasis*, 2ª. ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1967, p. 101.

a análise que situa os trabalhadores rurais e a luta secular pela reforma agrária. Na intenção de que tal exame permita, pelo menos, parafraseando a reportagem da *Veja*, compreender a presença do cacique e do bispo na audiência com o presidente, já que o caso da sambista parece querer demonstrar o inusitado daquela mobilização.

Neste sentido, antes de discutir a contribuição de um dos principais intérpretes dos dilemas que cercam a luta pela reforma agrária, o historiador e militante pecebista Caio Prado Júnior, cabe apresentar brevemente as origens desta diferenciação entre “dois brasis”, que inclusive fez escola entre os que igualmente se dispuseram a compreender o Brasil.

2.1 – O brasil que o Brasil não reconhece

Ao que parece, a visão dual dos *Dois Brasis* decorre do itinerário analítico proposto por Jacques Lambert, integrante, em 1939, da missão de professores franceses dedicados ao ensino na então Faculdade Nacional de Filosofia. O autor, mestre de direito comparado da Faculdade de Lyon, destaca que o descompasso rítmico entre as duas sociedades coexistentes no Brasil não implica uma diferença de natureza, mas de idade. O que contrapõe a cultura arcaica e imóvel das comunidades isoladas dispersas pelo interior à atividade mais móvel vislumbrada nas grandes cidades do Sul é a divisão “em dois sistemas de organização econômica e social, diferentes nos níveis como nos métodos de

vida”⁶. Mesmo reconhecendo, no livro publicado em 1959, a diversidade presente em meio ao contraste básico entre o “país subdesenvolvido e o país desenvolvido”, Jacques Lambert enquadra a diferença em um sistema classificatório que define um Brasil arcaico e um Brasil novo. Ambos expressam sentimentos e valores comuns, isto é, “não constituem duas civilizações diversas, mas sim, uma em face da outra, duas épocas de uma mesma civilização: os dois Brasis são igualmente brasileiros, mas estão separados por vários séculos”⁷.

Na verdade, o distanciamento econômico e cultural entre as cidades e o campo é encarado pelo autor como um traço característico do desenvolvimento em várias sociedades, o que, para ele, de certo modo, explica a feição conservadora atribuída ao espaço rural, resistente “a uma mudança de cujos benefícios não desfrutava”. No caso do Brasil, o isolamento das comunidades rurais é entendido como um agravante, que dificulta a difusão das mudanças e enfatiza uma sensação de permanência do atraso. Para Lambert, a resistência do Brasil arcaico é tão evidente que o leva a pensar no caso da Rússia como “a comparação mais perfeita”, embora no capítulo “A sociedade dualista e o contraste da estrutura social entre os dois Brasis” recorra mais freqüentemente ao exemplo do desenvolvimento norte-americano. Ao contrário dos EUA, onde a difusão da cultura dita progressista realizou-se à custa da Guerra de Secessão, o receio no Brasil é de uma assimilação do novo pelo arcaico. Daí a força da alegoria rememorada: “era comum ouvir-se dizer que o Estado de São Paulo, ligado aos demais Estados do Brasil, era como uma locomotiva que puxava dezenove carros vazios”⁸.

⁶ Jacques Lambert, *Os dois brasis*, p. 101.

⁷ Jacques Lambert, obra citada, p. 103.

⁸ Jacques Lambert, obra citada, p. 107.

O potencial figurativo associado à imagem da locomotiva, símbolo do novo, arrastando a sua passagem os resíduos do atraso, define o fundamental de um esquema analítico pautado pelo dualismo. A própria longevidade do modelo dual, enquanto explicação intelectual para a vida social, pode ser melhor entendida se vinculada à tradição acadêmica no meio universitário que lhe proporcionou as suas raízes:

“Lucien Febvre, que visitou o Brasil nos anos 1950, descreveu excitadamente as experiências de um historiador europeu na sua viagem ao Brasil. Discorreu sobre a alegria de ver homens vivendo lado a lado em diferentes períodos históricos. O Brasil era como um museu de coisas vivas, no qual o passado mantinha-se intacto”⁹.

No mesmo texto, logo em seguida, Emília Viotti menciona o nome de Jacques Lambert como outro francês “que também ficou muito impressionado pelas duas realidades contrastantes por ele vistas”. Porém o papel da influência francesa completa-se apenas com o resgate de uma nota de rodapé inserida em um ensaio de outro autor:

“aliás não foi pequena a contribuição dos autores franceses para a difusão dessa imagem dúplice de nossa identidade. Primeiro Lévi-Strauss, a propósito do envelhecimento precoce das cidades brasileiras, depois Lucien Febvre, observando a superposição de diversas idades históricas num só país. A seguir Roger Bastide, detendo-se ora na descrição dos contrastes, ora na crispação dos elementos antagônicos, ora na harmonização dos contrários, mas foi sem dúvida Jacques Lambert quem cunhou o clichê mais

⁹ Emília Viotti da Costa, “A revolução burguesa no Brasil”, *Revista Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, nº 4, 1978, p. 178.

duradouro de nossa civilização dividida em duas partes isoladas por um abismo de séculos...”¹⁰.

E aqui Paulo Arantes recorre explicitamente a leitura de Emília Viotti para inferir que o dualismo, “antes de se tornar modelo econômico, tipologia sociológica ou chave de interpretação histórica, foi sobretudo expressão de uma experiência coletiva”¹¹. Alicerçado na crença de que o desenvolvimento econômico seria obtido a partir do embate da modernidade contra os vestígios do passado, o modelo dualista sobrevive e reivindica a sua coerência analítica pelo menos até a crise do projeto desenvolvimentista, quando a chamada “teoria da dependência” surge como alternativa interpretativa. Entretanto, é fundamental reter a idéia do esquema dualista como resultante, antes de tudo, da “formalização teórica de uma experiência coletiva”¹², pois ela impregna fortemente a visão dos que pensam o Brasil como um compósito do rural, associado ao tradicional, e do urbano, por sua vez atado ao moderno, estabelecendo assim um refinamento conceitual e acadêmico do modelo dual esquematicamente construído em *Agrarismo e industrialismo*.

Para avançar no diagnóstico dessa estrutura social arcaica, sem descartar a influência da herança latina e considerando a interferência do meio e das formas de sociabilidade nativas¹³, Lambert reafirma o papel preponderante da “dispersão muito precoce do povoamento” nos traços identificados na população rural. O tipo de ocupação favorecido pela colonização portuguesa teria estimulado em grande medida o isolamento.

¹⁰ Paulo Eduardo Arantes, *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, p. 24.

¹¹ Paulo Eduardo Arantes, obra citada, p. 22.

¹² Emília Viotti da Costa, “A revolução burguesa no Brasil”, p. 178.

¹³ Um apanhado significativo das origens do debate acerca da identidade do “homem brasileiro” pode ser compilado no texto de Abílio da Silva Guerra Neto, *O homem primitivo: origem e conformação no universo cultural brasileiro (séculos XIX e XX)*, Campinas, Dissertação de Mestrado em História da Unicamp, 1990.

“Pioneiros em demasia, incapazes de manter os contactos indispensáveis à manutenção de uma civilização evoluída em virtude do seu completo isolamento, só devastavam o território que não conseguiam explorar. Grande parte do Brasil foi assim apropriado antes de ter podido ser explorado; hoje esse território tem que ser reconquistado de uma população meio indígena, meio européia, empobrecida e ignorante”¹⁴.

Conquanto o autor omíta a bibliografia utilizada para redigir sua interpretação da vida nacional, pode-se inferir nas palavras acima a referência implícita à leitura de *Formação do Brasil contemporâneo*; embora não seja possível afirmar que Lambert tenha de fato lido a obra do historiador paulista. O livro de Caio Prado Jr., publicado em 1942, procura compreender o “sentido da colonização” brasileira enquanto empreendimento comercial inserido no contexto internacional da disputa pela exploração do continente americano. Tal escolha decorre de uma preocupação com os problemas do Brasil da década de 40, que leva o historiador a vasculhar no passado colonial a configuração-mestra da vida social contemporânea. Nessa busca é necessário situar a ocupação e povoamento do território à luz da diversidade definidora de uma sociedade original.

“Este algo novo não é uma expressão abstrata; concretiza-se em todos os elementos que constituem um organismo social completo e distinto: uma população bem diferenciada e caracterizada, até etnicamente e habitando um determinado território; uma estrutura material particular, constituída na base de elementos próprios; uma organização social definida por relações específicas; finalmente, até uma consciência, mais precisamente uma certa ‘atitude’ mental coletiva particular”¹⁵.

¹⁴ Jacques Lambert, *Os dois brasis*, p. 112.

¹⁵ Caio Prado Jr., *Formação do Brasil contemporâneo*, 11ª ed., São Paulo, Editora Brasiliense, 1971, p. 10.

A peculiaridade determinante desse “organismo social completo e distinto” é apropriada por Lambert como elemento explicativo do imobilismo percebido na organização da propriedade e da produção. A grande exploração é vista pelo francês através do polêmico conceito de propriedade feudal hierarquizada, que propicia o isolamento e o perfil de um povoamento “retalhado em pequenas comunidades, cimentadas pelos contactos diretos da vizinhança e do patronato”¹⁶. Porém o fundamental na argumentação de Lambert, para os propósitos desta análise, aparece no seguinte trecho:

“mas, se a fazenda é o fator primordial da imobilização da sociedade rural e contribui para lhe conservar o caráter arcaico, é menos devido ao monopólio das terras e ao obstáculo que esse monopólio criou ao desenvolvimento da pequena propriedade familiar, do que à sua tendência a restringir os contactos sociais a um pequeno grupo primário e a favorecer o isolamento”¹⁷.

Interessa sobremaneira reter o papel secundário atribuído aqui ao monopólio da terra, que aparece confrontando a tese dos autores que localizam na concentração da propriedade, favorecida pelo monopólio, a raiz de diversos males. Para o francês, “é uma tolice, constantemente repetida, a afirmação de que o homem do campo brasileiro não possui terras porque a grande propriedade tomou conta do país”¹⁸. Consoante com uma leitura muito difundida por setores que discutem o problema agrário no Brasil, Lambert prefere identificar na falta de capitais, seja para comprar terras ou para financiar a exploração nas pequenas propriedades existentes, o principal entrave para o seu desenvolvimento.

¹⁶ Jacques Lambert, *Os dois brasis*, p. 113.

¹⁷ Idem, *ibidem*.

¹⁸ Jacques Lambert, obra citada, p. 114.

Ao contrário de Lambert, Caio Prado procura contextualizar mais rigorosamente o papel desempenhado pelo isolamento do homem no campo para as possibilidades de desenvolvimento da pequena propriedade. Em uma conferência proferida em dezembro de 1946, abordando o tema do isolamento demográfico no meio rural, o historiador afirmava que

“a personalidade humana e suas expressões culturais somente se desenvolvem através dos contatos, que as distâncias desertas tornam impraticáveis. O típico caboclo brasileiro, com todos os seus consideráveis e reconhecidos defeitos, é bem um símbolo da situação demográfica predominante em nosso país”¹⁹.

Todavia, Caio Prado prefere proceder à análise da estrutura social do campo brasileiro para procurar compreender os entraves da produção agrícola; ao invés de precipitadamente atribuir tal atraso ao isolamento ou à ausência pura e simples de investimentos em dinheiro para alavancar a produção. O estudo da forma como se organiza essa estrutura social acaba levando o historiador a concluir que a “pequena propriedade é um fator de estabilidade rural; muito superior neste sentido, em todo caso, que a fazenda”²⁰. Pois a característica concentração da propriedade da terra nesta última significaria para o “fazendeiro um negócio, uma especulação, como seria outra atividade qualquer, comercial ou financeira”²¹. Assim,

“a pequena propriedade representa, sobre a grande, um progresso sensível. Tanto em matéria de aproveitamento do solo, de intensificação e aperfeiçoamento da produção, como na elevação do padrão de vida dos

¹⁹ Caio Prado Júnior, “Problemas de povoamento e a divisão da propriedade rural”, In Caio Prado Jr., *Evolução política do Brasil e outros estudos*, 8ª. ed., São Paulo, Editora Brasiliense, 1972, p. 211.

²⁰ Caio Prado, “Problemas de povoamento e a divisão da propriedade rural”, p. 220.

²¹ Caio Prado, obra citada, p. 216.

trabalhadores – coisa tão importante num momento em que nossa indústria está urgentemente precisando de mercados – a pequena propriedade sobreleva de muito a fazenda. Em média, uma fazenda de cem trabalhadores, por exemplo, representa um patrimônio, um acervo econômico inferior ao dos mesmos cem trabalhadores transformados em pequenos proprietários autônomos”²².

Percebem-se então nítidas diferenças entre a interpretação do Brasil de Caio Prado e aquela vislumbrada por Lambert. Já em 1946 o historiador paulista defende “a subdivisão da propriedade rural e o retalhamento das fazendas com um objetivo muito preciso: estabilizar e concentrar o povoamento, que no atual sistema é essencialmente móvel, instável, disperso”²³. De resto,

“poderá chegar-se através das cooperativas a corrigir todos os inconvenientes que à primeira vista possa apresentar a pequena propriedade; e ao mesmo tempo que se estabiliza com ela a população rural, e se eleva o seu padrão de vida, se contornam aqueles defeitos que social econômica e tecnicamente se podem nela assinalar”²⁴.

Por fim, é evidente que a crítica à visão dualista de Jacques Lambert, que inclusive ganha formas diversificadas enquanto esquema analítico fundador de diversas interpretações, há tempo vem sendo efetuada. A tese dos *Dois Brasis* não resistiu ao apuro conceitual e ao aprofundamento dos estudos sobre as relações indistintas entre o rural e o urbano²⁵. Os vínculos são promíscuos demais para sustentarem um divórcio tão absoluto.

²² Caio Prado Júnior, “Problemas de povoamento e a divisão da propriedade rural”, p. 225.

²³ Caio Prado, obra citada, p. 229.

²⁴ Caio Prado, obra citada, p. 232.

²⁵ Sobre o tema ver Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva, *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1981, principalmente pp. 37-72.

No entanto, como se percebe na contemporânea reportagem da *Veja* sobre a chegada dos sem-terra a Brasília, o Brasil “velho” vez por outra insiste em incomodar o Brasil “novo”. E por isso, de algum modo, creio que a conclusão a que chega um dos precursores na academia do estereótipo arcaico versus moderno sobrevive e repõe, quase sempre, um de seus argumentos chaves: “o monopólio não é o principal problema”. Essa derradeira afirmativa merece ser revisitada pela complexa reflexão de um dos principais intérpretes da sociedade brasileira, o autor de *Formação do Brasil contemporâneo*. Até porque Caio Prado Júnior, historiador e militante pecebista, dedica-se não apenas a dialogar com as teses produzidas no âmbito das cátedras universitárias, mas, sobretudo, a contestar a interpretação para o Brasil elaborada por seu próprio partido.

2.2 – A essência do debate: a miséria material dos homens no campo

No artigo “Herança de Caio Prado Jr.”, publicado por José Eli da Veiga a propósito do relançamento do livro *A questão agrária no Brasil*²⁶, o Professor de Economia e Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo destaca a atualidade dos textos publicados pelo historiador no início da década de 1960. Contudo, é com certo pesar que se

²⁶ Cf. José Eli da Veiga, “Herança de Caio Prado Jr.”, *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 04 de novembro de 2000, p. B2.

faz o reconhecimento dessa insistente atualidade dos ensaios destinados a analisar o ordenamento agrário do Brasil. Tanto que, para José Eli, “até agora a sociedade brasileira mostrou-se incapaz de acabar com a deplorável situação de miséria material e moral que continua a dominar sua ruralidade”, preocupação central na reflexão caiopradiana desde a elaboração do seu primeiro livro²⁷. É à justa constatação dessa reincidência que recomenda a apresentação das contribuições daquele autor para contextualizar a afirmativa utilizada pelo articulista para finalizar o seu artigo: “ainda não somos merecedores da herança intelectual deixada por Caio Prado Jr.”.

Para refletir sobre essa inquietação é importante retomar a argumentação explicitada na compilação dos artigos publicados por Caio Prado na *Revista Brasiliense*, mais precisamente no período que antecede ao golpe militar de 1964, e que deu origem ao livro intitulado *A questão agrária no Brasil*. Nele percebe-se a preocupação recorrente do autor em associar o tema da reforma agrária ao debate sobre um modelo de desenvolvimento para o País. Segundo a “Nota Prévia”, escrita pelo autor e que serviu de introdução para a reunião dos vários artigos na edição do livro, publicado originalmente em novembro de 1978, o golpe dos militares redireciona repentinamente esse debate e assegura, em que pese a iniciativa de determinados setores na implementação do Estatuto da Terra (1964), a reprodução de um modelo agrário concentrador da propriedade fundiária e herdado do passado colonial²⁸. Esse olhar retrospectivo, que procura ao final dos anos setenta avaliar os prejuízos para o desenvolvimento nacional e autônomo decorrentes do

²⁷ Refiro-me aqui ao texto *Evolução política do Brasil e outros estudos*, que teve a sua primeira edição em 1933.

²⁸ Sobre “o deslocamento do raciocínio político da Economia para a Estratégia”, ver João Quartim de Moraes, “A evolução da consciência política dos marxistas brasileiros”, In João Quartim de Moraes (org.), *História do marxismo no Brasil*, v. 2, Campinas, Editora da Unicamp, 1995, especialmente pp. 81-93.

abandono de uma política para a distribuição de terras, caracteriza as possibilidades interpretativas existentes na obra de Caio Prado, reconhecidas por vários estudiosos, uma “espécie de sentimento dos problemas nucleares da experiência brasileira”²⁹.

Neste sentido, como que para elucidar a arrebatadora intervenção dos militares, o historiador menciona a retirada da agenda política do tema da “reforma da estrutura agrária do Estado como um dos principais objetivos no setor da agricultura”³⁰, defendida até então, por exemplo, como uma política a ser implementada pelo governo do Estado de São Paulo, à época controlado pelo conservador Carvalho Pinto (1959-1962)³¹. Ou seja, o tema da reforma agrária ganharia um novo curso a partir dos acontecimentos de abril de 1964 e alteraria profundamente a relação dos movimentos sociais e partidos políticos com o Estado.

Diante disso, a permanência da estrutura fundiária concentradora e a presença de uma farta oferta de mão-de-obra no campo são os fatores principais apontados para explicar a penúria das condições de vida e de trabalho no Brasil rural do início dos anos sessenta. O que revela a motivação que levou o autor a observar este universo social; uma incondicional preocupação com “os ínfimos padrões de existência daquela considerável parcela da população brasileira – padrões materiais, e como conseqüência, também padrões

²⁹ Entre eles ver Rubem Murilo Leão Rêgo, *O sentimento do Brasil: Caio Prado Júnior – continuidades e mudanças no desenvolvimento da sociedade brasileira*, São Paulo, Tese de Doutorado de Sociologia da USP, 1995, p. I.

³⁰ Caio Prado Júnior, *A questão agrária no Brasil*, 4ª. ed., São Paulo, Editora Brasiliense, 1987, p. 10.

³¹ A esse respeito é interessante observar o testemunho de José Gomes da Silva, em uma entrevista concedida em setembro de 1984. Nela o ativo defensor da reforma agrária revela que começou a aproximar-se do tema a partir de um convite para acompanhar o Projeto de Revisão Agrária proposto no âmbito da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, exatamente durante o Governo de Carvalho Pinto, em 1961. O que confirma a percepção de Caio Prado da disseminação de um debate sobre a estrutura agrária em vários segmentos sociais. Cf. Regina Bruno e Abdias Vilar de Carvalho, “Entrevista: José Gomes da Silva”. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, nº 6, julho de 1996, pp. 37-48. Sobre o Projeto de Revisão Agrária de Carvalho Pinto, ver Célia Aparecida Ferreira Tolentino, *Revisão Agrária Paulista: a proposta de modernização do campo do Governo Carvalho Pinto – 1960*, Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado do CPDA/UFRRJ, 1990; e o próprio Caio Prado Jr., *A questão agrária no Brasil*, 4ª. ed., São Paulo, Editora Brasiliense, 1987, pp. 127-141.

culturais”³². Aliás, malgrado o esforço crítico empenhado em situar as inconsistências da interpretação caiopradiana, é fundamental mostrar com clareza o ponto de partida que orienta a apresentação pelo historiador dos dois caminhos possíveis para a realização da reforma agrária e que foram, por via de regra, apontados como comprovação de fragilidade analítica: “o que se entende e deve entender por ‘reforma agrária’ nas atuais circunstâncias do país, é a elevação dos padrões de vida da população rural, sua integração em condições humanas de vida”³³. Sendo a definição do que consiste tal “elevação dos padrões de vida” objeto da atenção e exposição constante em seus trabalhos, uma espécie de razão de ser do seu engajamento como intelectual e político.

No entanto, antes de discutir “os dois caminhos que embora convergentes são distintos e precisam ser considerados à parte e cada qual por si”³⁴, ou mesmo situar o entendimento da mudança nos padrões de vida do homem no campo, é preciso acompanhar passo a passo o raciocínio e a investigação que fornecem os subsídios para estas afirmativas³⁵. Sob pena de deixar escapar a força de uma narrativa que transformou o seu autor no “primeiro grande exemplo de interpretação do passado em função das realidades

³² Caio Prado, *A questão agrária no Brasil*, 4ª. ed., São Paulo, Editora Brasiliense, 1987, p. 15.

³³ Caio Prado, *A questão agrária no Brasil*, p. 88.

³⁴ Caio Prado, *A questão agrária no Brasil*, p. 89.

³⁵ Rubem Murilo destaca a inquietação de Caio Prado com a observação da conjuntura em que o historiador elabora as suas reflexões, apontando para o permanente entrelaçamento do intelectual com o militante político. “É importante ressaltar que a análise da questão da reforma agrária esteve sempre norteadada, no autor, pela preocupação com a intervenção conjuntural, ou seja, pelo exame das possibilidades concretas que o momento histórico permitia de se caminhar no sentido da transformação das bases organizativas da agropecuária brasileira”, Rubem Murilo Leão Rêgo, “Capitalismo, reforma agrária e cidadania”, In, Maria Ângela D’Incao (org.). *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*, São Paulo, Brasiliense/Editora Unesp, 1989, p. 201. De certo modo, semelhante comportamento torna inteligível a oscilação de Caio Prado da defesa intransigente de uma reforma agrária à prioridade quase absoluta para a extensão da legislação trabalhista para o campo.

básicas da produção, da distribuição e do consumo”³⁶. Também admirado nos meios acadêmicos pela

“sua conduta de comunista derrotado no PCB na mais completa disciplina, exceto na interpretação do Brasil, por onde passam todas as controvérsias que ele oferece ao seu partido por quase meio século, pelo menos desde a época da articulação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), em 1935”³⁷.

E por falar em controvérsia, logo de saída ele afirma que não há como tratar de temas como “agricultura” ou “produção agropecuária” sem abordar o problema da distribuição da propriedade da terra. Nesta armadilha teria incidido mesmo um economista sensível aos dilemas nacionais como Celso Furtado³⁸, orientador das políticas para o Nordeste da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), na medida em que cometeu “o grave erro de confundir os diferentes setores, categorias e classes sociais diretamente ligadas às atividades agrárias, no conceito genérico de ‘agropecuária’”³⁹. Consoante a leitura do social preconizada pelo método criado por Marx e norteadora da análise de Caio Prado é primordial diferenciar e classificar o reduzido

³⁶ Cf. Antonio Cândido, “O significado de Raízes do Brasil”, In Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*, 21ª. ed., Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1989, p. xl.

³⁷ Raimundo Santos, *Caio Prado Jr. na cultura política brasileira*, Rio de Janeiro, Mauad/FAPERJ, 2001, p.13.

³⁸ Vários autores estabelecem paralelos entre os trabalhos de Celso Furtado e Caio Prado. Igor Zanoni Carneiro Leão, por exemplo, destaca que os dois: “aproximam-se bastante não apenas nos seus conceitos centrais e na sua problemática básica que é a transição para a economia nacional como também na forma de encarar a dinâmica dessa transição e a estrutura básica da colônia”, In *A matriz teórica de Caio Prado Júnior: a nação inconclusa*, Campinas, Tese de Doutorado do Instituto de Economia da Unicamp, 1994, p. 86.

³⁹ Caio Prado refere-se aqui a um artigo publicado por Furtado no jornal *O Estado de São Paulo*, em 6 de novembro de 1959. Cf. *A questão agrária no Brasil*, p. 20. Na verdade, o pano de fundo para esta polêmica confronta visões distintas sobre o potencial de desenvolvimento brasileiro. Ver, por exemplo, Raimundo Santos e Luiz Flávio Carvalho Costa, “Camponeses e política no pré-64”, *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, nº 8, abril de 1997, pp. 83-117. De toda forma, pode-se dizer que Caio Prado é excessivamente severo em sua breve menção ao elaborador das propostas reformistas que conceberam o Plano Trienal do governo de João Goulart, sobre o tema conferir também Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva, *Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil*, Rio de Janeiro, Campus, 1999, especialmente pp. 175-177.

grupo dos grandes proprietários de terra e seus administradores, cerca de 10% dos que viviam no campo, da imensa maioria que padece das dificuldades identificadas por vários estudiosos da época. Não se trata apenas de uma querela conceitual, já que interessa ao historiador manter a perspectiva da melhoria das condições de vida do trabalhador rural como objetivo central do debate. E o trabalhador aqui mencionado possui contornos bem definidos, conforme se depreende do trecho abaixo.

“Quando se fala por exemplo, como tem sido ultimamente tão falado, em ‘reforma’ no Nordeste a fim de melhorar aí as condições de vida da população, não se está, evidentemente, fazendo referência aos grandes proprietários, usineiros, senhores-de-engenho, fazendeiros, que para esses o problema não se propõe. É natural portanto que antes de cuidar da solução desse problema, se comece por distinguir o setor da população para que a solução se dirige”⁴⁰.

Essa abordagem direta constitui-se em uma marca registrada, um estilo inconfundível a ser explorado nesta Tese e que configura o espaço intelectual ocupado por Caio Prado, que lhe confere a sua autoridade como intérprete original da História do Brasil. Em outras palavras,

“nenhum romantismo, nenhuma disposição de aceitar categorias banhadas em certa aura qualitativa – como ‘feudalismo’ ou ‘família patriarcal’, -- mas o desnudamento operoso dos substratos materiais. Em consequência, uma exposição de tipo factual, inteiramente afastada do ensaísmo e visando a convencer pela massa do dado e do argumento. Como linha interpretativa, o materialismo histórico, que vinha sendo em nosso meio uma extraordinária alavanca de renovação intelectual e política; e que, nessa obra, aparecia pela

⁴⁰ Caio Prado Jr., *A questão agrária no Brasil*, p. 20-21.

primeira vez como forma de captação e ordenação do real, desligado de compromisso partidário ou desígnio prático imediatista”⁴¹.

Após estabelecer os limites da utilização genérica do termo agropecuária enquanto categoria analítica, Caio Prado destaca que apesar da disparidade também existente entre os grandes proprietários, mais ou menos interessados nas transformações das técnicas agrícolas, o essencial para a compreensão da temática da reforma agrária é considerar uma outra distinção, que aliás antecipa um debate permanente.

“Os grandes proprietários e fazendeiros, lavradores embora, são antes de tudo homens de negócio para quem a utilização da terra constitui um negócio como outro qualquer – ainda teremos ocasião de considerar esse aspecto característico e da maior significação, da economia agrária brasileira. Do outro lado, para os trabalhadores rurais, para a massa camponesa de proprietários ou não, a terra e as atividades que nela se exercem constituem a única fonte de subsistência para eles acessível. Confundindo na análise da questão agrária situações tão distintas, não se pode evidentemente ir muito longe” (grifos meus)⁴².

Além do já mencionado Celso Furtado, a última frase presume o diálogo do autor com vários interlocutores. Sua ênfase denota o esforço em separar os diversos interesses na disputa pela terra. Fica claro que a caracterização de tais diferenças evita associar mecanicamente a precariedade das condições de vida da população no campo com as

⁴¹ Antonio Cândido, obra citada, pp. xl-xli. A obra a que faz referência Antonio Cândido na citação é *Formação do Brasil Contemporâneo*, que teve a sua primeira edição em 1942.

⁴² Caio Prado, *A questão agrária no Brasil*, p. 22. Aliás, essa caracterização dos grandes proprietários e latifundiários como, antes de qualquer coisa, “homens de negócio” é fundamental para a análise do desenvolvimento capitalista no Brasil realizada pelo historiador. Para ele: “todos esses grupos que constituem no Brasil, em conjunto, a classe econômica, financeira, social e politicamente dominante, se compõem da mesma categoria de indivíduos, sejam suas atividades urbanas ou rurais. (...) São todos homens de negócio, burgueses e capitalistas – na acepção específica, econômica e social da expressão – que não se diferenciam entre si senão pelo ramo e vulto de seus negócios”, In Caio Prado Júnior, *A revolução brasileira*, 7ª. ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987, p. 71.

gritantes deficiências de orientação econômica e tecnológica da produção agrícola. A restrição dos problemas da produtividade na agricultura aos escassos investimentos em tecnologia é então colocada abertamente em discussão. Caio Prado destaca que “ao fim essencial visado pela agropecuária brasileira, ela foi no passado, e é em boa parte ainda hoje, uma empreitada coroada de êxito”⁴³, sobretudo um excepcional negócio para os grandes proprietários.

Para assinalar as razões centrais do “sucesso” do empreendimento agropecuário brasileiro, o autor retoma os dois aspectos determinantes apresentados anteriormente: a) a apropriação de um generoso contingente de terras por poucos; b) a abundante disponibilidade de mão-de-obra barata e localizada nos arredores das grandes propriedades. Vale lembrar que no início da década de sessenta o crescimento do emprego urbano é só uma promessa para a maior parte do território nacional. O que mantém comprimidos os ganhos dos trabalhadores tanto no campo quanto nas cidades. Assim, estimulada pela farta e depreciada presença dos trabalhadores no meio rural, a lógica que organiza o “negócio” altamente lucrativo da agropecuária local combina a exploração intensa dessa mão-de-obra com a ocupação extensiva de terras igualmente abundantes. Logo,

“não havia motivos comercialmente ponderáveis para aumentar as despesas de inversão e custeio, mesmo quando isso era realizável, o que nem sempre e mesmo em geral não foi o caso, quando os processos utilizados ofereciam margem de lucros suficientemente compensadores, e o prejuízo com o desgaste de recursos naturais era facilmente amortizado”⁴⁴.

⁴³ Caio Prado, *A questão agrária no Brasil*, pp. 23-24.

⁴⁴ Caio Prado, *A questão agrária no Brasil*, pp. 27-28.

Mais uma vez, o pano de fundo para a análise é o diagnóstico do desenvolvimento social no Brasil. O autor procura demonstrar que, sobretudo neste caso, não existe uma relação inequívoca entre desenvolvimento tecnológico e mudança nas condições de trabalho no mundo rural, dado que os objetivos do negócio agropecuário independem da qualidade de vida da maioria dos trabalhadores e são prontamente atingidos. Um caso típico de expansão pela ocupação de terras virgens foi a lavoura cafeeira, que desgastou áreas imensas com a sua penetração. Já a ampliação da lavoura canavieira confirma o descompasso por vezes existente entre progresso tecnológico e melhoria da situação do trabalhador, principalmente no Nordeste do país. Em sua análise, Caio Prado constata inclusive uma deterioração nessas condições de vida, na medida em que

“a expansão das lavouras de cana necessárias para o adequado abastecimento em matéria-prima das modernas e imensas usinas, foi reduzindo o espaço antes ocupado por culturas de subsistência mantidas pelos trabalhadores e das quais eles tiravam o essencial do seu sustento” (Idem, 29-30).

É o exame cuidadoso dos dados elaborados pelo Recenseamento de 1950 que reafirma a inexorável concentração fundiária brasileira⁴⁵. Feita a ressalva de que os indicadores utilizados para o Censo apresentam apenas as informações referentes a “área abrangida por propriedades economicamente organizadas, isto é, estabelecimentos agropecuários”⁴⁶, o autor chama a atenção para o equívoco bastante repetido de que a

⁴⁵ O artigo já mencionado de José Eli da Veiga resgata a atualidade de Caio Prado exatamente projetando uma comparação da análise do Recenseamento de 1950 com o resultado obtido pelo Censo Agropecuário realizado em 1995/6. Embora haja um aumento considerável da população e a proporção entre habitantes do meio rural e do urbano tenha sofrido uma profunda inversão, “quase não se alterou a distribuição dos recursos naturais”, especialmente quando se registra que “nem todos os que continuam a fazer parte da minoria [década de noventa] rural são dependentes de atividades agropecuárias para sobreviver”.

⁴⁶ Caio Prado, *A questão agrária no Brasil*, p. 33.

propriedade da terra aparece concentrada devido a existência de regiões em que há uma baixa densidade demográfica. Com efeito, se o referencial utilizado para a projeção das estatísticas obtidas a partir do Recenseamento não considerou a totalidade das terras existentes no país, significa que não há como afirmar que a concentração fundiária no Brasil se justifica pela tese: “pouca gente para muita terra”. Até porque esta concentração da terra encontra-se distribuída pelo território nacional, ou seja, está presente também “onde uma população estável, socialmente e economicamente organizada, vive normalmente e exerce suas atividades regulares”⁴⁷.

Para confirmar o elevado grau de concentração fundiária, estabelece-se uma comparação entre os indicadores apresentados para os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Com exceção de algumas “zonas coloniais do extremo sul, onde a pequena propriedade (com menos de 100 ha de área) ocupa mais de 70% da área total da zona”⁴⁸, e de faixas determinadas no Estado do Espírito Santo, percebe-se o predomínio absoluto da grande propriedade. Ela não só controla a terra propriamente dita, mas também assegura o acesso “sobre os recursos econômicos que constituem a única fonte de subsistência” (Idem, 34) dos habitantes do campo. Os números relativos à estrutura agrária do Nordeste, por exemplo, contribuem para que o historiador articule a disponibilidade excessiva de mão-de-obra com os efetivos interesses do negócio agropecuário brasileiro.

“Sem mão-de-obra disponível, o grande estabelecimento agropecuário, a usina, o engenho, a fazenda de tipo comercial de que se estrutura a economia agrária do Nordeste – como a do Brasil em geral –, não poderia

⁴⁷ Caio Prado, *A questão agrária no Brasil*, p. 33.

⁴⁸ Caio Prado, *A questão agrária no Brasil*, p. 47.

existir. A concentração da propriedade fundiária tem assim o duplo efeito: primeiro, o de conceder ao empreendimento agromercantil uma base territorial conveniente para a realização de seus objetivos; e em seguida, de assegurar ao mesmo empreendimento a mão-de-obra indispensável de que necessita” (Idem, 42-43).

A manutenção dessa estrutura agrária é para Caio Prado uma herança do sistema colonial e se constitui no principal esteio da organização econômica brasileira, fundada no abastecimento em larga escala de produtos derivados da agricultura para os mercados europeus. Ela seria também responsável pela persistência de um modelo de exploração agrícola caracterizado por, basicamente, dois tipos de atividades:

“de um lado, a que objetiva um produto de alta expressão comercial – como entre outros a borracha e a castanha na Amazônia; a cera de carnaúba no baixo Jaguaribe (Ceará); o coco na faixa litorânea de Alagoas e Bahia; a cana-de-açúcar no litoral do Nordeste e outras zonas do Centro-Sul do País; o cacau no sul da Bahia; o café em extensas zonas de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná; o algodão em setores do Nordeste e de São Paulo, etc. –; de outro lado, as atividades subsidiárias que são sobretudo as que objetivam a produção de gêneros de subsistência da população local. A distinção e separação são nitidamente marcadas, refletindo-se na organização da produção e hierarquia e valoração das atividades respectivamente aplicadas num e noutro setor – donde níveis tecnológicos igualmente bem apartados. Doutra lado, a distinção exprime a diferenciação de classes em que se divide a população rural: de uma parte os grandes proprietários interessados unicamente no produto principal que constitui o seu negócio, e organizando em função dele o empreendimento que dirigem. O que significa, dada a posição dominante que ocupam com esse empreendimento, configurando o essencial da estrutura econômica local. De outra parte está a população trabalhadora, que naquela estrutura não

participa senão na qualidade de fornecedora efetiva ou potencial de mão-de-obra. E se ocupa nas sobras de terra e de tempo deixadas disponíveis pela exploração principal, com suas produções subsidiárias e de expressão secundária”⁴⁹.

Essas duas modalidades de produção, difundidas genericamente à época pela designação respectiva de comercial e secundária, encontram-se profundamente relacionadas. De modo que os ritmos da grande exploração comercial, que se beneficia da utilização de uma mão-de-obra com dificuldades para assumir o controle da propriedade da terra, influenciam diretamente as atividades das lavouras de subsistência, restritas “as sobras de terra e de tempo deixadas disponíveis pela exploração principal”. Quanto maior àquela, menos intensa é a segunda e mais concentrada se apresenta a estrutura fundiária. Com efeito, essa caracterização genérica da distribuição da atividade rural delimita o investimento tecnológico na produção agrícola e a própria orientação do trabalho no campo.

Assim sendo, outro aspecto relevante é a vinculação que se estabelece entre a grande propriedade e a organização do mundo do trabalho. A lógica subjacente à ocupação do vasto território nacional e que determina as relações de trabalho é ditada pelos interesses da grande lavoura comercial. Para suprir a necessidade de trabalhadores para a produção agrícola recorre-se inicialmente a escravidão, cuja prática é apropriada posteriormente no emprego de “certas formas de escravidão disfarçada, como a retenção de trabalhadores por dívidas contraídas junto ao empregador”⁵⁰. Mais do que isso, a interdependência entre o urbano e o rural é evidente quando se observa a transferência da

⁴⁹ Caio Prado, *A questão agrária no Brasil*, pp. 50-51.

⁵⁰ Caio Prado, *A questão agrária no Brasil*, p. 59.

mão-de-obra de algumas regiões mais densamente povoadas para outras em que há uma forte demanda por trabalhadores rurais. Porém, contrariando as expectativas de que tal influxo contribua para a melhoria da remuneração do trabalho, tal migração acaba deteriorando ainda mais as condições de trabalho no campo e nas cidades, na medida em que a demanda pelo trabalho agrícola deprime os salários urbanos. O resultado dessa concorrência pela mão-de-obra é apresentado pelo autor em uma constatação marcada por uma contemporaneidade perturbadora e, em outro sentido, igualmente deprimente.

“O mesmo problema da insuficiência de mão-de-obra também generalizou em alguns lugares um verdadeiro tráfico de trabalhadores. Ainda recentemente os jornais noticiavam com destaque – embora não se tratasse nem de fato isolado, nem de novidade – a ‘venda’ de nordestinos, transportados de caminhão, a fazendeiros de Minas Gerais e Goiás”⁵¹.

Sobre a remuneração desse trabalhador rural, submetido em sua maioria ao “negócio” do grande empreendimento comercial agrícola e às circunstâncias mais desfavoráveis, o autor distingue três formas de pagamento, que podem apresentar-se isoladamente ou combinadas, variando ainda conforme a região e a atividade produtiva nela explorada: “o pagamento em dinheiro (salário); em parte do produto; e finalmente com a concessão ao trabalhador do direito de utilizar com culturas próprias, ou ocupar com suas criações, terras do proprietário em cuja grande exploração ele está empregado” (Idem, 60). Em linhas gerais, caracteriza-se assim o pagamento do trabalho rural na lavoura cafeeira, na canavieira, na algodoeira e na pecuária do sertão nordestino. Com destaque para as variações percebidas nestes vários sistemas, que favorecem a exploração da mão-

⁵¹ Caio Prado, *A questão agrária no Brasil*, p. 59. Aqui, creio, não é demais frisar que Caio Prado publica suas reflexões em março/abril de 1960.

de-obra nas figuras do colono, do morador, do agregado, do foreiro, do cambão e do parceiro. Todavia, para Caio Prado, apesar da variedade de modos utilizados para remunerar o trabalho, “trata-se sempre de modalidades de pagamento de serviços, mesmo quando esse ‘pagamento’ não é em dinheiro e assume formas peculiares” (grifos meus)⁵².

E o emprego do adjetivo “peculiar”, neste momento, introduz dois pontos fundamentais para a continuidade da reflexão de Caio Prado. O primeiro deles, a reafirmação dos obstáculos para conseguir a posse da terra pelo trabalhador, que acaba subordinado à fiscalização disciplinadora do grande proprietário. Este último, não satisfeito com o controle precípua da mão-de-obra, procura controlar também a produção e a distribuição dos gêneros cultivados “nas sobras de terra e de tempo” pelos rurais com a sua permissão, geralmente efetuada em faixas de terras contíguas àquela ocupada pela lavoura comercial. O segundo ponto, a assertiva de que, não importa qual a forma utilizada como estratégia para a sobrevivência do lavrador, a relação existente entre proprietários dos meios de produção e detentores da força de trabalho encontra-se mediada pelo pagamento por serviços prestados, mesmo quando a remuneração não se realiza em dinheiro. O fato desse pagamento pelos trabalhos realizados assumir “formas peculiares” relaciona-se estritamente com a estrutura fundiária baseada na concentração da terra nas mãos de poucos. O que leva à polêmica conclusão sustentada pelo autor durante o debate sobre a questão agrária no Brasil:

“É aliás o salariado que constitui a relação generalizada e mais característica de trabalho na agropecuária brasileira. Não somente pelo seu vulto relativo, mas sobretudo pelo fato de ele constituir a norma fundamental daquelas relações, de que outras modalidades de pagamento

⁵² Caio Prado, *A questão agrária no Brasil*, p. 62.

são apenas substitutos eventuais ditados por circunstâncias de ocasião, e particularmente pelas vicissitudes financeiras da grande exploração”⁵³.

A dinâmica da agricultura comercial em larga escala regulamenta, em última análise, os mecanismos descritos pelo autor como complementares ou alternativos ao pagamento em espécie. A existência desses sistemas subsidiários de remuneração do trabalho no campo estaria em harmonia com a conveniência da atividade principal, pouco importando qual a modalidade complementar ou qual a cultura comercial em questão. O historiador acrescenta que o tratamento adequado “do estatuto do trabalhador e de suas relações com o proprietário” (Idem, p. 65) é decisivo para a compreensão das configurações sociais e pode evitar a assimilação precipitada de esquemas analíticos pouco condizentes com as relações de trabalho no campo brasileiro.

2.3 – Resquícios feudais no Brasil agrário?

É precisamente o exame desse estatuto, isto é, da condição que insere esse trabalhador nas relações sociais com o proprietário dos meios de produção, que leva o historiador paulista a rejeitar a aceção do “feudalismo” no Brasil. A atribuição de “feudal” ou “semifeudal” para as relações de trabalho no meio rural nacional constituiria uma confusão sustentada por uma análise meramente formal da situação social no campo.

⁵³ Caio Prado, *A questão agrária no Brasil*, pp. 63-64.

Para Caio Prado, sua difusão entre os estudiosos é vista como inadequada, sobretudo porque esconde o principal elemento definidor dessas relações: o fato de que elas estão marcadas por “modalidades de pagamento que correspondem ao salário”⁵⁴. De acordo com o autor, a alusão ao sistema feudal não deveria ser utilizada nem mesmo para acentuar a violenta exploração dos trabalhadores rurais, pois o seu conteúdo específico e vinculado às relações sociais existentes no paradigma europeu mais atrapalha do que ajuda a entender o Brasil.

Caio Prado insiste que o caráter comercial da agropecuária brasileira, estreitamente articulada aos interesses dos centros hegemônicos do comércio mundial, impossibilita, desde a origem, o surgimento de relações de trabalho próximas ou semelhantes ao estatuto da servidão feudal. Além da presença de formas de pagamento equivalentes ao salário essa natureza basicamente comercial implica “em que os indivíduos nela engajados participem em pé de igualdade jurídica, isto é, com estatutos pessoais idênticos” (Idem, p. 67). O argumento aqui explorado é o da liberdade para a contratação e a venda da força de trabalho no meio rural, mesmo quando as circunstâncias desta contratação substituem o pagamento diretamente em dinheiro por outras modalidades comumente acordadas entre proprietários e trabalhadores. Essa é uma diferenciação importante diante das relações feudais, em que se verifica a interferência da posição social do indivíduo subordinado a determinados laços de dependência pessoal, isto é, em que o mercado de trabalho não é livre.

“As brutais formas de exploração do trabalho na agropecuária brasileira não derivam de nenhuma circunstância de ordem institucional e jurídica, de estatutos pessoais distintos, de enraizadas tradições, como se insinua e dá a

⁵⁴ Caio Prado, *A questão agrária no Brasil*, p. 66.

entender ao falar em 'relações feudais'. Tanto que nada têm de rígidas, e são pelo contrário extremamente variáveis tanto no tempo como no espaço, dependendo sempre de circunstâncias ocasionais que são em primeiro e principal lugar as da conjuntura do mercado de trabalho"⁵⁵.

Como exemplo da ausência de rigidez nas relações de trabalho, menciona-se a substituição do regime de salariado na cafeicultura paulista, após a crise dos anos trinta, pelo sistema da meação, característico da introdução crescente da cultura do algodão na região antes dominada pelo café. Caio Prado utiliza a precedência do regime de salariado em relação à meação, introduzida com o algodão, para apontar como a interpretação que associa este último sistema aos "restos feudais" no campo está equivocada. Sequer existe a possibilidade de considerar essa modificação como resultado de um retrocesso, pois "os processos tecnológicos empregados na lavoura algodoeira de S. Paulo são superiores aos empregados nas velhas fazendas cafeeiras do Estado sob regime salarial" (Idem, 70). Para o autor é fundamental destacar sempre que "as diferentes formas em que tais relações se apresentam, não são mais que modalidades de pagamento da mão-de-obra ou força de trabalho empregada na grande exploração rural" (Idem, 71).

Caio Prado percebe que a leitura que preconiza os "restos feudais" esconde também a centralidade da distribuição das terras como estratégia para alterar em favor dos trabalhadores as relações de trabalho no campo. Não há que desperdiçar energias repensando a condição do trabalhador ou as alterações desta condição, no campo institucional e jurídico, necessárias para normatizar o mercado de trabalho no meio rural. Se o principal é "a posição dominante que ocupam nesse mercado os grandes proprietários, graças à concentração da propriedade agrária e virtual monopólio da terra que daí

⁵⁵ Caio Prado, *A questão agrária no Brasil*, pp. 68-69.

deriva”⁵⁶, deve-se buscar a transformação dessas relações a partir de uma política de reforma agrária, que inverteria as vantagens da demanda por trabalho em relação à oferta.

O óbice interposto às relações designadas como “restos feudais” ou “semifeudais” não significa uma indefinição conceitual da história pregressa. Ao contrário, o autor entende que o exame das origens das relações de trabalho no Brasil indica ser menos impreciso defini-las como “restos escravistas”, “semi-escravistas” ou “semi-servis”. A preponderância da mão-de-obra escrava, principalmente do negro traficada da África, reforça esta característica mercantil das relações sociais no Brasil, afastando-se ainda mais do modelo feudalista. Tal conclusão aproxima o historiador da análise encetada pelo documento divulgado pelo PCB em 1929, “Resolução sobre a questão camponesa no Brasil”, cuja perspectiva analítica foi rapidamente superada em favor do reconhecimento do feudalismo.

Percebe-se então um outro aspecto da relevância da crítica explicitada anteriormente sobre a aceitação incontestada das teses preconizadas pela III Internacional Comunista para os diversos países duplamente periféricos, em relação aos centros controladores do capital e aos centros fiadores do projeto da revolução mundial. Desde *Agrarismo e industrialismo* o combate aos restos feudais aparece lado a lado com a denúncia contra o imperialismo europeu e norte-americano. Todavia, o referencial utilizado para guarnecer os comunistas para a luta a ser travada está calcado na experiência dos chamados países asiáticos, dominados pelo centro econômico do capitalismo. Ora, tal opção não só importou elementos estranhos, por exemplo, as relações feudais, como dificultou uma resolução dos vários problemas, teóricos e políticos, afinados com as variadas particularidades da história brasileira. Caio Prado percebe isso com clareza e parte

⁵⁶ Caio Prado, *A questão agrária no Brasil*, p. 69.

para o combate munido das armas da crítica, que lhe confere a sua trajetória de historiador militante. No caso dos “restos feudais”, a crítica passa pela reafirmação da sua disparatada impropriedade. O peso para a atuação política do PCB resultante desse posicionamento favorável ao sistema feudalista me parece bem resumido pelo pesquisador Igor Zanoni Leão.

“A visão ‘ortodoxa’ da revolução brasileira, ao não reconhecer a especificidade do desenvolvimento histórico brasileiro, termina por propor uma linha divisória entre classes e categorias sociais distintas de cuja posição respectiva e relações econômicas e políticas resultam algumas das tensões revolucionárias: os latifundiários feudais, uma burguesia retrógrada ligada a tais latifundiários, ambos aliados ao imperialismo, e um setor progressista da burguesia e eventual aliado do campesinato e do operariado na revolução democrático-burguesa. Daí o esquema de ‘revolução democrático-burguesa de conteúdo anti-feudal e antiimperialista’. Caio Prado Júnior rejeita tal formulação, indicando que todos os grupos que compõem a classe econômica social e politicamente dominante constituem-se da mesma categoria de indivíduos, sejam em atividades urbanas ou rurais, não tendo posição de classe ou categoria social distinta do ponto de vista de relações de produção, e muito menos frente à lei e às relações jurídicas”⁵⁷.

⁵⁷ Igor Zanoni Carneiro Leão. *A matriz teórica de Caio Prado Júnior: a nação inconclusa*, Campinas, Tese de Doutorado do Instituto de Economia da Unicamp, 1994, p. 31.

2.4 – A pequena propriedade, o “latifúndio improdutivo” e a reforma agrária

Caio Prado considera a pequena propriedade agrária como mais uma modalidade de produção agropecuária subordinada aos ditames da grande exploração, “no sentido de serem por ela direta ou indiretamente condicionadas”⁵⁸. Em geral apenas a desagregação da exploração que sustenta o “negócio” da grande propriedade possibilita o aparecimento e a viabilização da pequena, que surge “nas diferentes zonas do País [em] função inversa da prosperidade e rentabilidade da grande exploração local” (Idem, 72). O que leva o autor a argumentar contra a afirmação de que seria a partilha entre os numerosos herdeiros a razão central da subdivisão da grande exploração em pequenas propriedades nas várias regiões brasileiras.

Para o grande proprietário de uma área em processo de degradação da atividade econômica explorada ou mesmo da produtividade do solo, vale mais a pena esperar uma possível recuperação do que dividir a terra em lotes para venda e “destruir com isso a base fundiária de que a grande exploração necessita” (Idem, 74). Semelhante lógica faz com que a pequena propriedade se restrinja ainda mais e não encontre o espaço fundamental a sua manutenção ou reprodução. Esse seria, em linhas gerais, o caminho que deságua na multiplicação do minifúndio insustentável do ponto de vista da produção agrícola. Caio Prado ressalta com precisão a visibilidade que este tipo de ocupação do solo ganha na retórica dos detratores da reforma agrária, na medida em que ele fomentaria diretamente o empobrecimento no meio rural. Como num passe de mágica, desaparece na fala dos

⁵⁸ Caio Prado, *A questão agrária no Brasil*, p. 71.

opositores da reforma agrária qualquer relação do problema do retalhamento da pequena propriedade com o estrangulamento provocado, sobretudo, pelo latifúndio. Para o autor, o minifúndio inviável deve ser analisado não como a antecipação mal-fadada de uma política voltada para a distribuição da terra para os trabalhadores do campo, mas sim como o lado perverso da concentração fundiária. Até porque

“resulta dessa situação para a grande exploração, uma dupla vantagem: de um lado, maior número de braços à procura de ocupação – donde maior oferta de mão-de-obra, e tendência à redução de seu custo –, e doutro lado, um número crescente de pequenas propriedades inviáveis e prontas para serem reagrupadas e absorvidas pela grande exploração logo que isso seja da conveniência desta última”⁵⁹.

Para completar esse cenário desfavorável ao sucesso da pequena propriedade, o historiador aponta a primazia da grande exploração no “aparelhamento comercial, financeiro, bem como no de fomento e amparo tecnológico”⁶⁰, recorrendo para tanto ao exemplo dos colonos e descendentes de italianos produtores de trigo da região de Caxias do Sul, que lá se estabeleceram desde 1875. Essa comunidade de pequenos proprietários foi estranhamente preterida pela política de créditos para a ampliação do plantio daquela herbácea fornecidos em 1948 pelo governo federal, que acabou inclusive privilegiando setores não vinculados às atividades agrícolas em detrimento dos experientes tricultores. Em suma, o cerco à pequena propriedade não se limita ao confinamento submetido pela grande exploração. Para o fracasso dessa modalidade de produção agrícola muito contribui a ausência de incentivos estatais, que acabam sendo direcionados para os interesses da agricultura comercial para exportação.

⁵⁹ Caio Prado, *A questão agrária no Brasil*, p. 75.

⁶⁰ Idem, *ibidem*.

No entanto, na intenção de evitar uma compreensão enviesada desta temática, Caio Prado afirma que é necessário discutir dois temas apresentados, via de regra, como formulações destinadas a desviar o debate sobre o fundamental da reforma agrária: a existência do indefinido “latifúndio improdutivo” e a vinculação da distribuição das terras com uma política específica de apoio ao pequeno proprietário.

De início incomoda ao autor a dificuldade encontrada por muitos em precisar o que se entende por “latifúndio improdutivo”. Na verdade, tal designação freqüentemente é veiculada para retirar o foco da questão agrária de uma análise crítica do “negócio” da grande exploração. Pois, segundo os interesses que sustentam a grande lavoura comercial, “não são positivamente ‘improdutivas’ as grandes propriedades ocupadas com a exploração canavieira”⁶¹, em que pese a sua contribuição para a depreciação das condições de vida e trabalho dos trabalhadores nela ocupados. Em outras palavras, embora pareça óbvio demais, não se pode perder de vista a que setores ou classes sociais determinadas atividades produtivas efetivamente beneficiam. A denúncia dos males provocados pelo latifúndio improdutivo só faz sentido se acompanhada da análise atenta

“da questão agrária em conjunto de que ele não constitui senão elemento derivado que se eliminará, e somente se eliminará na reforma geral da economia agrária brasileira. Proposta noutros termos, a luta ou pseudoluta contra o latifúndio improdutivo nada mais será que uma diversão, um escamoteamento do problema agrário brasileiro”⁶².

Do mesmo modo, há que se ter cautela quando se reflete sobre outra insidiosa alteração: “trata-se da alegação de que ‘de nada serve dividir a terra, se não se dispensar

⁶¹ Caio Prado, *A questão agrária no Brasil*, p. 79.

⁶² Idem, *ibidem*.

amparo ao pequeno proprietário”⁶³. Ora, enquanto não se efetiva uma real política de distribuição da terra esse é um argumento simplesmente protelatório! Com certeza Caio Prado antevia os termos de um “debate” que se arrasta até hoje e que não aponta sequer para o estabelecimento de uma política de financiamento para insumos e comercialização dos produtos cultivados pelo pequeno produtor que já detém a posse da terra. O que dizer então para o que ainda luta por ela. Na fala contundente do autor, é um falso problema por dois motivos básicos:

“em primeiro lugar porque enquanto a grande exploração agrária e a concentração da propriedade da terra que a acompanha necessariamente, constituírem como de fato constituem os fundamentos em que assenta a economia agrária brasileira, não haverá amparo possível e praticável à propriedade pequena e ao modesto produtor. (...) Doutro lado, é só em frente à realidade de milhões de pequenos proprietários rurais, ou no processo ativo de constituição dessa massa de trabalhadores transformando-se em proprietários, que se poderá ir elaborando uma política e um programa prático de organização e estímulo ao desenvolvimento dessa nova economia agrária que será então a do Brasil”⁶⁴.

Em abril de 1960, época da redação do artigo “Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil”, publicado no número 28 da *Revista Brasiliense* e utilizado até aqui para essa reflexão, Caio Prado alerta para a importância da modificação da estrutura fundiária a partir da realização de uma reforma agrária. Sem ela a lógica da grande propriedade tenderia a expandir-se e a subordinar cada vez mais a pequena propriedade, aprofundando a mercantilização e beneficiando os “negócios” estabelecidos pela exploração em larga escala. Pelo menos esse é o resultado da análise comparativa realizada

⁶³ Caio Prado, *A questão agrária no Brasil*, p. 79.

⁶⁴ Caio Prado, *A questão agrária no Brasil*, p. 80.

pelo autor dos Recenseamentos de 1940-50, em que “as grandes propriedades se tornam cada vez maiores, e as pequenas, menores”⁶⁵.

A partir desse diagnóstico é que se reafirma a necessidade de possibilitar o acesso a terra aos trabalhadores como forma de modificar as suas condições de existência. Mais que isso, Caio Prado menciona o resultado de um inquérito, realizado em 1952, pela Comissão Nacional de Política Agrária, cujos resultados indicam que “em todos os Estados brasileiros encontramos os pequenos proprietários em melhor situação que os arrendatários e parceiros; e estes, melhor que os trabalhadores rurais assalariados”⁶⁶. O que reforça a defesa da reforma agrária como um instrumento supressor dos privilégios mantenedores do “grande negócio de uma reduzida minoria”.

E a distribuição da terra aqui proposta deve consolidar-se pela definição de uma política que contemple “desde medidas de ordem fiscal (a tributação fortemente progressiva dos proprietários rurais, na escala da extensão de suas propriedades), até a eventual desapropriação”⁶⁷. Em uma nota de rodapé o autor esclarece que

“essa desapropriação teria plena justificativa e fundamentação na Constituição Federal, que condiciona o uso da propriedade ao bem-estar social, e autoriza o legislador a promover a justa distribuição da propriedade com igual oportunidade para todos (veja-se o art. 147). Em nenhum caso esse dispositivo constitucional se aplica com mais justiça e acerto que no da propriedade fundiária rural”⁶⁸.

⁶⁵ Caio Prado, *A questão agrária no Brasil*, p. 82.

⁶⁶ Caio Prado, *A questão agrária no Brasil*, p. 83. Na nota 26 do livro *A questão agrária no Brasil*, o autor identifica o documento consultado como *Aspectos Rurais Brasileiros. Resultados numéricos do Inquérito Municipal realizado em colaboração com o IBGE*, Comissão Nacional de Política Agrária, Rio de Janeiro, 1955.

⁶⁷ Caio Prado, *A questão agrária no Brasil*, p. 83.

⁶⁸ Idem, *ibidem*.

Além de propiciar em médio prazo a elevação dos “padrões de vida” dos futuros proprietários, tal política iria ao encontro de uma efetiva regulação do mercado de trabalho francamente favorável aos trabalhadores rurais, já que a oferta de terras para cultivo abre uma nova perspectiva para os que até então estavam obrigados a submeter-se à lógica do “negócio” agropecuário. Segundo o historiador, isso tenderia ainda “a elevação do custo da mão-de-obra” e “enfraqueceria a grande exploração rural, desestimulando-a e favorecendo pois indiretamente a divisão das grandes propriedades tornadas menos rentáveis”⁶⁹.

Dois anos após a publicação do artigo “Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil”, Caio Prado retorna ao tema em um outro número da *Revista Brasiliense*⁷⁰, destacando a necessidade de superar a mera exposição retórica da urgência da reforma agrária e avançar em relação “a esse fluxo abundante de projetos e planos inviáveis ou inócuos que vêm inundando nossa literatura econômica e social, bem como o Legislativo e outros órgãos governamentais e administrativos”⁷¹. Como se percebe, o autor convoca para o debate amplos segmentos políticos interessados no tema, particularmente aqueles situados no campo da esquerda, explicitando a sua insatisfação com os rumos traçados até então para a polêmica da distribuição das terras aos trabalhadores. Conforme se infere no significativo trecho abaixo.

“Infelizmente muitas correntes políticas de esquerda, embora honestamente empenhadas em levar por diante a reforma, não se aperceberam ainda que paralelamente à propaganda e mobilização da opinião pública, e particularmente daqueles setores mais diretamente interessados no assunto e que são os trabalhadores rurais, é indispensável proceder a um levantamento

⁶⁹ Caio Prado, *A questão agrária no Brasil*, p. 84.

⁷⁰ Refiro-me aqui ao artigo “Nova contribuição para a análise da questão agrária no Brasil”, publicado no número 43 da *Revista Brasiliense*, em outubro de 1962.

⁷¹ Caio Prado, *A questão agrária no Brasil*, p. 87.

rigoroso e preciso das reais condições da economia agrária brasileira, a fim de que a ação política se faça na base de diretrizes práticas e soluções concretas. É preciso de uma vez por todas sair da vagueza das adjetivações (como o simples acréscimo à palavra 'reforma', do adjetivo 'radical'), sair das formulações gerais e da transposição mecânica, para o Brasil, de condições e situações sociais estranhas; das simples imprecisões contra o latifúndio e dos lamentos acerca dos miseráveis padrões de vida da população rural brasileira, a fim de assentar como e por que meios se poderá modificar essa situação e corrigir os graves vícios de nossa estrutura agrária e relações de trabalho e produção no campo responsáveis por aqueles padrões. Sem isso, a ação política se perderá no vácuo e em estéril agitação, sem resultados de maior alcance e sem perspectivas reais, pelo menos dentro de um prazo razoável, como está efetivamente, em boa parte, sucedendo"⁷².

A longa citação justifica-se pelo tom utilizado aqui por Caio Prado para abordar a temática num contexto fortemente marcado pela mobilização social no campo brasileiro, em outubro de 1962. Ao que tudo indica, o pragmatismo reivindicado acima para a realização da reforma agrária quer atingir tanto a atuação do PCB quanto a ação política de setores vistos como mais radicalizados naquele momento, como as Ligas Camponesas lideradas por Francisco Julião.

De início, é importante assinalar que ressurgiu assim a exigência de um "levantamento rigoroso e preciso das reais condições da economia agrária brasileira", entendido como a única forma de orientar a distribuição da terra para "diretrizes práticas e soluções concretas". O que confirmaria a permanente dificuldade de amplos setores da esquerda brasileira em entender o que se passava no campo. E isso apesar do

⁷² Caio Prado, *A questão agrária no Brasil*, p. 87.

reconhecimento implícito no trecho acima citado de que realmente existia à época uma “mobilização da opinião pública e particularmente daqueles setores mais diretamente interessados no assunto e que são os trabalhadores rurais”. Entretanto, a repetição do argumento em favor da realização de estudos mais elaborados atende a uma finalidade bem específica e que vai além da cobrança de objetividade na proposição de uma política factível para a reforma agrária, em detrimento do discurso fácil ou mesmo do “simples acréscimo à palavra ‘reforma’ do adjetivo ‘radical’”. Na verdade, o autor estabelece neste momento outros elementos para a compreensão da sua proposta de reforma agrária, que evidentemente distancia-se daquela embasada em uma limitada “transposição mecânica de condições e situações sociais estranhas” ao mundo social brasileiro.

Após rechaçar novamente a tese de muitos que consideram a reforma agrária como a simples modificação da base tecnológica utilizada nas atividades agrícolas, verifica-se na abordagem de Caio Prado uma certa redefinição dos princípios orientadores para o tema e que não privilegia, pelo menos de saída, a centralidade da desapropriação da grande propriedade, na medida em que “o que se entende e deve entender por ‘reforma agrária’ nas atuais circunstâncias do país, é a elevação dos padrões de vida da população rural, sua integração em condições humanas de vida”⁷³, interpretado aqui como “o sentido essencialmente objetivado pela reforma”⁷⁴. Com isso o autor quer dizer que o fundamental é a urgente transformação das condições de vida e trabalho no campo e que para alcançá-la deve se recorrer a todos os meios possíveis. O que permite antever claramente a sua intenção de desdobrar a discussão acerca da reforma agrária em

⁷³ Caio Prado, *A questão agrária no Brasil*, p. 88.

⁷⁴ Caio Prado, *A questão agrária no Brasil*, p. 91.

“dois caminhos que embora convergentes, são distintos e precisam ser considerados à parte e cada qual por si, a fim de ser possível analisá-los em função um do outro e na sua complementaridade, evitando escamoteações e confusões que infelizmente não faltam na matéria. Trata-se, de um lado, da extensão da legislação social-trabalhista para o campo, isto é, de proporcionar ao trabalhador rural proteção adequada que lhe assegure melhores condições de vida, tal como vem sendo praticado de vinte e tantos anos para cá, com relação ao trabalhador urbano da indústria e do comércio. De outro lado, prevê-se a modificação da estrutura da propriedade fundiária rural no sentido de corrigir a extrema concentração que caracteriza essa propriedade, a fim de proporcionar aos trabalhadores rurais maiores oportunidades de acesso à posse e utilização da terra em proveito próprio”⁷⁵.

Logo no começo deste capítulo, mais exatamente no item “A essência do debate: a miséria material dos homens no campo”, quando teve início a exposição das reflexões contidas no livro *A questão agrária no Brasil*, menciono o destaque desta dupla perspectiva para a reforma agrária como ponto de chegada dos argumentos desenvolvidos por Caio Prado. Assim, após ter procurado, resumidamente, expor as teses principais que informam a incorporação explícita do papel relevante atribuído, por um lado, à “extensão da legislação trabalhista para o campo” no pensamento do autor, resta esmiuçar um pouco em que termos se apresentam tal duplicidade de caminhos.

É inegável que o mero desdobramento do problema agrário em duas direções, “que embora convergentes são distintas e precisam ser consideradas à parte e cada qual por si”, retira a segunda faceta da questão (“a modificação da estrutura da propriedade fundiária rural”) do centro do debate. Em um momento de plena radicalização política dos movimentos sociais no campo e às vésperas da entrada efetiva da reforma agrária na pauta

⁷⁵ Caio Prado, *A questão agrária no Brasil*, pp. 89-90.

das Reformas de Base, preconizadas pelo Governo João Goulart, esse redirecionamento é algo expressivo e bastante criticado pelos interlocutores de Caio Prado situados no campo político da esquerda. Como disse anteriormente, no essencial esse é, para muitos, apenas mais um exemplo da fragilidade de uma análise que não levaria a lugar nenhum, muito embora alguns destes críticos se esforcem ao máximo por atenuar em sua redação o rigor desta conclusão.

Todavia, antes de apresentar as linhas gerais dessas críticas, que serão objeto do terceiro capítulo, é necessário tentar expor integralmente os argumentos do historiador, que de resto possuem uma coerência inequívoca com as idéias até aqui recuperadas sobre o tema.

De fato, a inclusão tópica do papel da extensão da legislação social-trabalhista ao campo não se constitui em uma absoluta novidade na fala do historiador. O que realmente existe de novo é a ênfase conferida ao tema no artigo publicado em outubro de 1962. Porém, já o texto de abril de 1960, escrito para o número 28 da *Revista Brasiliense*, destacava, principalmente na sua última página, a importância desta iniciativa como fundamental para a melhoria das condições de trabalho no campo. Naquele instante Caio Prado articulava nitidamente a luta pelas conquistas no âmbito do legislativo ao embate travado pelos “trabalhadores por suas reivindicações imediatas”⁷⁶, resgatando um exemplo que ficou reconhecido nacionalmente e serviu como um verdadeiro alento para a mobilização rural da década de sessenta.

“Aquilo de que essa luta é capaz, mostram-nos os recentes acontecimentos de Pernambuco, em que os trabalhadores do Engenho Galiléia, cujo nome ficará simbólico na história da reforma agrária no Brasil, tendo há anos

⁷⁶ Caio Prado, *A questão agrária no Brasil*, p. 84.

iniciado uma luta por reivindicações imediatas, obtiveram afinal (janeiro de 1960) que o Governo do Estado desapropriasse as terras do engenho a fim de serem distribuídas entre os trabalhadores. Mas para que a luta dos trabalhadores seja eficaz, faz-se necessária uma legislação e ação administrativas que garantam efetivamente aos trabalhadores rurais, os direitos de livre associação, organização sindical e greve, o que de fato, na generalidade do campo brasileiro, ainda não existe”⁷⁷.

Assim, é sintomática a influência das manifestações dos trabalhadores rurais à época como decisiva para a relevância assumida pela legislação na proposição de duas frentes de combate pela reforma agrária, o que não exclui em absoluto a existência de outras motivações para reconsiderar a luta pela desapropriação como eixo central da reforma agrária, como a insistência do PCB em descobrir camponeses em meio aos “restos feudais” no campo brasileiro. Pode-se mesmo, num exercício de olhar retrospectivo, visualizar o que significaria para a inserção dos rurais no espaço da política institucional a conquista de “uma legislação e ação administrativas que garantissem efetivamente aos trabalhadores rurais os direitos de livre associação, organização sindical e greve”. Neste instante Caio Prado ainda é incisivo quando afirma que as duas modalidades de luta são complementares, isto é, destinam-se a modificar a situação social da “grande massa dos 30 e tanto milhões de brasileiros que vivem no campo e tiram seu sustento do trabalho da terra” e que se encontram “em nível de miserabilidade que tem poucos paralelos em qualquer outra parte do mundo”⁷⁸. O importante aqui é frisar que para o historiador paulista não procede

⁷⁷ Caio Prado, *A questão agrária no Brasil*, p. 84.

⁷⁸ Caio Prado, *A questão agrária no Brasil*, p. 88.

“a ênfase excessiva posta num ou outro aspecto isolado da reforma agrária, o que abre margem para a escamoteação dos demais, ou uma falsa hierarquização e mesmo oposição entre medidas diferentes mas todas necessárias porque se complementam e mutuamente reforçam”⁷⁹.

E esse percurso da reflexão do historiador não pode ser ignorado pelos estudiosos do seu pensamento, sob pena de incorrer no erro de afirmar pura e simplesmente que Caio Prado tergiversou ou rompeu com a defesa da distribuição das terras para os homens do campo. Fica claro que o interesse do autor é encontrar alternativas em relação ao discurso programático que não propõe saídas para os impasses da questão agrária fora dos limites da desapropriação radical, revelando assim o perfil de um intelectual-militante profundamente atento aos detalhes de uma conjuntura política bastante adversa aos movimentos sociais mais radicalizados. E também não resta dúvida que, neste caso, determinados grupos que defendem a radicalização como a melhor estratégia para atingir os objetivos da reforma agrária se constituem em seu alvo principal, pois “seria inteiramente falso imaginar (como pensa um certo sectarismo de esquerda) a possibilidade do desaparecimento desde logo da relação de emprego no trabalho rural, e a transformação instantânea, ou mesmo a curto prazo da massa rural brasileira”⁸⁰.

Outra motivação percebida nas entrelinhas do texto de Caio Prado para diversificar as estratégias de luta pela reforma agrária é a ausência de “uma tradição camponesa semelhante àquela que encontramos na Europa ou Ásia, e mesmo em algumas populações indígenas da América Latina”⁸¹. O ônus da escravidão na formação da população rural e a existência de um regime de propriedade privada consagrado pelos controladores do Estado

⁷⁹ Caio Prado, *A questão agrária no Brasil*, pp. 91-92.

⁸⁰ Caio Prado, *A questão agrária no Brasil*, p. 90.

⁸¹ Caio Prado, *A questão agrária no Brasil*, pp. 91-92.

teriam de ser considerados para compreender as especificidades do campo brasileiro, que limitaram o acesso a terra a uma pequena parcela dos trabalhadores rurais. O autor não hesita em reafirmar, na contramão da mobilização política contestatória daquele momento e malgrado o tom cuidadoso para não confundir o seu posicionamento com a oposição à direita, sua discordância diante de algumas análises bastante em voga.

“Não se trata assim, nem é este o caso em foco na atual conjuntura histórica brasileira, da transformação socialista do nosso regime. Advertência essa que se dirige tanto ao reacionarismo de direita que procura apresentar a reforma agrária como atentatória do direito de propriedade, quando pelo contrário do que se trata é fazer um maior número participar dessa propriedade; quanto ao sectarismo de esquerda, para deixar bem acentuado que não estamos visando, nem podemos visar a situações ideais e esquemas utópicos, por mais atraentes que sejam; e devemos nos manter sempre na perspectiva realista do momento e das circunstâncias econômicas, sociais e políticas que nos encontramos”⁸².

Na seqüência, Caio Prado observa que o exame das condições específicas do emprego da mão-de-obra assalariada no campo é o principal fator de distinção em relação a sua utilização nos centros urbanos brasileiros. Quase sempre os trabalhadores rurais residem na propriedade do empregador, “ficando assim confinados a um relativo isolamento que influi fortemente no seu estatuto jurídico pessoal”⁸³, que inclusive levou vários analistas a falar de um Brasil semifeudal. Além disso, como o autor já teve a oportunidade de mencionar no artigo anteriormente analisado, verifica-se geralmente o recurso à exploração de pequenas parcelas das terras da propriedade visando a obtenção de um complemento fundamental ao salário recebido. O que atende duplamente aos anseios

⁸² Caio Prado, *A questão agrária no Brasil*, p. 91.

⁸³ Caio Prado, *A questão agrária no Brasil*, pp. 92-93.

do grande proprietário: fixa o trabalhador nas proximidades da grande lavoura, sujeitando-o aos ditames da sazonalidade do trabalho no meio rural; e diminui os custos com a atividade agrícola, já que ocorre em larga medida a “substituição (total no caso do cambão, parcial nos outros) do salário em dinheiro pela concessão de terras de cultura ou pastos”⁸⁴.

É interessante assinalar que Caio Prado enxerga na mescla das relações sociais no campo algumas vantagens em relação ao mundo do trabalho nas cidades do início da década de sessenta. Para ele a combinação entre o assalariamento e a utilização das terras excedentes do proprietário pelo trabalhador rural “assegura pelo menos um mínimo de gêneros para sua subsistência e de sua família”. Levando-o a deduzir que “o simples assalariado tem um padrão de vida inferior ao do trabalhador que produz ele próprio o seu sustento”⁸⁵. Essa diferenciação importa quando se discute a implementação de uma legislação social-trabalhista para o meio rural.

“O que se faz sobretudo necessário, é conceder maior estabilidade e continuidade às relações estabelecidas, a fim de que não se possam modificar, abruptamente ou mesmo de ano para ano, a gosto do proprietário e sabor de suas conveniências do momento, sem consideração alguma dos interesses do trabalhador”⁸⁶.

Por outro lado, o autor afirma que desconhece qualquer “legislação efetivamente vigente relativa a habitações rurais, onde, ao contrário dos centros urbanos, não se aplica regulamentação alguma impondo um mínimo de segurança, higiene e conforto”⁸⁷.

⁸⁴ Caio Prado, *A questão agrária no Brasil*, p. 94.

⁸⁵ Idem, *ibidem*.

⁸⁶ Caio Prado, *A questão agrária no Brasil*, pp. 94-95.

⁸⁷ Caio Prado, *A questão agrária no Brasil*, p. 95.

Caio Prado salienta também a sujeição do trabalhador rural em relação ao seu empregador como uma diferença importante em relação ao trabalho no espaço urbano. Para isso contribuem o distanciamento das instituições controladoras de domínio público, geralmente situadas em centros urbanos, e a subordinação autoritária característica do mando na grande propriedade.

“De ‘empregador’ ele se faz insensivelmente, ou tende a se fazer ‘senhor’ de seus empregados. O direito privado de propriedade transborda aí para o terreno das relações públicas, e assume feições de um direito público exercido por um particular”⁸⁸.

Neste sentido, para modificar o controle do trabalhador rural geralmente imposto pelo grande proprietário a legislação social para o campo deve regulamentar o “acesso à propriedade de pessoas a ela estranhas, mas com que os moradores necessitam, desejem ou aceitem se comunicar”⁸⁹, impedindo ainda “que ao direito de propriedade se agregue o de monopolizar os fornecimentos de gêneros aos trabalhadores” (Idem, 99).

O caso da relação social denominada como parceria agrícola é também abordado pelo autor, que destaca “a necessidade de a legislação rural trabalhista reconhecer formalmente aquela situação de fato e a identidade entre a parceria e a relação de emprego, para o fim de assegurar ao trabalhador pseudoparceiro, as mesmas garantias e vantagens concedidas ao empregado ordinário” (Idem, 101).

Sobre a parceria o autor afirma ainda que se constitui num “ponto de apoio para a realização ou encaminhamento do outro objetivo da reforma agrária que assinalamos, a saber, a desconcentração da propriedade rural e a substituição, nas relações de produção,

⁸⁸ Caio Prado, *A questão agrária no Brasil*, p. 97.

⁸⁹ Caio Prado, *A questão agrária no Brasil*, p. 98.

do empregado pelo trabalhador independente e proprietário⁹⁰. Contribuindo para isso o fracionamento e uma determinada autonomia exercida pelo trabalhador em suas parcelas, fatores que facilitariam a entrega definitiva ao trabalhador das terras por ele cultivadas mediante a desapropriação.

Nesse momento, percebe-se uma certa retomada da tese antes defendida enfaticamente por Caio Prado e que foi atenuada neste segundo artigo da *Revista Brasiliense* com a reivindicação da necessidade de uma legislação social-trabalhista para o meio rural.

“Com a análise do sistema de relações de produção representado pela parceria, abordamos o segundo e efetivamente principal objetivo da reforma agrária que é o da desconcentração e parcelamento da propriedade fundiária rural” (grifos meus)⁹¹.

Outros temas abordados pelo autor são a substituição progressiva da agricultura pela pecuária e a relação da subutilização da terra com a ausência de um sistema tributário disciplinador da grande propriedade ociosa, que “somente se resolverá, paralelamente a outras questões semelhantes, com a regulamentação geral do uso da terra no País” (Idem, 110). Sendo exemplar o avanço crescente da pecuária sobre a agricultura.

“No caso vertente da progressão das pastagens à custa da agricultura, não é admissível que os proveitos imediatos de um negócio que não exige nem grande esforço, nem inversões apreciáveis como é o caso entre nós da criação e sobretudo engorda extensiva de gado de corte, desloque a agricultura de algumas das nossas melhores terras, para colocar em seu lugar uma atividade de expressão econômica mínima, e que, mais grave

⁹⁰ Caio Prado, *A questão agrária no Brasil*, p. 103.

⁹¹ Caio Prado, *A questão agrária no Brasil*, p. 105.

ainda, priva grandes contingentes da população trabalhadora rural de ocupação regular e segura”⁹².

Caio Prado destaca ainda o fato da tese da desapropriação da propriedade rural encontrar amparo na leitura do artigo 147 da Constituição Federal, “que condiciona o uso da propriedade ao bem-estar social e autoriza a lei a promover a justa distribuição dela com igual oportunidade para todos” (Idem, 114). Para o historiador “a única dúvida que existe na matéria é a obrigação, prevista no mesmo dispositivo constitucional citado, da ‘justa e prévia indenização em dinheiro’” (Idem, 115). Tal obrigação dificilmente poderia ser observada sem provocar distorções significativas na distribuição de renda da economia nacional, o que leva o autor a defender o pagamento a prazo em títulos corrigidos pela aplicação de juros de mercado. A premência na realização da reforma agrária induz Caio Prado a sugerir mudanças no texto Constitucional, “pois os interesses de uma pequena minoria de proprietários não podem prevalecer contra os da Nação” (Idem, 116).

Outro aspecto relevante para a abordagem do tema refere-se a aplicação dos recursos públicos para a realização de obras de infra-estrutura no meio rural. Qualquer política nesta direção deveria estar intimamente articulada com a exigência da desapropriação das terras.

“De todo programa de obras públicas de vulto destinadas ao remodelamento de áreas rurais e favorecimento das atividades agrárias – como sejam irrigação, regularização de cursos d’água, práticas conservacionistas em larga escala de defesa do solo contra a erosão etc. – deveria constar obrigatoriamente a desapropriação das terras beneficiadas e subdivisão das grandes propriedades rurais. Essa política, além de obviar os inconvenientes

⁹² Caio Prado, *A questão agrária no Brasil*, p. 110.

e injustiças acima apontados, constituiria a maneira de acrescentar aos objetivos imediatos de tais obras, que visam ao estímulo econômico das regiões contempladas, o de contribuírem para a solução da questão agrária”⁹³.

Por fim, Caio Prado expõe a sua preocupação com a ausência de uma política consistente para a ocupação das vastas áreas do Brasil ainda não povoadas ou com um povoamento incipiente no início da década de sessenta, que pode inclusive favorecer a reprodução da concentração fundiária no meio rural.

“Não existe realmente outra limitação geral que o ridículo e inteiramente inócuo dispositivo da Constituição Federal, art. 156, § 2º., que proíbe alienações e concessões de terras públicas com área superior a 10.000 hectares sem autorização do Senado. O que implicitamente e *a contrario sensu* quer dizer que concessões menores, que ainda assim seriam imensas, se consagram como admissíveis e normais! E não é somente essa falta de critério justificável nas concessões de terras devolutas que torna desordenada a ocupação de territórios. Mais grave ainda, talvez, é que não são precedidas de levantamento topográfico e medição, e se fazem com descrições imprecisas e confrontações vagas em territórios em regra muito pouco conhecidos, e não raro até mesmo já ocupados por posseiros.

Em outros casos, nem mesmo se dá essa aparência de legalidade, e opera o ‘grileiro’, o forjador de títulos que as autoridades e a Justiça são incapazes, mesmo que o quisessem, de anular, pois lhes falta legislação processual adequada, e mesmo qualquer motivo ponderável para isso, porque não havendo uma política racional de distribuição de terras fundada em

⁹³ Caio Prado, *A questão agrária no Brasil*, p. 119.

considerações de ordem geral, econômica e social, não faz muita diferença quem se torne titular delas”⁹⁴.

O último tema abordado neste segundo artigo trata da criação de um órgão responsável pela efetivação de uma política de reforma agrária nacional. A exigência central relacionada por Caio Prado é a combinação de uma instituição definidora das diretrizes gerais sobre a reforma, avessa a burocratização excessiva das decisões, e que trabalhasse no sentido de propiciar uma descentralização capaz de responder “a variedade e complexidade das situações que se apresentam no campo brasileiro” (Idem, 124). Ele chega mesmo a desenhar uma estrutura que incorporasse semelhantes características.

“O que me parece mais indicado no caso seria uma autarquia que embora centralizada na capital do País e com departamentos nas diferentes regiões – a divisão em ‘regiões’ me parece preferível à ‘estadual’ –, teria como órgãos propriamente executivos, comissões locais em que figurassem a par de delegados do órgão central e técnicos (economistas, agrônomos, geógrafos, etc.), representantes diretos das populações rurais do lugar, escolhidos pela maneira que fosse conveniente. Possivelmente por indicação das associações profissionais. A essas comissões locais incumbiria a execução direta das medidas preconizadas na reforma, como seja proceder às desapropriações, à divisão e distribuição das terras etc.; bem assim fiscalizar o cumprimento das obrigações legais impostas aos proprietários, como as referentes à utilização da terra e as que dizem respeito às relações de trabalho”⁹⁵ (Idem, 125).

Confirma-se assim o sincronismo do tema à luz das instigantes observações de Caio Prado sobre a exequibilidade de uma reordenação fundiária destinada a solucionar os

⁹⁴ Caio Prado, *A questão agrária no Brasil*, pp. 120-121.

⁹⁵ Caio Prado, *A questão agrária no Brasil*, p. 125.

problemas do desenvolvimento social no Brasil. Cabe agora, nesta rápida síntese dos argumentos do historiador sobre a reforma agrária, apresentar o deslocamento das críticas reflexões do autor em direção às exigências de uma aplicação da legislação trabalhista para o campo, que aparece como força no polêmico *A revolução brasileira*.

2.5 – A revolução brasileira

“‘Revolução’ em seu sentido real e profundo, significa o processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que, concentradas em período histórico relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade, e em especial das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categorias sociais”⁹⁶.

“Revolução” e “democracia” são conceitos que realmente podem vir acompanhados de uma inconveniente ambigüidade. Sabendo disso, Caio Prado inicia o seu mais controvertido livro procurando definir o sentido por ele atribuído à palavra revolução⁹⁷. Tão importante em sua argumentação que chega inclusive a intitular o seu trabalho. Ao que parece, o historiador estava convencido de que o contexto político do Brasil de meados da década de sessenta encontrava-se preparado para exigir profundas mudanças nas condições de vida e trabalho da população em geral. O que configurava um terreno propício ao debate sobre o tema revolução. Portanto, “não é por acaso nem por simples exibicionismo que o golpe de 1.º de abril de 1964 se enfeitou do nome de ‘revolução’”⁹⁸.

⁹⁶ Caio Prado Júnior, *A revolução brasileira*, 7ª. ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987, p. 11.

⁹⁷ Sobre o tema, ver Pedro Roberto Ferreira, *O conceito de revolução da esquerda brasileira 1920-1946*, Londrina, Editora da UEL, 1999.

⁹⁸ Caio Prado, *A revolução brasileira*, p. 22.

Publicado pela primeira vez em 1966, o livro *A revolução brasileira* teve um forte impacto à época por duas razões básicas: pela difícil conjuntura para os que se situavam no campo da atuação política identificada com o pensamento de esquerda, colocada em xeque pelo golpe militar de 1964; e pelo tom mordaz utilizado para voltar a criticar o projeto de “revolução democrática, antiimperialista e antifeudal” defendido principalmente pelo PCB⁹⁹.

Assim, pode-se encarar com naturalidade a preocupação, logo de saída, em buscar caracterizar qual “revolução” se quer discutir. No essencial a leitura de Caio Prado insiste que as urgentes “transformações estruturais da sociedade” articulam-se “com a análise dos fatos ocorrentes, passados e presentes”¹⁰⁰. Repete-se aqui a insistente referência à necessidade de conhecer a fundo o Brasil. Todo o esforço deveria ser canalizado para eludir “especulações abstratas acerca da ‘natureza’ dessa revolução, do seu tipo e de sua correspondência com algum esquema ideal”¹⁰¹. O que importa é menos a designação conceitual da propaganda “revolução”, que pode até levar a digressões equivocadas, e mais a determinação precisa dos problemas e principalmente das soluções a serem colocadas em prática para obter as transformações almejadas¹⁰².

⁹⁹ Um sinal da relevância do livro é sugerido, dentre outros, por Jacob Gorender: “a repercussão da obra foi tão notável que o autor ganhou o prêmio Juca Pato, no concurso anual promovido pela *Folha de São Paulo*”, conferir Jacob Gorender, “Do pecado original ao desastre de 1964”. In Maria Ângela D’Incao (org.), *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*, São Paulo, Brasiliense/Editora Unesp, 1989, p. 261.

¹⁰⁰ Caio Prado, *A revolução brasileira*, p. 15.

¹⁰¹ Caio Prado, *A revolução brasileira*, p. 21.

¹⁰² Maria Isabel Faleiros sinaliza que a oposição do historiador, em meados da década de sessenta, é dirigida prioritariamente ao PCB: “na Resolução Política aprovada no V Congresso em 1960, apesar de a questão agrária adquirir maior nitidez e ser priorizada a organização sindical das ‘massas do campo’ – principalmente os assalariados e semi-assalariados rurais –, o ‘tipo’ ou a ‘natureza’ da revolução brasileira continua sendo considerada como antiimperialista e antifeudal”, In Maria Isabel Leme Faleiros, “Uma visita necessária”, In Maria Ângela D’Incao (org.), *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*, São Paulo, Brasiliense/Editora Unesp, 1989, p. 147.

“Infelizmente, é essa especulação que tem caracterizado os debates e as tentativas de teorização da revolução brasileira. O que representa, a nosso ver, um dos principais fatores das desfavoráveis vicissitudes – e que vicissitudes! – que tem sofrido o processo de transformação de nossas instituições e a marcha para diante do país”¹⁰³.

Desde o começo da exposição há mesmo uma onipresença da palavra “fatos”. Utilizada de forma incansável para acentuar que a busca de uma qualificação a priori – “revolução socialista”, “democrático-burguesa”, etc. – é um péssimo ponto de partida para alcançar os objetivos ditos revolucionários. Por outro lado, tais considerações não significam o abandono puro e simples da célebre e militante profissão de fé: “é claro que para um marxista, é no socialismo que irá desembocar afinal a revolução brasileira”¹⁰⁴. Afirmativa que vai ao encontro da personificação de um Caio Prado entusiasta demais para, apressadamente, depor as armas da crítica diante da imposição de um Estado capitalista e autoritário como nunca. Mas que também pode ser lida como a elaboração de um outro a priori, na medida em que, apesar da “dinâmica dos fatos”, já se conhece aonde se chegará. Mesmo quando o autor reafirma que a confiança no socialismo não se inspira em

“uma previsão que seria antes adivinhação, nem tampouco de uma pressuposta fatalidade histórica, de um Destino que tenderia necessariamente a se realizar, mas em conseqüência tão-somente do desenrolar dos fatos que, a partir do momento atual (que se trata agora de

¹⁰³ Caio Prado, *A revolução brasileira*, p. 22.

¹⁰⁴ Caio Prado, *A revolução brasileira*, p. 16.

interpretar), se irão sucedendo uns em seguimento e em consequência dos imediatamente anteriores”¹⁰⁵.

No entanto, a interpretação do “momento atual” mencionada e levada adiante por Caio Prado foi, e ainda é, objeto de pesadas críticas¹⁰⁶. Creio que em parte esse rigor crítico se explique pela contundência presente na escrita de *A revolução brasileira*. Como se nota no trecho abaixo, que censura a proximidade da esquerda com o governo de João Goulart, deposto pelos militares:

“as esquerdas brasileiras continuaram insistindo em sua oportunista linha política de apoio a um dispositivo partidário vazio de qualquer conteúdo ideológico, e que essencialmente não disputava senão as vantagens da posse e do usufruto do poder para a sua facção. Em contrapartida, o que as esquerdas ganhavam com esse apoio era unicamente a oportunidade de uma projeção política que por suas próprias deficiências elas não logravam alcançar por outros meios mais construtivos. Projeção essa, contudo, que não resultava afinal em mais que uma agitação demagógica e superficial, sem reais perspectivas revolucionárias e fadada ao desastre de abril, que já muitos meses antes somente não era previsto por ingênuos embriagados na euforia de momentâneos e aparentes sucessos, ou então cegados por falsas ilusões acerca do verdadeiro conteúdo e sentido da luta em que se tinham engajado”¹⁰⁷.

¹⁰⁵ Caio Prado, *A revolução brasileira*, p. 19.

¹⁰⁶ Cabe aqui, por ora, reproduzir uma breve síntese de alguns argumentos marginais: “o autor teria atacado pessoas e instituições indefesas que se encontravam exiladas, perseguidas ou sujeitas às limitações de escrever sob pseudônimo e em linguagem esópica. Ou ainda, observava-se a falta de citações dos ‘clássicos’ nacionais e estrangeiros sobre a matéria, substituídos por auto-referenciais. Nada de consistente era dito sobre o cerne da argumentação de Caio Prado e, sobretudo, de como os acontecimentos dos dois últimos anos haviam posto em evidência a fragilidade dos supostos teóricos dominantes na esquerda contra os quais o livro se voltava”, Marco Aurélio Garcia, “Um ajuste de contas com a tradição”. In Maria Ângela D’Incao (org.). *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*, São Paulo, Brasiliense/Editora Unesp, 1989, p. 276.

¹⁰⁷ Caio Prado, *A revolução brasileira*, pp. 26-27.

A longa citação justifica-se pela franca exposição das idéias do historiador que marca todo o livro. É também oportuna porque revela um caso raro de intelectual-militante que questiona o que se dissimula por trás do pragmatismo do axioma segundo o qual: “a política é a arte (ou seria o jogo?) do possível!”. Em outros termos, verifica-se nas duras palavras de Caio Prado a aversão ao que alguns críticos denominaram como “os impasses da ‘política impura’”, que para o autor se confundiria com o arrivismo de setores do partido interessados nas “vantagens da posse e do usufruto do poder para a sua facção”. Para ele a principal responsável pela manutenção de uma linha política entendida como oportunista seria, mais uma vez, a extremada debilidade teórica alimentada por uma leitura completamente errada da sociedade nacional. Aliás, Caio Prado deixa claro que a sua intenção em *A revolução brasileira* é “reelaborar a teoria da nossa revolução, a fim de por ela acertadamente pautar a ação política da esquerda brasileira”¹⁰⁸. Tarefa ambiciosa mesmo para um estudioso da envergadura do historiador paulista.

No texto confirma-se igualmente a coerência com a abordagem anterior de Caio Prado em relação ao tema do desenvolvimento social brasileiro, uma espécie de fio condutor em seu trabalho de vários anos. Pois o autor critica com a mesma veemência a “aliança espúria” dos comunistas para a eleição de Juscelino Kubitschek, em 1955. A seu juízo, “entreguismo e inflação em escala sem precedentes, foi isso o essencial do governo Kubitschek, sem contar as negociatas e oportunidades de bons negócios à custa do Estado e da Nação, como em particular no caso da construção de Brasília”¹⁰⁹. Tudo isso comandado pelo Banco de Desenvolvimento Econômico, que tinha à frente o “mais puro

¹⁰⁸ Caio Prado, *A revolução brasileira*, p. 28.

¹⁰⁹ Caio Prado, *A revolução brasileira*, pp. 25-26.

exponente da economia capitalista, o sr. Roberto Campos”¹¹⁰. Caio Prado eleva o tom da polêmica para demarcar que a sua interpretação do Brasil demandava outro caminho bem diferente para o país. Como integrante do PCB, expõe os seus argumentos em um debate que acaba contribuindo para distingui-lo, na fala de seus adversários, como um intelectual que não compreendeu a importância da democracia política. E que teria ficado preso na armadilha do “atraso”, porque incapaz de enxergar o desenvolvimento industrial brasileiro efetivamente em curso a partir dos anos trinta¹¹¹.

A análise realizada pelo autor para os anos que precederam o golpe militar de 1964 teria ainda municiado os agrupamentos radicais que se organizaram na luta armada para resistir ao autoritarismo. Essa crítica geralmente é introduzida de maneira sutil, já que o tratamento conferido por Caio Prado para a atividade política da esquerda antes do golpe dificilmente permite estabelecer uma analogia deste tipo¹¹². É o que se depreende, por exemplo, da leitura de um extrato que assenta como uma luva para censurar tanto a atuação

¹¹⁰ O personagem Roberto Campos, citado de passagem por Caio Prado, é importante também para a compreensão da relação entre a agropecuária e a presença estrangeira no desenvolvimento capitalista local no pós-64. “Para Roberto Campos, no seu tempo, não se tratava de ‘industrializar’ o país, mas de tornar a industrialização o motor do desenvolvimento, não mais vinculado às propostas nacionalistas, e sim a uma concepção de capitalismo, universalista e homogêneo, sem compromissos político-sociais com o passado recente”, In Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva, *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1981, p. 24.

¹¹¹ Esse debate é abordado no capítulo três desta tese. Todavia, na tentativa de contextualizar um pouco as ponderações do historiador, vale a pena antecipar o seguinte posicionamento: “o Governo Kubitschek recebeu duríssimas críticas de Caio Prado, não só em *A revolução brasileira*, mas já nos ensaios dos anos 50, publicados na *Revista Brasiliense*. Creio que ele não só subestimou o inegável desenvolvimento da industrialização que se processou na era populista, mas ignorou completamente o crescimento e ativação da sociedade civil nela ocorrido, sobretudo no ‘período malfadado’ do Governo Goulart”, In Carlos Nelson Coutinho, *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas*, Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990, p. 181.

¹¹² Carlos Nelson Coutinho, por exemplo, insinua algo nesta direção quando destaca: “*A revolução brasileira*, publicado em 1966, terminou por alimentar a ideologia da ultra-esquerda no Brasil, a qual se baseava na falsa alternativa entre ‘socialismo já’ ou ‘ditadura fascista com estagnação econômica’. Essa alternativa não está absolutamente presente no livro de Caio Prado; mas a sua visão ‘atrasada’ do Brasil podia contribuir objetivamente para alimentá-la, como de fato ocorreu”, In Carlos Nelson Coutinho, obra citada, p. 182.

política dos comunistas antes do golpe quanto a experiência da chamada ultra-esquerda brasileira dos anos sessenta.

“Em conjunto e derivado dessa desconexão entre a teoria e a prática, as esquerdas não conseguiram despertar e mobilizar de maneira efetiva e revolucionariamente fecunda, as forças progressistas do país. (...) E assim a ação revolucionária se reduziu de fato a pequenas minorias e se concentrou em acanhadas cúpulas que, se muito se agitavam dando possivelmente a impressão, às vezes e para aqueles que nelas se envolviam, de grandes acontecimentos, na realidade marcavam passo à espera de um feliz acaso que fizesse algum dia cair-lhes nas mãos o poder, como um *fiat* do Destino”¹¹³.

Somente isolando o veemente ataque às alianças perseguidas pelos comunistas com a incerta “burguesia nacional” do conjunto das críticas formuladas por Caio Prado, exercício sem dúvida arriscado para a compreensão do contexto das idéias difundidas pelo historiador, é que se pode inferir uma vinculação com a prática política dos agrupamentos da esquerda armada que combateram a ditadura militar.

Não obstante a variedade dos assuntos polêmicos contidos em *A revolução brasileira*, o que me interessa neste momento é a mudança de posicionamento atribuída ao autor em relação aos seus textos anteriores sobre o problema do campo brasileiro. Mais especificamente a articulação dos vários temas discutidos no livro com a reforma agrária. Neste sentido, ainda na introdução, Caio Prado relaciona a ausência de uma teoria consistente para orientar as transformações sociais com a dificuldade em mobilizar os trabalhadores, que ele chama de “verdadeiras forças revolucionárias”. Os enganos teóricos são responsabilizados por uma leitura esquemática e truncada da sociedade nacional, que

¹¹³ Caio Prado, *A revolução brasileira*, p. 24.

levaria a um distanciamento cada vez maior dos setores prioritários para o desenlace da revolução.

“No que se refere ao proletariado, não foram além de reivindicações salariais imediatas que a precipitada inflação tornava fácil não apenas de levantar, como de conduzir a aparentes vitórias. Isso nas cidades, porque no campo onde o assunto se apresentava muito mais complexo, a coisa era pior, pois as prédicas para uma massa trabalhadora rural fantasiada para a circunstância de campesinado do tipo europeu dos séculos XVIII e XIX, e as imprecações contra o ‘feudalismo’ não encontravam aí, nem podiam encontrar, nenhuma ressonância”¹¹⁴.

Fica assim paulatinamente mais evidente a ligação percebida por Caio Prado entre submissão aos ditames de uma teoria revolucionária importada, sem qualquer mediação crítica, e o diagnóstico errado da situação brasileira. O paradigma da revolução “democrático-burguesa”, pensado por Lênin para caracterizar as tarefas revolucionárias na “atrasada” Rússia dos czares, modelou o espírito da “revolução agrária e antiimperialista” apregoada para cá.

Para o historiador não se pode perder de vista que a acepção “revolução agrária”, no caso dos documentos elaborados pelo PCB, é sinônima de “revolução antifeudal”. Justifica-se, a partir daí, a ferrenha oposição do autor relacionada à caracterização de um feudalismo tupiniquim, visível desde os seus trabalhos iniciais. E por falar em tupiniquim – para Caio Prado, positivamente, deduzir a existência de um “feudalismo” no Brasil possui sim uma conotação pejorativa! –, observa-se que a anulação da diversidade local é denunciada no texto, por exemplo, pelo desprezo dessa

¹¹⁴ Caio Prado, *A revolução brasileira*, p. 24.

“questão essencial do ponto de vista revolucionário que é o de populações indígenas que conservam, sob muitos aspectos, sua individualidade nacional e suas estruturas econômicas, sociais e culturais que vinham de antes de seu contato com os conquistadores e colonizadores europeus”¹¹⁵.

Em concordância com a eloquência caiopradiana certamente não se pode passar incólume pela ignorância de elementos básicos do tecido social da história nacional. De modo que o preço pago pela inconsistente generalização espelhada nas certezas da III Internacional Comunista teria sido alto demais, sobretudo para o partido comunista.

O autor afirma que o enfoque dado pelos propositores da tese da “revolução antifeudal” para o sistema de “parceria” no campo é exemplar. Vista pelos comunistas como um anacronismo, como uma remanescente semifeudal que teria sobrevivido na agropecuária brasileira, as formas de coerção do trabalho baseadas na “parceria” são encaradas por Caio Prado como “um tipo superior de relações de trabalho e produção, quando comparados às puras e típicas relações capitalistas que são o salariado”¹¹⁶. O núcleo do problema, que gerou essa interpretação precipitada pelas Resoluções da III Internacional para o Brasil, teria sido o menosprezo das relações escravistas, que organizaram a produção brasileira por séculos. A escravidão, e não o feudalismo, seria a responsável pela permanência de relações sociais anacrônicas no campo.

É necessário assinalar, novamente, que a recusa do feudalismo não se constitui em simples negação da imposição de um modelo analítico importado e rapidamente convertido em um estereótipo. Afinal, Caio Prado recorre ao seu ofício como historiador para, além de

¹¹⁵ Caio Prado, *A revolução brasileira*, p. 37. Para um esboço crítico dos “resquícios de uma mentalidade preconceituosa” em Caio Prado, apesar do reconhecimento das diferenças indígenas acima, ver Maria Luiza Tucci Carneiro, “A questão racial”, In Maria Ângela D’Incao (org.). *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*, São Paulo, Brasiliense/Editora Unesp, 1989, pp. 347-353.

¹¹⁶ Caio Prado, *A revolução brasileira*, pp. 41-42.

negar, elaborar uma proposição inovadora e reconhecida por muitos estudiosos do tema, conforme terei a oportunidade de aprofundar no próximo capítulo. Caio Prado – na condição indissociável de intelectual-militante integralmente ocupado com o exame da conjuntura política do país nos anos sessenta –, manifesta seu propósito crucial, ao rejeitar as relações semifeudais para o Brasil, no livro *A revolução brasileira*.

“Não é por simples luxo teórico e preocupação acadêmica que estamos aqui insistindo nesse ponto e procurando mostrar o desacerto que consiste em interpretar a nossa economia agrária e as relações de produção e trabalho nele presentes como derivações, ou remanescentes de obsoletas e anacrônicas formas e estruturas feudais. Uma interpretação como essa leva naturalmente à conclusão – e é realmente o que se tem verificado no caso da defeituosa teoria da revolução brasileira até hoje consagrada – que a luta dos trabalhadores rurais brasileiros teria essencialmente por objetivo (como seria o caso se se tratasse de fato de camponeses) a livre ocupação e utilização da terra que hoje trabalham a título de empregados da grande exploração. E se dirigiria assim no sentido de reivindicação dessa terra”¹¹⁷.

Comprova-se aqui o entrelaçamento da crítica do feudalismo com o gradativo deslocamento da tese da distribuição de terras como principal ato mobilizador dos trabalhadores no campo. Negar o feudalismo é também, na interpretação caiopradiana difundida em 1966, contestar a presença significativa do “camponês” no cenário das lutas sociais no meio rural brasileiro daquele período, mantendo assim uma cuidadosa coerência com o contexto da polêmica travada com o seu partido. Fica evidente que a irritação do historiador com o PCB aumenta à medida que permanecem as hesitações na atuação partidária para o campo, agravadas pela conjuntura adversa a partir do golpe militar.

¹¹⁷ Caio Prado, *A revolução brasileira*, pp. 48-49.

De certa forma, é razoável afirmar que Caio Prado sempre evitou a utilização do termo camponês em seus escritos¹¹⁸. O que se constitui em uma novidade e merece ser analisado, no caso da exposição de *A revolução brasileira*, é o questionamento explícito da defesa da reforma agrária como uma alternativa eficaz para viabilizar o desenvolvimento social desejável para o Brasil. Exatamente considerando que Caio Prado tenha menosprezado em sua análise histórica a existência de “uma crescente camada de lavradores pobres [que] convivia ao lado dos proprietários mais abastados”¹¹⁹, cumpre entender porque os rurais, “simples vendedores de força de trabalho”, reduziram suas reivindicações à “obtenção de melhores condições de trabalho e emprego”¹²⁰.

Antes de explorar a centralidade do tema da mudança na legislação social para o campo, o autor traça o que considera um mapeamento das regiões em que a luta pela terra se manifestaria “de maneira apreciável e não apenas através de vagas aspirações desacompanhadas de qualquer ação e pressão efetivas”¹²¹. Ele identifica três regiões em que a ocupação de terras pelos trabalhadores era uma reivindicação indiscutível: 1) áreas no Nordeste “onde o tipo tradicional e dominante no Brasil, que é da grande exploração rural, não se estabeleceu ou decaiu e se desagregou por circunstâncias naturais

¹¹⁸ Para lá da reação contra a via “clássica” de desenvolvimento, uma vez que esta última faz olho de lince para enxergar camponeses em meio ao feudalismo brasileiro, John Monteiro resume notavelmente a outra razão para a ausência do camponês no trabalho de Caio Prado. Mesmo sem exigir do historiador o conhecimento antecipado das pesquisas mais recentes que – beneficiadas por trabalhos acadêmicos, freqüentemente estimulados pelas originais contribuições de Caio Prado – “introduzem camponeses, em números crescentes, no horizonte histórico, como significativos atores na formação da sociedade brasileira”; Monteiro acerta o alvo quando afirma que o historiador, artífice mor do “sentido da colonização”, não valorizou adequadamente os produtores das atividades agrícolas qualificadas como secundárias ou subsidiárias em seus textos. De acordo com as suas pertinentes observações, “o enfoque exclusivo no complexo agroexportador, que adota basicamente a velha visão dos ciclos econômicos como móvel principal da história nacional, oculta uma outra dinâmica da organização rural brasileira, dinâmica esta que ajuda a explicar as origens do campesinato brasileiro, nas suas formas multivariadas”, ver John Monteiro, “A dimensão histórica do latifúndio”, In Maria Ângela D’Incao (org.). *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*, São Paulo, Brasiliense/Editora Unesp, 1989, p. 160.

¹¹⁹ John Monteiro, “A dimensão histórica do latifúndio”, p. 157.

¹²⁰ Caio Prado, *A revolução brasileira*, p. 49.

¹²¹ Idem, *ibidem*.

desfavoráveis”¹²², geralmente ocupadas por foreiros e onde atuavam com sucesso, desde os anos cinquenta, as Ligas Camponesas; 2) áreas “dos ocupantes de terras virgens em zonas pioneiras do país”, conhecidos habitualmente por posseiros; 3) áreas em que os conflitos resultam da “concorrência que faz a pecuária a pequenos cultivadores sem terras próprias e que são desalojados das terras que ocupam para dar lugar a pastagens”¹²³, que disseminam-se pelo país e ganham amplitude devido ao aumento do consumo urbano da carne bovina, transformando esta atividade em “um dos maiores e mais lucrativos negócios da agropecuária brasileira” (Ibidem). Com exceção desta última frente de conflito, Caio Prado minimiza a importância das atividades produtivas passíveis de justificar a luta pela terra nas outras duas fontes de atritos pela sua posse efetiva por trabalhadores rurais. Mantém-se assim o desdém do historiador pela produção agrícola denominada por subsidiária ou secundária. Porém, para todos os três possíveis focos de conflito pela propriedade da terra, classificados por Caio Prado, destaca-se a inflexível negação de que tais disputas caracterizariam qualquer modalidade de supressão de “restos feudais ou semif feudais”.

“Esgotam-se, com essas situações de conflitos sociais no campo brasileiro que acabamos de enumerar, praticamente todos os casos expressivos em que se propõe a questão da terra, e onde a reivindicação dessa terra pelos trabalhadores e produtores se apresenta com potencialidade revolucionária. Mas potencialidade essa que nada tem a ver, como notamos, com a ‘eliminação de restos feudais’, ou que diga respeito a uma presumida revolução agrária antifeudal em germinação no processo histórico-social da atualidade brasileira”¹²⁴.

¹²² Caio Prado, *A revolução brasileira*, p. 50.

¹²³ Caio Prado, *A revolução brasileira*, p. 51.

¹²⁴ Caio Prado, *A revolução brasileira*, p. 52.

O sentido esporádico atribuído para as reivindicações específicas pela ocupação das terras controladas ou não por grandes proprietários é cotejado com o que o autor considera a principal contradição existente à época: as “tensões no campo brasileiro que dizem respeito a condições de trabalho e emprego na grande exploração rural – fazenda, engenho, usina, estância...”¹²⁵. Tais demandas teriam sido desprezadas pelos comunistas porque não iam ao encontro de seus esquemas teóricos importados. Caio Prado recorre mesmo aos documentos oficiais, elaborados pelo PCB no intervalo dos anos 1954-1961, para acentuar esse distanciamento das diretrizes programáticas em relação às “contradições mais profundas e revolucionariamente mais fecundas”. O exame destes documentos permite ao historiador verificar que os seus formuladores sequer conheciam o disposto na Consolidação das Leis do Trabalho de 1943, pois preconizavam direitos já assegurados por aquela legislação na redação do Programa de 1954, isto é, onze anos depois da vigência no texto da Lei. Para Caio Prado o essencial era fazer valer dispositivos como o salário mínimo para o trabalhador rural e o direito a sindicalização, presentes no corpo da legislação mas completamente esquecidos na prática. Esse seria o terreno fértil para a agitação e propaganda do partido no campo, ao invés da insistência na superação de relações de trabalho como a “meia” ou a “terça”, vistas como “formas ‘semifeudais’ de exploração” que deveriam ser modificadas pela remuneração em dinheiro.

“Os fatos se incumbiriam de comprovar aquela importância e fecundidade das reivindicações trabalhistas no campo brasileiro com as ocorrências verificadas, particularmente no Nordeste, em 1963, e até o golpe de abril do ano seguinte, quando na base da luta pela aplicação do Estatuto do

¹²⁵ Caio Prado, *A revolução brasileira*, p. 52.

Trabalhador Rural se desencadeou uma das maiores batalhas, senão a maior delas, jamais verificada no campo brasileiro”¹²⁶.

A confusão nas propostas do PCB para o campo ficaria patente, segundo o historiador, no texto da “Resolução Política” aprovada em uma Convenção Nacional do partido, datada em 1960. Neste documento aparece nitidamente a mescla de diretrizes para o trabalho político no meio rural. Aliás uma característica dos escritos pecebistas desde a “Resolução sobre a questão camponesa no Brasil”, considerado o primeiro documento em que o partido se dedica à definição das linhas gerais de seus objetivos no meio agrário brasileiro, elaborado no ano de 1929¹²⁷. Caio Prado não desperdiça o texto ambíguo da “Resolução Política” de 1960 e passa a refletir sobre os efeitos destas “incoerências e vacilações” para a organização e a prática da militância entre os trabalhadores rurais¹²⁸.

“No que se refere à questão agrária, o Programa de 1961 inclui dois itens, um relativo à ‘reforma agrária’, consistente na desapropriação das grandes propriedades incultas ou pouco cultivadas, abolição da meia e terça, entrega de títulos de propriedade aos posseiros, estímulo ao cooperativismo, assistência etc.; e outro item, colocado em passagem largamente apartada da primeira e com o mais variado sortimento de assuntos de permeio, referente à extensão da legislação social-trabalhista para o campo. A proposição dessas medidas não se apresenta, contudo, de forma sistematizada, ligada e

¹²⁶ Caio Prado, *A revolução brasileira*, p. 54.

¹²⁷ Esse documento é analisado no item 1.2 (O documento de 1929: uma leitura das relações sociais no campo) desta Tese.

¹²⁸ Um livro indispensável para acessar o universo cotidiano da militância pecebista de origem urbana encarregada de levar o ideário do partido ao campo é o relato de José Pureza, *Memória camponesa*, Rio de Janeiro, Editora Marco Zero, 1982. Sobre o tema ver ainda Luiz Elias Sanches, *Lyndolpho Silva: trajetória de um militante*, Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado do CPDA/UFRRJ, 2000.

articulada em conjunto que se inspire em adequada interpretação da realidade brasileira”¹²⁹.

Assim, o que mais incomoda Caio Prado é o tratamento conferido aos trabalhadores assalariados e semiassalariados rurais. Tanto que o debate sobre o Estatuto do Trabalhador Rural, promulgado em março de 1963, teria passado inteiramente à margem dos interesses temáticos da direção partidária. Prova disto seria a inclusão do item: “a elaboração de estatuto que estabeleça uma legislação trabalhista adequada aos trabalhadores rurais”, no documento “A Posição dos Comunistas Diante das Reformas de Base”, publicado em abril, ou seja, um mês após a própria publicação do Estatuto do Trabalhador Rural. Mais grave ainda, conforme o autor, é que “em toda a literatura do Partido, não se encontra uma palavra sequer, de que se tenha notícia, nem antes nem depois de promulgado o Estatuto, de análise do assunto”¹³⁰. Tema importante porque, no seu entendimento, o Estatuto limitou-se a estender a legislação trabalhista reguladora do trabalho urbano para o meio rural, desconhecendo as especificidades das multifacetadas relações de trabalho no campo. Problema escamoteado pela propaganda partidária ao criar

“a esdrúxula concepção de que as reivindicações dos trabalhadores naquela luta (a saber, pela melhoria das condições de trabalho e emprego) seriam ‘reivindicações imediatas’, que precederiam e preparariam a reforma ‘radical’ destinada a superar os restos semifeudais presentes na economia agrária brasileira. ‘Reforma radical’ essa que consistiria fundamentalmente na eliminação do latifúndio ‘feudal’”¹³¹.

¹²⁹ Caio Prado, *A revolução brasileira*, p. 57.

¹³⁰ Caio Prado, *A revolução brasileira*, p. 59.

¹³¹ Caio Prado, *A revolução brasileira*, p. 60.

E aqui Caio Prado passa a questionar abertamente a indefinição em relação ao termo “latifúndio feudal”¹³². Para assinalar a vagueza desta expressão ele utiliza tanto a “Declaração”, documento resultante do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, ocorrido em Belo Horizonte no ano de 1961, quanto as referências elaboradas sobre o tema por dirigentes partidários como, por exemplo, Mário Alves. O PCB estaria com isto perdendo um valioso tempo na formulação retórica de palavras de ordem (“reivindicações imediatas”, “latifúndio feudal”) incapazes de mobilizar os trabalhadores do campo. Tudo em função dos desígnios da “revolução democrática, antiimperialista e antifeudal”, que prejudicava imensamente a organização dos rurais para confrontar o que Caio Prado identifica como a contradição fundamental no mundo do trabalho rural dos anos sessenta. Para ele mais inconveniente que os dissabores de uma conjuntura política desfavorável seria “o peso de preconceitos derivados da falsa posição teórica das forças políticas de esquerda”¹³³. O que teria, por exemplo, redundado na aprovação de um Estatuto do Trabalhador Rural “cujas insuficiências já começavam a se fazer sentir muito claramente”¹³⁴. Diga-se de passagem, a avaliação de Caio Prado sobre o Estatuto, ainda em 1966, demonstra que também aqui ele se apresenta como o precursor, nem sempre aclamado, da crítica aos grandes equívocos existentes nas políticas públicas para o meio agrário. Sua abordagem antecipa o agravamento da exploração da mão-de-obra rural que marcaria posteriormente a paisagem do interior brasileiro com a figura melancólica do bóia-fria¹³⁵.

¹³² Conforme tive a oportunidade de apresentar neste capítulo, Caio Prado discutiu inclusive a utilização imprecisa da palavra “latifúndio” nos artigos publicados na *Revista Brasiliense*.

¹³³ Caio Prado, *A revolução brasileira*, p. 63.

¹³⁴ *Idem*, *ibidem*.

¹³⁵ Para um inventário bibliográfico sobre o trabalhador bóia-fria e o impacto do Estatuto do Trabalhador Rural no campo, ver Maria Aparecida de Moraes Silva, *Errantes do fim do século*, São Paulo, Editora da Unesp, 1999, especialmente pp. 61-79.

“Tem passado completamente despercebido, pelo que se saiba, o fato de os empregadores rurais, a fim de se eximirem das obrigações legais que o Estatuto lhes impõe, recorrerem cada vez mais ao emprego de simples diaristas. Isso irá determinar, como já está determinando em muitos lugares, um largo desemprego sazonal no campo, além de nomadismo da mão-de-obra, com todas as suas graves e lamentáveis conseqüências. Observa-se isso muito bem, entre outros, em São Paulo. Fazem falta igualmente medidas complementares ao Estatuto, como restrições ao processo de substituição de culturas por pastagens, tendência essa que já vem de longe e foi acima assinalada, e que a introdução da legislação trabalhista no campo veio estimular”¹³⁶.

Na seqüência, Caio Prado realiza um verdadeiro mapeamento das várias categorias de trabalhadores rurais, mais ou menos vinculados a terra naquele período, e principalmente das formas de trabalho que se subordinavam ao pagamento por serviços prestados. No entanto, a capacidade de prognosticar os rumos do mundo do trabalho no campo brasileiro, demonstrada acima na intuição acerca do destino do trabalhador volante, não impede que ao final de *A revolução brasileira* o historiador avalie precipitadamente a possibilidade de vencer o regime ditatorial: “não há dúvida que, superada a situação política atual derivada do golpe reacionário e repressivo de 1º. de abril, o movimento ascensional das massas trabalhadoras rurais se reatará em ritmo acelerado”¹³⁷.

Indo um pouco adiante no texto, percebem-se algumas conclusões que destoam flagrantemente das considerações anteriores de Caio Prado. Porém importantes na medida em que completam e são indissociáveis do percurso intelectual do autor a respeito da

¹³⁶ Caio Prado, *A revolução brasileira*, p. 63.

¹³⁷ Caio Prado, *A revolução brasileira*, p. 138.

validade de uma política de reforma agrária para o campo em meados da década de sessenta.

A primeira conclusão é que “a reivindicação e luta pela terra não tem no Brasil a significação revolucionária que se lhe pretende atribuir com base na simples teoria”¹³⁸. Embora recorrente na fala do autor, tal assertiva ganha relevo porque vem acompanhada de outra afirmação primordial e que avança em relação à mera crítica das concepções teóricas equivocadas do PCB.

“Nada indica, antes muito pelo contrário, que a pequena produção camponesa seja capaz de substituir, em igual e até mesmo aproximado nível de produtividade, a grande exploração. Na maior e melhor parte das situações presentes na agropecuária brasileira, representaria por certo um retrocesso. Além disso, na medida em que existe no Brasil uma economia camponesa de pequenos produtores com alguma potencialidade de desenvolvimento e extensão, ela não concorre em regra com a grande propriedade e exploração, e não é por ela tolhida”¹³⁹.

Percebe-se assim, além de um questionamento explícito da eficácia econômica das mudanças na configuração fundiária nacional, um olhar permissivo em relação a grande exploração agrícola, que tão decisivamente foi identificada pelo próprio Caio Prado com o monopólio da propriedade da terra no Brasil em reflexões anteriores. Há neste momento de *A revolução brasileira* inclusive uma retomada de algumas associações descartadas com rigor nos artigos publicados na *Revista Brasiliense*, como aquela que articula o desenvolvimento social no campo com a mera superação dos “baixos padrões tecnológicos” presentes na exploração das atividades agrárias. Outro aspecto importante

¹³⁸ Caio Prado, *A revolução brasileira*, p. 139.

¹³⁹ Caio Prado, *A revolução brasileira*, pp. 142-142.

está contido na afirmação de que a pequena produção rural “não concorre em regra com a grande exploração e não é por ela tolhida”, basicamente o contrário das considerações que colocavam os limites da expansão do pequeno proprietário como um desdobramento do crescimento acelerado da grande propriedade. É evidente que essa preocupação tardia com a possibilidade de que a reforma agrária viesse a provocar uma “dispersão da produção e destruição da unidade produtiva da grande exploração”¹⁴⁰, articula-se nitidamente com a fixação do autor pela regulamentação do mercado de trabalho rural via legislação trabalhista.

Todavia, após discorrer com ceticismo sobre a capacidade mobilizadora das propostas de reforma agrária apregoadas pela esquerda em 1966, Caio Prado reafirma a presença dos conflitos pela posse da terra e que

“existe no Brasil, sem dúvida, uma questão de terras; e a forma como se distribui a propriedade fundiária rural, com o elevado grau de concentração que se observa nessa distribuição, tem por certo um grande papel na determinação dos fatos econômicos e sociais da atualidade”¹⁴¹.

Chega inclusive a reviver o diagnóstico que revela a pequena propriedade como “sufocada e impedida de se desenvolver, sobretudo pela absorção e monopolização, pela grande exploração, da maior parte das terras utilizáveis” (Ibidem). De modo que o leitor é forçado a indagar quais seriam realmente os objetivos das aparentes discrepâncias nas conclusões do autor em algumas passagens de seu livro. Pois tudo leva a crer que para lá do desmonte da revolução agrária defendida pelo PCB existam outras preocupações que conduzem Caio Prado a um distanciamento crítico da luta pela terra nos anos sessenta. Até

¹⁴⁰ Caio Prado, *A revolução brasileira*, p. 143.

¹⁴¹ Caio Prado, *A revolução brasileira*, p. 145.

porque o historiador descreve o contexto de diversos conflitos importantes que ocorreram em vários Estados. O que sugere um acompanhamento interessado da movimentação social dos trabalhadores no campo.

Um aspecto abordado e que, a meu juízo, auxilia na compreensão dessa manifesta prevenção em relação à luta principalmente dos posseiros do interior brasileiro e foreiros do Nordeste – Caio Prado chega a dizer, sem apontar elementos substanciais para comprovar sua tese, que o destaque obtido pelas Ligas Camponesas nordestinas não se deve “as agitações dos ‘foreiros’ (arrendatários) e ocupantes de terras, e sim a ampla mobilização dos trabalhadores dos canaviais que seguiu e acompanhou aquelas agitações”¹⁴² – está claramente exposto no seguinte trecho:

“a questão da terra no Brasil não tem a generalidade suficiente, nem se apresenta com a necessária uniformidade em todos os lugares, para constituir ponto de partida de amplos e continuados movimentos de massa, que é o que realmente, em profundidade, interessa do ponto de vista revolucionário. Ela pode determinar, como de fato tem determinado, pontos de atrito que eventualmente degeneram em conflitos localizados”¹⁴³.

Ao lado da definição dos conflitos fundiários como algo localizado e impossibilitado de promover “uma repercussão apreciável nos centros nevrálgicos da vida do país” (Idem, 147), o historiador assinala mais uma vez a ausência de uma economia camponesa representativa e capaz de alimentar “um forte e generalizado movimento de massas rurais”.

Neste ínterim, estabelece-se uma distinção do enfoque econômico na análise caiopradiana que será objeto de contestação por inúmeros interlocutores posteriores, na

¹⁴² Caio Prado, *A revolução brasileira*, p. 147.

¹⁴³ Caio Prado, *A revolução brasileira*, p. 146.

medida em que efetivamente o autor subordina os atores políticos a sua inserção pura e simples no âmbito das atividades econômicas. Logo, a rebelião dos pequenos proprietários no campo não teria maiores resultados

“porque o setor propriamente camponês, isto é, a pequena produção autônoma, sempre teve no conjunto da economia agrária brasileira, no passado como no presente, e em confronto com a grande exploração em que basicamente se estrutura aquela economia, um papel subsidiário e de segundo plano”¹⁴⁴.

Resta então, nas palavras de Caio Prado, investir ativamente na organização da luta reivindicatória dos trabalhadores rurais vinculados a grande exploração. As conquistas na direção de melhores condições de trabalho e emprego neste setor acabariam interferindo nos rumos da reforma agrária, já que as empresas agropecuárias sem capacidade competitiva para proceder às melhorias conquistadas teriam suas propriedades fatalmente desmembradas com o recurso de uma legislação fiscal adicional coibindo o abandono improdutivo das áreas agricultáveis. Tais medidas contribuiriam ainda para aplacar o deslocamento crescente dos habitantes do campo para as cidades. Verdadeiro êxodo que, já em 1966, o autor visualiza como mais um problema social resultante do modelo de desenvolvimento dependente e incapaz de “proporcionar trabalho e ocupação normais e regulares a toda a população potencialmente ativa do país”¹⁴⁵.

E assim a resistência no tocante à luta pela terra como prioritária para resolver as tensões no campo vai assumindo contornos mais exatos. Pois, “não é a questão da terra que

¹⁴⁴ Caio Prado, *A revolução brasileira*, p. 148.

¹⁴⁵ Caio Prado, *A revolução brasileira*, p. 151.

aí se propõe em primeiro e principal lugar”, mas “sim questões ligadas a relações de emprego”¹⁴⁶.

Por outro lado, além dessa dedução da contradição fundamental: a necessidade de regulamentar o mundo do trabalho rural para viabilizar a criação de empregos estáveis e apropriados; há também outro elemento chave para entender a relutância de Caio Prado no que se refere ao protesto da esquerda favorável a realização de uma reforma agrária radical.

“(...) em contraste com o que se passa nas colônias meridionais [referência as colônias do extremo sul do país], a população trabalhadora rural não é de formação camponesa, e se constitui essencialmente de simples trabalhadores sem condições de iniciativa e aptidão para se estabelecerem como produtores por conta própria”¹⁴⁷.

A essa suposta privação de “iniciativa e aptidão” para o trato com a terra, soma-se uma derradeira e controversa constatação, que merece certamente uma longa citação.

“Se potencialmente a sua força reivindicatória e revolucionária é considerável, e se uma vez estimulada e devidamente orientada, essa força se mobiliza e desencadeia facilmente, como bem mostram os acontecimentos acima referidos de 1963/64 em Pernambuco, faltam contudo aos trabalhadores rurais a necessária iniciativa, o conhecimento de como e por onde desencadearem a luta, a decisão e capacidade de nela se orientarem adequadamente. Esse impulso e essa orientação precisam vir de fora. E somente podem partir, por força das circunstâncias que em seguida veremos, e como a experiência confirma, do proletariado urbano cujo nível cultural e político, apurado pela vida na cidade, tão mais intensa e

¹⁴⁶ Caio Prado, *A revolução brasileira*, p. 151.

¹⁴⁷ Caio Prado, *A revolução brasileira*, p. 152.

culturalmente mais elevada, o torna apto para aquela tarefa de direção da massa trabalhadora rural. Tarefa para a qual se acha naturalmente indicado por força das ligações que o prendem àqueles trabalhadores rurais”¹⁴⁸.

Conforma-se assim o repertório das incapacidades atribuídas aos rurais e que termina aproximando, paradoxalmente, o olhar sobre o trabalhador rural reproduzido no livro de Caio Prado do seu partido. De fato, a análise dos movimentos contestatórios no campo da década de sessenta, implementada pelo historiador, não faz justiça aos seus protagonistas, sobretudo quando se afirma que cabe ao proletariado urbano guiá-los pelos caminhos que conduzem a modernização “apurada pela vida na cidade, tão mais intensa e culturalmente mais elevada”.

¹⁴⁸ Caio Prado, *A revolução brasileira*, p. 173.

CAPÍTULO 3

O CRÔNICO NO DEBATE SOBRE A REFORMA AGRÁRIA

3.1 – O contraditório sobre *A revolução brasileira* de Caio Prado

3.2 – O PCB e a reforma agrária radical no pré-64

CAPÍTULO 3 – O CRÔNICO NO DEBATE SOBRE A REFORMA AGRÁRIA

Para estabelecer algo parecido com um roteiro das principais questões a serem abordadas na controvérsia sobre a vinculação da reforma agrária com o desenvolvimento social e o programa para uma revolução nacional e democrática, prioritariamente no intervalo dos anos cinquenta e sessenta, interessa recuperar a síntese introdutória realizada por Carlos Nelson Coutinho, mais exatamente em um texto escrito em 1988 e bastante mencionado pelos estudiosos ulteriores¹.

Logo na primeira página destaca-se a ambigüidade atribuída a Caio Prado na definição da sociedade brasileira anterior ao advento da República. Contudo, para Carlos Nelson Coutinho, tal imprecisão não pode ser encarada precipitadamente como uma suposta debilidade interpretativa, por vezes imputada ao historiador paulista. Ao contrário, a dificuldade em caracterizar as determinações da economia durante o período colonial evidencia o contexto da polêmica sustentada ao longo do tempo por Caio Prado com o PCB.

¹ Refiro-me aqui ao texto “A imagem do Brasil na obra de Caio Prado Júnior”, In Carlos Nelson Coutinho, *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas*, Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990, pp. 167-183.

“Em oposição ao modelo interpretativo dominante na III Internacional e no Partido Comunista Brasileiro (pelo menos a partir de 1930), ele insiste em que nosso País não é e jamais foi feudal ou semifeudal e, por isso, não careceu nem carece de uma ‘revolução agrária e antiimperialista’ para se tornar moderno e capitalista. Mas, por outro lado, Caio Prado reconhece traços extremamente peculiares em nosso capitalismo – traços que poderíamos chamar de ‘não-clássicos’ –, dedicando boa parte de sua pesquisa a identificá-los e descobrir-lhes a gênese”².

Percebem-se acima, com nitidez, os contornos do debate sobre o modelo de desenvolvimento assumido pelo capitalismo no Brasil e que se constitui na motivação central da disputa intelectual e política de Caio Prado com o PCB. Ainda para Carlos Nelson Coutinho, o arsenal conceitual caiopradiano, por ele associado ao “estoque de categorias marxistas” patente no trabalho do historiador, na realidade apresenta limitações que não ofuscam “a sua criatividade e os seus extraordinários méritos pioneiros enquanto intérprete marxista da história brasileira”³. Três referências tópicas assinalam o fundamental de uma leitura que, à época, não teria se beneficiado de duas contribuições básicas para o aprofundamento do conceito de desenvolvimento capitalista pautado pelos “traços que poderíamos chamar de não-clássicos”⁴: a) a forte presença de relações mercantis, sugerindo que, mesmo “incompleto”, o sistema de produção capitalista vigora desde os tempos do Brasil Colônia, “erro derivado da prioridade metodológica que ele

² Carlos Nelson Coutinho, “A imagem do Brasil na obra de Caio Prado Júnior”, pp. 167-168.

³ Carlos Nelson Coutinho, obra citada, p. 168.

⁴ No texto aqui apresentado tais caminhos alternativos estão identificados do seguinte modo: “o de ‘via prussiana’, elaborado por Lênin com o objetivo principal de conceituar a modernização agrária; e o de ‘revolução passiva’, utilizado por Gramsci para determinar processos sociais e políticos de transformação ‘pelo alto’. Não há, na obra de Caio Prado, nenhuma referência explícita a tais conceitos, nem é de supor que ele os conhecesse, sobretudo a noção de ‘revolução passiva’, elaborada por Gramsci nos *Cadernos do Cárcere* e tornada pública no final dos anos 40. Caio Prado jamais cita Gramsci e não é freqüente (se excetuarmos as referências a *O imperialismo*) que cite Lênin”. In Carlos Nelson Coutinho, obra citada, p. 168.

conscientemente atribui à esfera da circulação em detrimento da esfera da produção”⁵; b) a utilização pouco rigorosa do conceito “burguesia”, que, de certa forma, está estreitamente vinculada à leitura da presença de um sistema capitalista desde os primórdios da colonização; c) por último, “resulta igualmente do desconhecimento do conceito marxista de capitalismo de Estado (ou de capitalismo monopolista de Estado) o emprego tardio da imprecisa noção de ‘capitalismo burocrático’”⁶, utilizada por Caio Prado em seu livro *A revolução brasileira*.

Em conformidade com a percepção já mencionada, Carlos Nelson Coutinho entende que os limites da abordagem marxista de Caio Prado não anula o esforço analítico em larga escala empreendido pelo historiador. Nesta direção, revela que mesmo a “prioridade atribuída à esfera da circulação não o impediu de definir de modo substancialmente adequado a formação econômico-social da era colonial”⁷. Tendo sido um autor fundamental para as pesquisas realizadas posteriormente sobre o tema, marcadas por um certo refinamento conceitual. Outro registro significativo merece a seguinte citação:

“o desconhecimento de noções como a ‘via prussiana’ tampouco foi obstáculo à formulação de contribuições definitivas para a compreensão dos processos e das modalidades de modernização conservadora ocorridos no

⁵ Carlos Nelson Coutinho, “A imagem do Brasil na obra de Caio Prado Júnior”, p. 168. Aliás, vários autores assumem que a preponderância da circulação das mercadorias na análise de Caio Prado é um equívoco que se desdobra fatalmente em suas conclusões sobre o modelo de desenvolvimento brasileiro. Para Bresser Pereira, por exemplo, o historiador não observa “a emergência do capital industrial no Brasil a partir dos anos 30”, ver Luiz Carlos Bresser Pereira, “De volta ao capital mercantil”, In Maria Ângela D’Incao (org.), *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*, São Paulo, Brasiliense/Editora Unesp, 1989, p. 279. O economista considera que “a grande contribuição de Caio Prado Júnior foi sem dúvida ter identificado no caráter mercantil do período colonial as origens do subdesenvolvimento brasileiro”, conferir Bresser Pereira, obra citada, p. 285. Entretanto, o autor aponta claramente para a incapacidade de Caio Prado em identificar o dinamismo do capital industrial em relação ao capital mercantil, sobretudo após 1930, e reconhecer “as bases de um capitalismo moderno que, nestes últimos sessenta anos, através de marchas e contramarchas, procurará se estabelecer como força hegemônica no país”, Bresser Pereira, “De volta ao capital mercantil”, p. 286.

⁶ Carlos Nelson Coutinho, “A imagem do Brasil na obra de Caio Prado Júnior”, p. 169.

⁷ Idem, *ibidem*.

Brasil. Pode-se mesmo dizer que, graças ao aporte da experiência específica do Brasil e de algumas regiões da América Latina, Caio Prado contribuiu para o enriquecimento do próprio conceito marxista de vias ‘não-clássicas’ para o capitalismo”⁸.

Tais afirmativas traduzem assim a relevância do estudo agrário efetivado pelo historiador para a compreensão do desenvolvimento capitalista perseguida em seus textos, que inicialmente assumem a necessidade de uma redistribuição das terras no campo brasileiro como ponto de partida para transformar as condições de vida e trabalho no meio rural. Ao rejeitar para o Brasil o modelo clássico, pautado pela divisão das terras senhoriais entre os camponeses subordinados ao regime de servidão e que vigorou em boa parte da Europa durante o medievo, Caio Prado defende enfaticamente a peculiaridade da “exploração rural de tipo colonial (ou seja voltada desde as origens para a produção de valores de troca para o mercado externo) e fundada em relações escravistas de trabalho” (grifos do autor)⁹, propondo uma contribuição decisiva aos esquemas analíticos derivados do marxismo. Essa interpretação coloca especialmente em evidência a natureza particular da grande propriedade no Brasil, caracterizada pela reprodução de “inúmeras formas de coerção extra-econômica” sobre o trabalhador rural e responsável pelo estabelecimento de relações de dependência diversas daquelas existentes na dominação designada como feudal. Carlos Nelson Coutinho reafirma que semelhante diagnóstico conduz o historiador a sustentar a tese do sistema de produção capitalista ainda para o período colonial, recorrendo a uma análise inovadora das vias “não-clássicas” de desenvolvimento do capitalismo.

⁸ Carlos Nelson Coutinho, “A imagem do Brasil na obra de Caio Prado Júnior”, p. 169-170.

⁹ Carlos Nelson Coutinho, obra citada, p. 172.

Mais que uma contribuição original para o conhecimento dos caminhos trilhados para a produção capitalista no campo brasileiro, a abordagem de Caio Prado prima pelo confronto com o argumento disseminado pelo PCB da necessidade histórica da “revolução democrático-burguesa”, na medida em que desloca a reflexão da prisão conceitual do desenvolvimento social como uma rua de mão única para a consolidação do capital, estreitamente relacionada com o argumento da inevitabilidade da via “clássica”. Neste caso, a preocupação de fundo do autor antevia os desacertos que uma análise enviesada provocaria no campo programático e na própria atuação partidárias, que tive a oportunidade de discutir anteriormente. Daí o tom áspero que por vezes marca o texto do historiador quando aborda a estrutura agrária, via de regra em franco descompasso com o raciocínio pecebista. Carlos Nelson Coutinho chega mesmo a indicar com precisão essa veemência:

“é possível que, no ardor da polêmica, Caio Prado tenha em alguns casos superestimado a possibilidade de assimilar determinadas formas de remuneração do trabalho rural (como a parceria) ao assalariamento; mas é inegável que ele definiu com muito mais rigor do que os defensores da tese dos ‘restos feudais’ a real natureza da moderna estrutura agrária brasileira”¹⁰.

Na opinião de Carlos Nelson Coutinho coloca-se aqui o essencial de um debate mais tarde aprofundado por Francisco de Oliveira. Longe de apresentar-se como um

¹⁰ Carlos Nelson Coutinho, “A imagem do Brasil na obra de Caio Prado Júnior”, p. 173. A insistência de Caio Prado no assalariamento, sobretudo no livro *A revolução Brasileira*, é criticada por vários autores. Marco Aurélio Garcia atenta para “um certo esquematismo de suas formulações, quando por exemplo, procurava reduzir sem mais, as múltiplas e complexas relações sociais existentes no campo a um salariado mais ou menos encoberto”, Marco Aurélio Garcia, “Um ajuste de contas com a tradição”, In Maria Ângela D’Incao (org.), *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*, São Paulo, Brasiliense/Editora Unesp, 1989, p. 276. Todavia, logo em seguida, o autor ameniza essa apreciação e destaca que “os setores tradicionais da esquerda atingidos por suas análises tentaram explorar esse ângulo, mas suas críticas não conseguiram atingir o núcleo dos argumentos de Caio”, Marco Aurélio Garcia, *ibidem*.

entreve baseado em um dualismo que opõe o atraso ao moderno, a organização social da produção agrícola convive em harmonia com as “inúmeras formas de coerção extra-econômica” que sujeitam o trabalho no meio rural brasileiro. Tal quadro resulta do modo como Caio Prado insistentemente qualifica o “negócio” lucrativo da agropecuária local. Articulando a miséria e as dificuldades dos trabalhadores no campo com a lógica do desenvolvimento de um capitalismo peculiar, que se configura a partir do latifúndio comercial voltado para a exportação. Introduce-se assim, em consonância com a original definição do caráter do capitalismo no Brasil, a crítica aos esquemas analíticos dicotômicos.

“De passagem, poderia recordar que, nessa recusa de uma visão dualista – para a qual o lado ‘atrasado’ seria um empecilho, e não algo funcional, ao desenvolvimento do lado ‘moderno’ –, as investigações de Caio Prado convergem objetivamente com as análises de Gramsci acerca da ‘questão meridional’ italiana”¹¹.

Decerto que a aproximação verificada pelo autor entre as leituras de Caio Prado e Gramsci não é eventual! Ambos estão atentos à tensão existente, nos casos brasileiro e italiano, entre os traços identificadores da mudança, propiciados pelo próprio desenvolvimento (no sentido de progresso) capitalista; e os sinais manifestos da permanência de elementos vistos como conservadores, por exemplo, a grande exploração rural direcionada para o mercado externo. O diálogo beneficia-se das “analogias entre o *Risorgimento* italiano e os eventos que constituem o processo de Independência e da consolidação do Estado imperial no Brasil”¹², já que o estudo dos dois casos aponta para a

¹¹ Carlos Nelson Coutinho, “A imagem do Brasil na obra de Caio Prado Júnior”, p. 174.

¹² Carlos Nelson Coutinho, obra citada, p. 176.

realização de mudanças lideradas “pelo alto” e delimitadas por um “subversivismo esporádico e elementar”. Para Caio Prado,

“fez-se a Independência praticamente à revelia do povo; e se isto lhe poupou sacrifícios, também afastou por completo sua participação na nova ordem política. A Independência brasileira é fruto mais de uma classe que da nação tomada em conjunto”¹³.

Opera-se a partir daí, na esteira da correta percepção de Caio Prado do componente autoritário entrevisto nessas mudanças iniciais da estrutura política nacional, a introdução de alguns temas centrais para compreender a defesa recorrente do historiador de uma política estimuladora da redistribuição das terras brasileiras, num primeiro momento, e posteriormente o empenho pela aplicação de uma legislação trabalhista para o campo; bem como para acompanhar as críticas dirigidas ao trabalho do intelectual paulista.

Na minha perspectiva analítica o principal tema, no sentido de que para ele convergem várias dessas críticas sobre as conclusões tidas como datadas de Caio Prado, refere-se ao tratamento conferido pelo autor à questão da democracia política no Brasil. Pouco importa a máxima utilizada – “o Brasil não tem povo”, “fruto mais de uma classe que da nação”, ou mesmo a antes mencionada perplexidade de Leôncio Basbaum, que enxergava em julho de 1930 um país “habitado por trinta milhões de bichos” –, sobressai a

¹³ Caio Prado Júnior, *Evolução política do Brasil e outros estudos*, 8ª. ed., São Paulo, Editora Brasiliense, 1972, p. 48. É freqüente a alusão dos estudiosos às importantes afirmações de Caio Prado desde o prefácio da primeira edição deste livro, publicada em 1933. Raimundo Santos e Luiz Flávio, por exemplo, sintetizam bem os objetivos do historiador naquele texto quando destacam que “ele se propõe fazer historiografia da ótica das classes subalternas”, ver Raimundo Santos e Luiz Flávio Carvalho Costa, “Camponeses e política no pré-64”. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n° 8, abril de 1997, pp. 95. Entretanto, penso ser também relevante observar o paralelo da análise do extrato acima com o registro de uma outra apatia popular, apontada pelos cronistas à época da proclamação da República. Tal qual no episódio da Independência, o advento da República teria igualmente sido marcado pela ausência de participação da população e consagrado pela seguinte expressão de um observador francês, Louis Couty, que aqui residia: “o Brasil não tem povo”. Sobre o tema, conferir José Murilo de Carvalho, *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*, 3ª. ed., São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

leitura de um Brasil em que as classes subalternas possuem uma extraordinária dificuldade em tornarem-se “atores políticos efetivos”. O que não se verifica entre as classes dominantes, dotadas de um pragmatismo que as leva a dirimir as suas contradições “pela via da cooptação e do transformismo”¹⁴. Ainda a esse respeito, Carlos Nelson Coutinho, que situou apropriadamente o problema, chama a atenção para o fato de que no Brasil

“a solução ‘pelo alto’ da questão do Estado nacional unificado precede e condiciona a solução ‘prussiana’ da modernização agrária: conservando a grande exploração rural e o domínio político dos proprietários de terra e de escravos, a ‘revolução passiva’ que se inicia com a Independência e se consolida com o golpe da Maioridade prepara o desfecho ‘prussiano’ para a questão da adaptação da estrutura agrária ao capitalismo no plano interno, no momento em que se esgotam as potencialidades das relações escravistas de trabalho. Nesse sentido, ambos os movimentos foram importantes degraus na lenta e ‘não-clássica’ marcha do Brasil para o capitalismo, deixando profundas marcas em nosso presente. (...) E quando isso ocorre de modo definitivo, com a Abolição e a República, as condições estavam preparadas para mais uma ‘revolução passiva’, a que leva à criação da república oligárquica”¹⁵.

Essa periodização é empregue pelo autor para balizar o que ele considera o principal problema verificável nos últimos textos escritos por Caio Prado, que inclusive estabelece uma espécie de recuo em relação às intuições perspicazes dos seus primeiros livros e diferencia a análise do historiador das conclusões de Gramsci para a Itália¹⁶. Trata-se da relutância em reconhecer a marcha progressiva da industrialização no pós 1930 como

¹⁴ Carlos Nelson Coutinho, “A imagem do Brasil na obra de Caio Prado Júnior”, p. 177.

¹⁵ Carlos Nelson Coutinho, obra citada, p. 178.

¹⁶ Sobre o tema, conferir especialmente o esforço sistematizador elaborado recentemente por Raimundo Santos, *Caio Prado Jr. na cultura política brasileira*, Rio de Janeiro, Mauad/FAPERJ, 2001.

um dado inerente ao capitalismo autoritário implantado no Brasil. Carlos Nelson Coutinho chega a declarar que “se o historiador paulista captou com acuidade o momento ‘conservador’ de nossos processos de transição, tendeu a minimizar e subestimar os elementos de ‘modernização’ que eles também trouxeram consigo”¹⁷. Ao contrário do militante italiano, que trabalhava com a possibilidade de um amálgama entre “revolução-restauração”, Caio Prado teria no livro *A revolução brasileira* menosprezado explicitamente os indícios de uma crescente industrialização em curso no país, resultado colateral da imbricação de um capitalismo peculiar com um conteúdo fortemente autoritário e centralizado na participação ativa do Estado. Tal procedimento seria, em última análise, responsável pela primazia do “atraso” na obra de Caio Prado, dando margem a uma afirmativa categórica:

“mesmo quando reconhece a ocorrência de fatos novos, o historiador paulista tende a tratá-los como ‘aparências’ que não alteram a ‘essência’ – ou quantidades que não mudam a qualidade – , como manifestações que, longe de implicarem a superação do passado, contribuem para acentuar seus traços mais perversos”¹⁸.

O exemplo cabal dessa incompreensão caiopradiana, ainda para Carlos Nelson Coutinho, seria a caracterização no Brasil contemporâneo de um “capitalismo burocrático”, principalmente a partir dos conturbados anos da década de 1960. A forma como aparece a utilização conceitual do Estado pelos interesses diversificados atribuídos aos estratos designados genericamente por burguesia brasileira, nos escritos finais de Caio Prado, impediriam a avaliação do exato papel assumido pelo aparelho estatal na industrialização

¹⁷ Carlos Nelson Coutinho, “A imagem do Brasil na obra de Caio Prado Júnior”, p. 179.

¹⁸ Carlos Nelson Coutinho, obra citada, p. 180.

do país. Pelo visto, confunde-se a “visão patrimonialista do Estado, que tem suas raízes em nosso passado e são expressões de nosso ‘atraso’”¹⁹, com o fato de que

“ao invés de representar um obstáculo para o desenvolvimento capitalista ‘saudável’ e de ser uma manifestação de nosso ‘atraso’, como supõe Caio Prado, a intervenção do Estado constitui elemento decisivo na acumulação de capital e, em particular, no processo de industrialização, constituindo assim um traço – e um traço substancial – de nossa ‘modernidade’”²⁰.

Segue-se então, como um desdobramento incondicional dessa interpretação do Brasil atada ao signo do “atraso”, a crítica anunciada anteriormente como fundamental: Caio Prado, ao examinar a sociedade brasileira contemporânea, não visualiza as mudanças significativas propiciadas por um desenvolvimento industrial sustentado pelo Estado e, por tabela, “cabe observar que essa visão ‘atrasada’ parece ser responsável pela insuficiente formulação da questão da democracia política nas análises do historiador paulista”²¹. O que teria até mesmo, em pleno debate acerca das formas de resistência à ditadura militar em 1966, fornecido argumentos para “alimentar a ideologia da ultra-esquerda no Brasil, a qual se baseava na falsa alternativa entre ‘socialismo já’ ou ‘ditadura fascista com estagnação econômica’”²².

Embora Carlos Nelson Coutinho admita que Caio Prado, no apêndice redigido em 1977 para *A revolução brasileira*, faça uma referência ao tema da democracia na contramão das proposições derivadas da III Internacional, ele encerra a exposição da contribuição do historiador articulando claramente a compulsão pelo “atraso” com a

¹⁹ Carlos Nelson Coutinho, “A imagem do Brasil na obra de Caio Prado Júnior”, p. 180.

²⁰ Carlos Nelson Coutinho, obra citada, p. 181.

²¹ Carlos Nelson Coutinho, obra citada, p. 182.

²² Idem, *ibidem*.

ausência de uma reflexão sobre o tema da democracia²³. Mais que isso, não desenvolver a temática teria redundado em uma paradoxal aproximação com as teses combatidas à exaustão em toda a sua trajetória de intelectual-militante.

“Ao limitar as metas atuais da ‘revolução brasileira’ à modificação das relações trabalhistas no campo e à ‘libertação nacional’ em face do imperialismo, Caio Prado pagou um tributo às concepções terceiro-internacionalistas da democracia, que minimizam os aspectos especificamente políticos dessa última em favor de seus pressupostos econômicos e sociais”²⁴.

E aqui vem à tona explicitamente o essencial das críticas dirigidas ao raciocínio desenvolvido por Caio Prado em seu livro: não levar em conta a importância da democracia para compreender os caminhos da “revolução brasileira”, o que tornaria evidente a ênfase desmedida nos aspectos econômicos em detrimento da análise específica das facetas inerentes ao campo político.

Na minha opinião, fica claro que a referência ao controverso tema da democracia não comparece aqui como um subterfúgio destinado a desqualificar os argumentos do historiador, até porque Carlos Nelson Coutinho termina o seu texto com a seguinte frase: “parece-me inegável que, sem a obra de Caio Prado, a interpretação marxista do Brasil seria hoje substancialmente mais pobre”²⁵. Penso que o objetivo é efetivamente destacar a relevância dessa questão para entender algumas lacunas na proposta caiopradiana. Prova

²³ Vale frisar que essa abordagem é veiculada por outros autores; por exemplo na seguinte nota de rodapé: “a interpretação é de Carlos Nelson Coutinho que lamenta a acentuação caiopradiana no tema do atraso, o que lhe impediria, inclusive, de entender depois a importância da questão democrática”, Raimundo Santos, “Feudalidade e prussianismo no pensamento agrário do PCB”, In Raimundo Santos (org.). *Questão agrária e política: autores pecebistas*, Seropédica, RJ, Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996, p. 23.

²⁴ Carlos Nelson Coutinho, “A imagem do Brasil na obra de Caio Prado Júnior”, p. 183.

²⁵ Idem, *ibidem*.

disso é a permanente dificuldade encontrada pela própria militância intelectual do PCB, como um todo, para caracterizar a natureza de uma revolução social que antes de qualquer coisa fosse irrestritamente democrática, isto é, que realmente mobilizasse a participação dos amplos contingentes de trabalhadores no campo e nas cidades. No entanto, deixo de lado esse difícil debate sobre o conteúdo do conceito de democracia e a atuação nem sempre democrática do partido para retornar aos objetivos primordiais desta Tese, isto é, a relação específica do tema com o problema da reforma agrária²⁶.

3.1 – O contraditório sobre *A revolução brasileira* de Caio Prado

Na direção apontada por Carlos Nelson Coutinho, mas com acentos bem distintos, vários autores enxergam no livro *A revolução brasileira* uma absoluta rejeição da própria tese da reforma agrária²⁷; além do reconhecimento da negação do programa nacional-democrático no moldes defendido pelo PCB e discutido por diversos agrupamentos de esquerda na virada dos anos cinquenta. Para aprofundar um pouco o embasamento original

²⁶ Para uma breve apresentação da utilização do termo democracia pela esquerda brasileira, ver João Quartim de Moraes, “O programa nacional-democrático: fundamentos e permanência”. In João Quartim de Moraes e Marcos Del Roio (orgs.). *História do marxismo no Brasil: visões do Brasil*, vol. IV, Campinas, Editora da Unicamp, 2000, especialmente pp. 153-156.

²⁷ João Quartim de Moraes, por exemplo, em uma nota, indica de modo contundente o que em muitos textos aparece mais sutilmente: “Caio Prado Jr., obviamente, não negava a importância das conquistas sociais dos trabalhadores. Ao contrário, enfatizou a importância da sindicalização dos proletários agrícolas. Negava: a) a reforma agrária e, conseqüentemente, b) o vínculo entre a luta pela terra e a luta pela democracia. A própria palavra ‘democracia’ está ausente de *A revolução brasileira*”, In João Quartim de Moraes, “O programa nacional-democrático: fundamentos e permanência”, p. 197.

dessa polêmica, cumpre apresentar os argumentos contestatórios desenvolvidos por Assis Tavares e que influenciaram tanto a análise de Carlos Nelson Coutinho quanto a intervenção de João Quartim de Moraes²⁸.

De início é inevitável mencionar que a interlocução de Assis Tavares com Caio Prado acontece em primeira mão. Na verdade as apreciações presentes no artigo de Tavares, publicado em março de 1967 na *Revista Civilização Brasileira*, podem ser encaradas como uma franca resposta às críticas formuladas ao programa do PCB em *A revolução brasileira*. E, neste caso, como uma resposta que traz a chancela do partido na figura do dirigente comunista escolhido para confrontar a fala do historiador. Mais precisamente num instante em que, conforme o dito popular, “a onça bebia água”, ou seja, no momento em que a perplexidade teria de ceder lugar ao “reexame crítico dos fatores que conduziram ao desastre de abril de 1964”²⁹. Portanto, é compreensível que logo de saída o texto assumira um tom moderado. Típico de quem reconhece no livro uma “advertência contra o desespero”, que para a direção pecebista marcaria a reação de amplos setores da esquerda pós-golpe. Por outro lado, o respeito ao talento com que Caio Prado convoca, continuamente, militantes e intelectuais para o exame da sociedade brasileira não anula as profundas divergências cimentadas pelo que Assis Tavares considera como: “um

²⁸ A admissão dessa influência primária acha-se em Carlos Nelson Coutinho, “A imagem do Brasil na obra de Caio Prado Júnior”, p. 182; e João Quartim de Moraes, “A evolução da consciência política dos marxistas brasileiros”, p. 98-99. Carlos Nelson Coutinho chama a atenção também para o fato de que Assis Tavares figurava um “pseudônimo sob o qual era então obrigado a se ocultar um importante dirigente comunista, Marco Antônio Coelho”.

²⁹ Assis Tavares, “Caio Prado e a teoria da revolução brasileira”. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, nº 11-12, dezembro de 1966/março de 1967, p. 48. O próprio Caio Prado escreve um artigo respondendo as críticas de Assis Tavares no número 14 da *Revista Civilização Brasileira*, conferir Caio Prado Júnior, *A revolução brasileira*, 7ª. ed., São Paulo, Editora Brasiliense, 1987, pp. 205-238.

erro imperdoável a negativa total de tudo o que várias gerações foram formulando, durante quase meio século” (grifo do autor)³⁰.

Por tudo isso não é à toa que o primeiro item do artigo recebe o título “Equívocos Básicos”. Nele Assis Tavares revela o núcleo dos erros que, no entendimento da militância pecebista, teriam sido cometidos por Caio Prado: “o método seguido parece a nós inteiramente equivocado, pois não se pode confundir o exame do processo revolucionário com o exame das idéias que os comunistas possam ter sobre ele”³¹. Em outras palavras, atribui-se ao historiador o mais grave dos pecados: desconsiderar em seu trabalho a própria História, principalmente a trajetória da luta sem trégua travada até aquele momento pelo PCB contra os donos do poder. Também não é acidental a associação entre o tratamento abstrato percebido na abordagem de Caio Prado e a incompreensão dos desafios para a consolidação da democracia, desafios colocados sobretudo pelas bruscas mudanças na conjuntura política nacional.

Observa-se assim o registro do início das imprecisões divisadas na obra do historiador paulista acerca do papel da democracia política na sociedade brasileira. A condenação de Caio Prado ao apoio concedido pelos comunistas à eleição de Kubitschek e Goulart, em 1955, exemplificaria o nível de abstração presente em uma análise indiferente às responsabilidades da esquerda diante dos dilemas da política. Porém, o escopo da crítica, que se refere ainda a uma certa proximidade ou distância em relação aos impasses da “política impura” (sic!), torna-se ainda mais claro em uma esclarecedora nota de rodapé.

³⁰ Assis Tavares, “Caio Prado e a teoria da revolução brasileira”, p. 49.

³¹ Assis Tavares, “Caio Prado e a teoria da revolução brasileira”, p. 50.

“Quando a classe operária e as grandes massas rurais estiverem firmemente unidas e organizadas, assim como as camadas médias urbanas, tais problemas não terão a menor importância, pois aí uma ‘musa mais alta se levanta’. O diabo é que ainda estamos longe disso e para se chegar até esse ponto é necessário correr por caminhos tortuosos e bem diferentes dos nossos desejos”³².

Desse modo, Caio Prado seria responsável por avaliações ilusórias, assentadas sobre uma base subjetiva e pouco referida ao movimento concreto da história. A análise realizada para o governo Goulart, por exemplo, traduziria inequivocamente “a falsidade da crítica abstrata e idealista de CPI”. Sobram adjetivos e recorre-se inclusive a formação da multifacetada aliança antifascista, durante a segunda guerra mundial, para “remarcar que nenhuma situação política pode ser enfocada unilateral e abstratamente”³³.

Esses indícios revelariam a perplexidade do historiador diante do inesperado da “política impura”, que exigiria do militante comunista a escolha de “caminhos tortuosos e bem diferentes dos seus desejos” para não sucumbir ao autoritarismo e propor às massas o melhor atalho para retornar à via democrática. Por conseguinte, Caio Prado “quase nada acrescentou aos estudos sobre as causas que têm levado as correntes progressistas, no Brasil, a cometer erros graves, de que é maior exemplo a derrota de abril de 1964”³⁴. Mesmo porque, ainda de acordo com Assis Tavares, destaca-se no livro a aversão do historiador à discussão sobre a natureza da revolução (democrático-burguesa, socialista, etc.), o que impede a definição do caráter das transformações a serem efetivadas no Brasil. Essa recusa em procurar definir claramente a natureza das transformações seria um sério problema de *A revolução brasileira* e não teria semelhança com nenhuma experiência

³² Assis Tavares, “Caio Prado e a teoria da revolução brasileira”, p. 52.

³³ Assis Tavares, obra citada, p. 53.

³⁴ Assis Tavares, obra citada, p. 54.

revolucionária passada. Para Tavares o exemplo da Revolução Cubana, utilizada por Caio Prado, indica exatamente, ao contrário do que disse o historiador, a urgência desse debate no curso da disputa política pelas transformações sociais. Portanto, não se pode fugir ao tema alegando que tal definição conceitual não passa de uma “especulação abstrata” e desnecessária porque acaba reforçando alguns pontos de vista fundados em pressuposições.

Sobre a controvérsia acerca do feudalismo no Brasil, um ponto básico para as críticas elaboradas pelo historiador, Assis Tavares menciona o prefácio escrito por Hobsbawm para o livro *Formações econômicas pré-capitalistas*, de Karl Marx, na intenção de afirmar que a discussão é polêmica inclusive entre os estudiosos especialistas no tema. Esquivando-se da defesa explícita dos restos feudais, Tavares acaba questionando o esforço de Caio Prado quando este “apresenta o Brasil como um país capitalista desde a abolição da escravatura”³⁵. Ele recorre as conclusões de Alberto Passos Guimarães para dizer que com o fim da escravidão “o sistema de propriedade e suas formas de exploração passam por um período de evolução, que se caracteriza pela coexistência de relações capitalistas e pré-capitalistas de produção”³⁶. Enfatiza ainda que Caio Prado prioriza em sua análise as atividades vinculadas ao comércio em detrimento daquelas pertencentes a esfera da produção das mercadorias. E, por último, reconhece que, apesar de pouco referenciadas no marxismo genuíno, as críticas estimularam a discussão sobre temas importantes, com especial destaque para o efetivo papel dos trabalhadores rurais assalariados e o crescimento da sua capacidade organizativa.

“A verdade é que se notava, durante o governo Goulart, uma limitação da luta dos lavradores pela posse da terra ou por melhores condições de

³⁵ Assis Tavares, “Caio Prado e a teoria da revolução brasileira”, p. 57.

³⁶ Idem, *ibidem*.

arrendamento. Contrastando com isso, destacou-se bastante a mobilização dos assalariados agrícolas em torno da aplicação das leis trabalhistas no campo (salário mínimo, férias, descanso semanal remunerado, etc.)³⁷.

Na seqüência, Assis Tavares preocupa-se em desmontar os argumentos contra o enfoque teórico e a prática política do PCB reproduzidos em *A revolução brasileira*. Para isso ele desenvolve, um a um, assuntos que podem ser agrupados em torno de dois núcleos temáticos: a relevância da burguesia nacional para o projeto revolucionário brasileiro e a tese “inédita”, explicitada no livro, sobre a atuação de um setor da burguesia representante de um suposto “capitalismo burocrático”.

No entanto, a “divergência frontal com o que o historiador apresenta como Programa da Revolução”³⁸ relaciona-se com a controvertida abordagem das estratégias de luta para o campo brasileiro. A prioridade concedida no livro as demandas por “melhorias das condições de vida dos assalariados, num nível de estrita aplicação de leis trabalhistas”³⁹, está muito distante das exigências para o êxito revolucionário de uma alteração “de qualidade na agricultura, desde que não se volta para atingir o cerne do que é arcaico na estrutura agrária, ou seja, o monopólio pré-capitalista da terra” (grifos do autor)⁴⁰.

Para Assis Tavares há ainda no texto de 1966 um esquecimento capital de três segmentos sociais importantes para o debate da revolução brasileira: o proletariado urbano, as camadas médias e a intelectualidade. Nada justificaria a ausência de uma abordagem da

³⁷ Assis Tavares, “Caio Prado e a teoria da revolução brasileira”, p. 58.

³⁸ Assis Tavares, obra citada, p. 75.

³⁹ Assis Tavares, obra citada, p. 76.

⁴⁰ Idem, *ibidem*.

participação destes atores sociais no contexto político da década de sessenta, afora a ênfase excessiva nas potencialidades revolucionárias dos trabalhadores rurais assalariados.

“A apreciação de CPJ sobre a classe operária urbana é superficial e mais em função da luta dos assalariados agrícolas. Esta insuficiência é inaceitável porque objeções têm sido levantadas ao papel e às perspectivas do movimento operário. Dentro das fileiras progressistas renasce (como, agora, em meios estudantis) a tese de que o papel de vanguarda revolucionária só pode caber aos trabalhadores rurais”⁴¹.

A réplica do dirigente comunista se encerra com a indicação que Caio Prado “não deu a devida importância à questão da luta pela democracia no Brasil”⁴². Tema que acabará transpassando um amplo leque de interpretações críticas sobre a contribuição do autor de *A revolução brasileira*, conforme tive a oportunidade de destacar neste capítulo.

Todavia, não é possível concluir a apresentação de algumas questões suscitadas em torno do problema da reforma agrária pelo livro de Caio Prado sem focalizar a interlocução do seu crítico mais perspicaz. Refiro-me aqui ao artigo em que Ruy Fausto reflete a sua leitura da polêmica intervenção do historiador paulista, escrito em agosto de 1967⁴³.

De início, é determinante assinalar que Ruy Fausto exercita sua apreciação nas duas direções até agora explicitadas: discorre sobre os limites defrontados pelo próprio Caio Prado e situa a limitada possibilidade de superação do autor pela ortodoxia pecebista. Se, com efeito, a leitura do historiador padece de um certo “economismo”, apontado anteriormente tanto por Assis Tavares quanto por Carlos Nelson Coutinho, também é fato que os seus críticos não conseguiram assegurar a credibilidade do projeto político da

⁴¹ Assis Tavares, “Caio Prado e a teoria da revolução brasileira”, p. 77.

⁴² Assis Tavares, obra citada, p. 79.

⁴³ Ruy Fausto, “A Revolução Brasileira’ de Caio Prado Jr.”. *Teoria e Prática*, São Paulo, nº 2, outubro de 1967, pp. 8-23.

revolução democrático-burguesa, que enxergava na aliança estratégica dos trabalhadores no campo e nas cidades com a indistinta burguesia nacional a sua pedra de toque. Para contestar as fragilidades presentes na interpretação caiopradiana, relacionadas com a complicada elaboração de um conceito de “capitalismo burocrático” e com a análise das contradições vivenciadas pela burguesia, não basta enumerar “os exemplos históricos de divergência entre a burguesia industrial e o imperialismo”⁴⁴, como acaba procedendo Assis Tavares. Nas palavras precisas de Ruy Fausto,

“o radicalismo das análises econômicas de Caio se anula pelas indefinições e pelo economismo de sua linha política. A crítica dessas indefinições e desse economismo pela posição oficial não conduz a nenhum progresso porque a política oficial nos remete aquém da economia de Caio. Por uma razão ou por outra – por uma análise política e econômica incorreta (ortodoxia) ou pela recusa em tirar conseqüências políticas de uma análise parcialmente justa (Caio) não se dá combate na prática a burguesia nacional. Por uma via ou por outra – por uma concepção economista da política (Caio) ou por uma recusa do economismo mas a serviço da política das alianças (ortodoxia), – se perde a alternativa de um caminho revolucionário”⁴⁵.

Para Ruy Fausto esse enredo está delineado desde as primeiras páginas de *A revolução brasileira*. Em que pese o investimento em pautar a importância da articulação da teoria com os fatos, confrontando para isso o que considera um roteiro teórico esquemático e decorrente das injunções da III Internacional, Caio Prado não consegue transcender a prática política do PCB baseada em apriorismos. A distinção dos sentidos possíveis para a palavra revolução revela uma metodologia de análise que acaba separando

⁴⁴ Ruy Fausto, “‘A Revolução Brasileira’ de Caio Prado Jr.”, p. 14.

⁴⁵ Ruy Fausto, obra citada, p. 22.

os objetivos imediatos (luta pela melhoria das condições de vida e trabalho) dos objetivos mediatos (a conquista do socialismo).

Mas a questão essencial para entender a centralidade da efetiva aplicação de uma legislação trabalhista para o campo, enquanto objetivo imediato e prioritário de *A revolução brasileira*, conjuga-se com a original “idéia da diversidade do processo histórico brasileiro em relação aos outros países, sobretudo às nações capitalistas avançadas”⁴⁶. Ruy Fausto destaca a importância nesta diversidade da “maneira pela qual se ordenam” e mesmo coexistem nos países ditos subdesenvolvidos as “formas modernas com as formas arcaicas”. Caio Prado não teria “dado a essas formas a devida importância no plano econômico e, com certeza, não as valorizou suficientemente do ponto de vista político”⁴⁷. Pensar as relações sociais que se reproduzem na periferia da grande exploração agropecuária simplesmente como subsidiárias ou secundárias, sem procurar estudá-las mais de perto, compromete a compreensão dessa simultaneidade entre atividade agrícola capitalista e atividade marginal à lógica da modernização. Não que a tarefa seja fácil! Pois, “trata-se antes de mais nada de saber em que medida são válidas as afirmações tendentes a estabelecer uma superioridade quantitativa dos assalariados sobre os não-assalariados entre os trabalhadores rurais brasileiros”⁴⁸. Sabe-se que os dados para uma tal projeção são insuficientes à época em que escreve Caio Prado. Contudo, Ruy Fausto levanta ainda outro ponto problemático e pouco discutido: “em que medida e sob que condições se pode considerar o pagamento em espécie como salário?”⁴⁹.

⁴⁶ Ruy Fausto, “A Revolução Brasileira’ de Caio Prado Jr.”, p. 13.

⁴⁷ Ruy Fausto, obra citada, p. 15.

⁴⁸ Idem, ibidem.

⁴⁹ Ruy Fausto, “A Revolução Brasileira’ de Caio Prado Jr.”, p. 16.

Ademais dos obstáculos descritos acima importa especialmente a dimensão política que a presença dos trabalhadores rurais assalariados ganha no Programa da Revolução Brasileira. Coerente com o seu estudo, que apresenta as várias formas de remuneração em espécie como hegemônicas no campo, o historiador praticamente renuncia ao exame da luta pela terra travada por posseiros e demais trabalhadores do meio agrário. Tendo concluído que a contradição principal das relações sociais no campo localiza-se no embate protagonizado pelos trabalhadores rurais assalariados ou semiassalariados, que reivindicam melhores condições de trabalho diretamente com o centro dinâmico da agricultura nacional, Caio Prado não atenta para a diversidade do confronto e dos interesses que mobilizam os rurais. Também aqui Ruy Fausto intervém com exatidão.

“O conflito na periferia é conflito da periferia com o estrutural. E como a própria existência do periférico depende da natureza da estrutura (é o subdesenvolvimento que torna possível a existência de áreas marginais e ele não é uma carência (uma negação absoluta) do sistema mais um predicado essencial que o define) a exterioridade da periferia não é absoluta: a periferia ao sistema é periferia do sistema. E as contradições ‘externas’ da estrutura são de alguma forma contradições interiores a ela” (grifo do autor)⁵⁰.

Mesmo reconhecendo no livro um certo registro da luta pela terra no período que antecede o golpe militar em 1964, o fundamental é que estas referências à trajetória das mobilizações sociais pouco acrescenta para a elaboração teórica de Caio Prado. O que leva Ruy Fausto a asseverar: “o nexu simplista que se estabeleceu entre o econômico e o político trai uma visão economista da política”⁵¹. Entretanto, há que ressaltar sempre que

⁵⁰ Ruy Fausto, “‘A Revolução Brasileira’ de Caio Prado Jr.”, pp. 16-17.

⁵¹ Ruy Fausto, obra citada, p. 17.

“áreas de importância econômica reduzida podem desempenhar um papel político decisivo”⁵², elemento que teria passado despercebido na reflexão caiopradiana.

“A organização da massa camponesa no período imediatamente anterior a 64 começou em áreas em que as relações não são de natureza salarial. As ligas camponesas surgiram a partir da organização dos trabalhadores do Engenho da Galiléia, setor em que, no entender do próprio autor, inexistiam relações salariais. Não só a organização camponesa começou em áreas ‘marginais’, como foi a luta em tais setores que alimentou a violenta mobilização dos trabalhadores rurais no período anterior ao golpe, pelo menos até 1963”⁵³.

Ruy Fausto não tem dúvidas sobre o significado político da mobilização no campo liderada pelas Ligas Camponesas. Tudo indica que parte das ressalvas presentes no texto de Caio Prado acerca da atuação das Ligas se deve “ao problema do papel da violência que nos remete a discussão sobre a importância da luta dos posseiros e foreiros”⁵⁴. Mesmo reconhecendo que a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, recrudescer a luta reivindicatória dos assalariados rurais, Ruy Fausto sintetiza com clareza a questão central:

“o problema não se coloca assim em termos da falsa alternativa – luta dos assalariados ou dos posseiros e foreiros: o que se impõem, nos dois casos, é uma perspectiva de organização e politização das massas rurais que não faça da luta econômica e da não-violência um limite intransponível”⁵⁵.

⁵² Idem, *ibidem*.

⁵³ Ruy Fausto, “‘A Revolução Brasileira’ de Caio Prado Jr.”, p. 18.

⁵⁴ Idem, *ibidem*.

⁵⁵ Ruy Fausto, “‘A Revolução Brasileira’ de Caio Prado Jr.”, p. 20.

E o debate da legitimidade da violência política dos movimentos sociais para a efetivação das mudanças almejadas está ausente da apresentação do programa da revolução brasileira de Caio Prado. A própria indefinição quanto aos aliados principais dos trabalhadores na luta contra o imperialismo, especialmente qual a participação específica da chamada “burguesia nacional”, demarca essa permanente “descontinuidade entre o econômico e o político”, apontada por muitos no discutido livro do historiador paulista.

3.2 – O PCB e a reforma agrária radical no pré-64

“O nosso Partido ainda não se voltou resolutamente para o campo. É grande a resistência em ir ao campo, em trabalhar diretamente com as grandes massas camponesas, em atuar entre todas as camadas camponesas no próprio local onde trabalham e vivem. Os quadros enviados ao campo nem sempre são os mais indicados. Muitos quadros operários enviados para trabalhar entre os camponeses acabam adquirindo uma mentalidade camponesa, porque não têm compreensão marxista do trabalho do campo”⁵⁶.

O extrato acima integra um dos habituais Informes apresentados nos Congressos do PCB. Neste caso, o militante Oto Santos exorta o partido em seu IV Congresso, realizado em 1954. Vale a pena analisar este documento mais detidamente na tentativa de

⁵⁶ Oto Santos, “O Programa do Partido, a questão agrária, a organização e a luta dos camponeses”, In Raimundo Santos (org.). *Questão agrária e política: autores pecebistas*, Seropédica, Rio de Janeiro, Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996, p. 51.

compreender o contexto da afirmação que indica a adesão dos “quadros operários” que atuam no campo a algo equivalente a uma indefinida “mentalidade camponesa”.

De início, ao mesmo tempo em que realiza um rápido e esquemático diagnóstico sobre a questão agrária no Brasil, Oto Santos destaca que “os camponeses só podem ser ganhos para o lado do proletariado se o Partido tem um programa agrário radical”⁵⁷. A radicalidade deste programa está ainda arraigada na “extinção dos restos feudais e escravistas”. Porém, a pretexto de romper com o sectarismo supostamente resultante da orientação política estabelecida pelo Manifesto de Agosto, é interessante observar o esforço na redação do Informe para incorporar setores antes execrados pelo PCB como alvo da sua linha programática.

“O Programa do Partido corresponde, assim, aos anseios e aos interesses da totalidade da massa camponesa. Consubstanciando as reivindicações fundamentais dos milhões de camponeses pobres, médios e ricos, o Programa estabelece e demarca uma amplíssima linha de frente única no campo, excluindo apenas a minoria de latifundiários”⁵⁸.

Não existe no Informe uma definição exata da diferença à época entre os latifundiários e os camponeses ricos. Oto Santos limita-se a afirmar que os latifundiários são aqueles que possuem mais de 500 hectares, cerca de “3% do número total dos proprietários de terra e 0,7% da população ativa no campo”⁵⁹. Já os camponeses pobres, médios e ricos estão inseridos na categoria genérica dos que possuem menos que 500 hectares. Contudo, percebe-se claramente no texto a preocupação efetiva em “ganhar ou

⁵⁷ Oto Santos, “O Programa do Partido, a questão agrária, a organização e a luta dos camponeses”, p. 43.

⁵⁸ Oto Santos, obra citada, p. 45.

⁵⁹ Oto Santos, obra citada, p. 44.

neutralizar os camponeses ricos no processo da revolução brasileira”⁶⁰. O que constitui uma mudança expressiva na condução da atuação do partido. Embora se mantenham os pressupostos teóricos da aliança operário-camponesa, torna-se evidente o redirecionamento da articulação visando construir a famigerada frente única integrando as “forças democráticas, patrióticas e progressistas”⁶¹.

No Informe verifica-se também uma recapitulação das lutas sociais no campo desde o final dos anos quarenta, sobretudo daquelas em que o PCB teve participação ativa como Fernandópolis, Canápolis, Santo Anastácio e Porecatu. Destaca-se ainda a realização das duas Conferências Nacionais de Trabalhadores Agrícolas e Camponeses, ocorridas em 1953 e 1954, e os desdobramentos desta II Conferência com a criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB). Oto Santos relata tais confrontos políticos e encontros organizativos, que contaram com a experiência de trabalho dos militantes pecebistas das cidades, para defender em seu informe que “só é possível mobilizar e organizar as massas atrasadas e dispersas de assalariados agrícolas e camponeses recorrendo à ajuda direta das organizações da classe operária” (grifos meus)⁶².

Dando ênfase a necessidade de afastar definitivamente as tendências identificadas como sectárias no trabalho partidário junto aos rurais – tipificadas pelo autor como: substituição das massas pela vanguarda, desprezo pela “utilização de todas as formas de luta” associada à priorização “das formas de luta mais elevadas [luta armada]”, opção pelas reivindicações particulares “das camadas mais pobres do campo” e, por último, “subestimação da importância dos camponeses como aliados fundamentais do

⁶⁰ Oto Santos, “O Programa do Partido, a questão agrária, a organização e a luta dos camponeses”, p. 45.

⁶¹ Oto Santos, obra citada, p. 43.

⁶² Oto Santos, “O Programa do Partido, a questão agrária, a organização e a luta dos camponeses”, p. 48.

proletariado”⁶³ –, Oto Santos pauta essa nova fase da relação do PCB com o campo sem conseguir livrar-se do intransigente olhar que descortina nos trabalhadores rurais os detentores de uma vaga “mentalidade camponesa”.

Longe de alcançar uma unanimidade enquanto diretriz para a atuação do partido, as teses sustentadas pelo Informe de Oto Santos foram contestadas com vigor no âmbito da “Tribuna de Debates” que antecedeu a realização do V Congresso do PCB, ocorrido em agosto de 1960. Nestor Vera, por exemplo, publica na Tribuna, em junho de 1960, um artigo intitulado “O papel dos camponeses na revolução”⁶⁴, confrontando o argumento que retira dos trabalhadores no campo a posição de principal aliado para a causa revolucionária.

“Refiro-me aqui à questão camponesa como a questão do aliado fundamental do proletariado na revolução, que passou a ser colocada em segundo plano, passando para o primeiro a burguesia, como está evidente já na ‘Declaração Política’, aprovada em março de 1958”⁶⁵.

Num misto de exaltação acrítica ao movimento comunista internacional marxista-leninista e mea-culpa pelo que o autor denomina como “posições de direita no campo”, Nestor Vera assume abertamente a defesa de uma reforma agrária radical e imediata. Ressurge assim a tese de que o “atraso” das relações sociais no campo justifica um conjunto de medidas profundas para eliminar o monopólio da terra do cenário rural. A

⁶³ Oto Santos, “O Programa do Partido, a questão agrária, a organização e a luta dos camponeses”, pp. 50-51.

⁶⁴ Nestor Vera, “O papel dos camponeses na revolução”, In Raimundo Santos (org.). *Questão agrária e política: autores pecebistas*, Seropédica, Rio de Janeiro, Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996, pp. 55-66.

⁶⁵ Nestor Vera, “O papel dos camponeses na revolução”, p. 57. A importância da Declaração Política de Março de 1958 é analisada por Maria Isabel Leme Faleiros, *Percursos e percalços do PCB no campo (1922-1964)*, São Paulo, Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, 1989.

simples comparação da situação depreciativa do campo em relação ao desenvolvimento social atingido pelas cidades justificaria uma atuação bem mais decisiva do partido.

“As necessidades do Brasil exigem o quanto antes uma reforma agrária radical. Se o movimento camponês está atrasado, o que é uma verdade, devemos reconhecer que esse atraso não é totalmente por culpa dos camponeses, e sim, em primeiro lugar, por culpa de nosso Partido que vem subestimando profundamente o trabalho no campo. (...) Na prática estamos nos omitindo de mostrar ao camponês e de ajudá-lo a lutar contra o latifúndio e o imperialismo, amainando dessa maneira a luta de classes no campo, para não assustar os latifundiários e ganhar uma parte deles para a frente única antiimperialista, o que constitui um grave erro de nossa parte”⁶⁶.

Para contrapor-se ao raciocínio que responsabiliza o partido pelo abandono das lutas sociais no campo e combater a defesa da reforma agrária radical no interior do PCB, Alberto Passos Guimarães escreve um artigo divulgando a sua contribuição para a “Tribuna de Debates” do V Congresso. Nele o autor procura recuperar as mudanças nas diretrizes programáticas definidas pela Declaração de Março de 58 para a atuação partidária no meio rural destacando “que a opressão imperialista sobre a nação é mais forte do que a opressão feudal”⁶⁷. Essa constatação da subordinação econômica aos interesses imperialistas leva Alberto Passos Guimarães a observar as diferenças na composição social do campo brasileiro em relação à configuração destas relações na Rússia estudada por Lênin.

⁶⁶ Nestor Vera, “O papel dos camponeses na revolução”, p. 65.

⁶⁷ Alberto Passos Guimarães, “As três frentes da luta de classes no campo brasileiro”, In Raimundo Santos (org.). *Questão agrária e política: autores pecebistas*, Seropédica, Rio de Janeiro, Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996, pp. 75-92.

“Precisamente por isso, não existem no Brasil atual apenas duas, mas três formas essenciais da luta de classes: 1º a luta de todo o campesinato contra as várias modalidades de opressão e da espoliação imperialista; 2º a luta do campesinato contra as sobrevivências do pré-capitalismo e contra os latifundiários; e 3º a luta dos assalariados e semi-assalariados rurais contra os patrões, grandes proprietários de terra”⁶⁸.

No momento em que a análise se afasta do diagnóstico que concebe a sociedade brasileira como “semicolonial e semifeudal” e passa a destacar a dependência diante dos países imperialistas como o principal obstáculo para a continuidade da modernização capitalista no Brasil, ganha fôlego a proposição de que “ao menos em determinadas condições a forma pacífica é mais vantajosa e mais eficaz, do ponto de vista da prática revolucionária, que a forma violenta”⁶⁹. A eficácia da via pacífica para as transformações revolucionárias no campo é exemplificada a partir da “luta vitoriosa dos posseiros pela validação de títulos de propriedade”⁷⁰.

Alberto Passos Guimarães contesta o discurso que sairia vitorioso, um ano após a publicação de seu artigo, do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil⁷¹, realizado em novembro de 1961 na cidade de Belo Horizonte. O chamado Congresso Camponês aprova a defesa da reforma agrária radical “na lei ou na marra, com flores ou com sangue”, contra a qual Guimarães sinaliza com a perspectiva do caminho pacífico, recorrendo justamente ao atraso do movimento camponês mencionado por Nestor Vera para apontar os limites da mobilização no campo na década de sessenta.

⁶⁸ Alberto Passos Guimarães, “As três frentes da luta de classes no campo brasileiro”, p. 78.

⁶⁹ Alberto Passos Guimarães, obra citada, p. 83.

⁷⁰ Alberto Passos Guimarães, obra citada, p. 81.

⁷¹ Sobre o tema conferir a coletânea organizada por Luiz Flávio Carvalho Costa, *O Congresso Nacional Camponês: trabalhadores rurais no processo político brasileiro*, Rio de Janeiro, Editora Universidade Rural/Sociedade do Livro, 1994.

“Em virtude dessa situação específica, as ‘Teses’ estabelecem que se deve ‘atribuir uma atenção primordial aos assalariados e semiassalariados agrícolas’, os quais, também pelo fato de se acharem menos dispersos e mais concentrados do que em geral a massa camponesa, ‘são mais suscetíveis de organizar-se’ e ‘podem constituir as bases iniciais para a mobilização das massas camponesas’⁷².”

Nas Teses apresentadas para o V Congresso do PCB de 1960 os assalariados agrícolas e suas associações representativas são vistos como indispensáveis para a formação de uma “aliança operário-camponesa”. Tal postura decorre de uma avaliação que teria revelado “o erro grosseiro de nossa antiga linha ‘esquerdista’, ao pretender por meios artificiais uma imaginária ‘revolução’ no campo, com a imposição de práticas aventureiras e desesperadas, completamente desligadas da realidade”⁷³. Mesmo assim, Alberto Passos continua a discordar

“da convicção do companheiro Caio Prado Jr., de que os assalariados estão em absoluta superioridade no campo e de que as formas assalariadas já estão predominando de modo incontestável em todos os setores da produção agrícola”⁷⁴.

Para comprovar o suposto engano do historiador paulista, Alberto Passos examina o Censo de 1950 buscando demonstrar que “a prudência nos aconselha a não exagerar o caráter capitalista de nossa mão-de-obra rural”⁷⁵, sobretudo porque não é possível menosprezar a participação dos trabalhadores rurais vinculados ao que ele nomeia como relações de trabalho “pré-capitalistas” no campo.

⁷² Alberto Passos Guimarães, “As três frentes da luta de classes no campo brasileiro”, p. 85.

⁷³ Idem, *ibidem*.

⁷⁴ Alberto Passos Guimarães, “As três frentes da luta de classes no campo brasileiro”, p. 86.

⁷⁵ Alberto Passos Guimarães, obra citada, p. 87.

De qualquer forma, é interessante registrar uma certa aproximação entre algumas conclusões a que chega um dos principais teóricos da tese do feudalismo no Brasil com as posições de Caio Prado durante a década de sessenta. De fato, o PCB começa a considerar seriamente o papel dos trabalhadores rurais assalariados no exato momento em que Caio Prado se volta quase que totalmente à urgência da aplicação efetiva da regulamentação do mundo do trabalho no campo. Outra curiosa proximidade entre o discurso programático do partido e o seu mais inexorável crítico aparece nas entrelinhas de uma análise de Alberto Passos sobre o desenvolvimento das relações sociais no campo brasileiro.

“Dir-se-á que essas transformações, muitas das quais não tiveram cunho revolucionário, mas cunho reformista, resultaram numa piora da situação da massa dos camponeses, o que é uma verdade. Mas só os idealistas, os economistas românticos e os populistas podem ignorar que a penetração do capitalismo no campo, principalmente pela via do reformismo, da conciliação com o feudalismo, cria mercado interno à custa da miséria da população rural trabalhadora. Os marxistas não podem ignorar esse imperativo histórico”⁷⁶.

⁷⁶ Alberto Passos Guimarães, “As três frentes da luta de classes no campo brasileiro”, p. 91.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O reconhecimento do Brasil elaborado por Caio Prado Júnior desde o seu primeiro livro, publicado ainda em 1933, revela um país dependente da produção de gêneros agrícolas para o mercado externo. Tal descoberta provoca no intelectual-militante do PCB uma sensação de profundo desconforto. Afinal desde *Agrarismo e industrialismo*, ensaio original publicado em 1926 por Octávio Brandão, há quem aponte com insistência os caminhos a serem trilhados para a superação das precárias condições de vida e trabalho no campo brasileiro, provocadas sobretudo pelos males do monopólio da terra em consonância com uma política que exclui a participação da população nas decisões relevantes para o destino da vida nacional.

Na tentativa de alterar drasticamente essa situação é que se concebe a organização do partido comunista do Brasil em 1922, que de saída parecia sugerir as possibilidades e a proximidade da transformação radical da exploração dos trabalhadores rurais. Todavia, contra o projeto revolucionário conspiram os limites de um diagnóstico por demais esquemático e a projeção de uma revolução importada sem mediações significativas pela III Internacional Comunista, revelando uma crônica incapacidade em efetivar a necessária leitura das relações sociais locais marcadas por um peculiar e atemporal escravismo. De modo que o compromisso dos comunistas brasileiros esbarra na força de um Estado

autoritário e disposto a tudo para manter o controle da propriedade da terra como um negócio para poucos.

Diante desse cenário político bastante adverso resta aos militantes do PCB descobrir como atuar em um território imenso e povoado a partir da dispersão e do isolamento, que restringem as formas de sociabilidade tidas como básicas para estimular a organização política entre os trabalhadores da terra. Indagação que desafia o conjunto dos intelectuais do partido a buscar na investigação da sociedade nacional os elementos chaves para definir o programa adequado para a revolução brasileira. Dentre esses estudiosos encontra-se Caio Prado, considerado por muitos como um dos grandes intérpretes da História local.

Num primeiro momento a resposta para o problema fundiário brasileiro aparenta estar na ponta da língua: reforma agrária. Tudo indica que a distribuição das terras concentradas nas mãos de alguns pelos que diariamente nela trabalham é a solução mais justa. Contudo, a alternativa concreta à retórica fácil das diretrizes e programas partidários exige uma compreensão da chamada “mentalidade camponesa” que a militância pecebista está longe de possuir. Nada mais cômodo então do que falar do permanente atraso. Atraso de uma economia subordinada à lógica imperialista das nações hegemônicas e exportadora das mercadorias produzidas pelo agronegócio. Atraso de uma terra dominada pelos donos do poder no campo e nas cidades, que lá se revezam em quarteladas sem convite para os setores populares. Atraso de um país sem povo ou de um Brasil com trinta e mais milhões de “bichos”, distante de tudo e de todos mas sobretudo longe da redentora civilização.

Mas se a reforma agrária não é viável, se a simples tentativa de promover uma política de distribuição das terras ociosas acaba aglutinando forças hostis à democracia,

que se organizam para combater a audácia distributivista em nome do progresso. Porque não experimentar levar a modernização para o campo via aplicação de uma legislação trabalhista regulamentadora dos direitos sociais dos trabalhadores assalariados sem terra?

Aqui entra em cena novamente o historiador Caio Prado Júnior, analista da conjuntura política como poucos. No afã de melhorar as condições materiais dos homens no campo ele trabalha com várias possibilidades, inclusive com a denúncia cabal de que a contradição central existente no meio rural brasileiro é a ausência de uma regulamentação do trabalho e não os impedimentos à posse da terra. Seus estudos detalhados da sociedade brasileira desde os tempos coloniais asseguram que é necessário investir em todas as direções, especialmente no sentido de corrigir os erros propiciados pela limitada análise veiculada por seu próprio partido político.

Porém, é preciso assinalar que nesse despojado esforço implementado por Caio Prado também há limites importantes. Não estou me referindo a difusa noção de democracia identificada por muitos nos textos do autor ou a propalada dificuldade em reconhecer o desenvolvimento industrial do Brasil pós-1930. Penso que tais registros são polêmicos e devem ser colocados dentro do contexto de disputa marcado pela aceitação dos termos igualmente difusos da suposta eficácia da “política impura”. Refiro-me na verdade ao problemático distanciamento entre o entendimento inovador da economia brasileira e o campo da política onde se movimentam os sujeitos sociais, presente em larga medida no controvertido livro *A revolução brasileira*.

De fato, soa razoável afirmar que o exame das mobilizações e confrontos dos trabalhadores rurais na década de sessenta realizado pelo historiador é no mínimo insatisfatório. Preocupado corretamente em caracterizar o exagero das palavras de ordem

que preconizavam a imediata reforma agrária radical, o autor deixa escapar a singularidade daquela intervenção política dos rurais. Mais uma mostra da disposição dos homens do campo raramente compreendida pelo olhar dos militantes comunistas. Ao cabo Caio Prado realmente não percebe que a materialidade da superação das misérias dos trabalhadores rurais pode se dar através da única forma em que a História comparece como testemunha: a violência legítima das lutas sociais pela justiça e igualdade de oportunidades.

BIBLIOGRAFIA CITADA E CONSULTADA

ARANTES, Paulo Eduardo. Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos (memórias)*, 2ª. ed., São Paulo, Alfa-Omega, 1978.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. *O movimento operário na Primeira República*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*, Lisboa, Difel/Bertrand do Brasil, 1989.

BRANDÃO, Octávio, *Cadernetas manuscritas*. In Arquivo Edgard Leuenroth. *Cadernetas manuscritas do acervo Octávio Brandão*, Campinas, Pc 333-336, P 100.

BRUNO, Regina e CARVALHO, Abdias Vilar de, "Entrevista: José Gomes da Silva". *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, nº 6, julho de 1996, pp. 37-48.

CÂNDIDO, Antonio, "O significado de Raízes do Brasil". In Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*, 21ª. ed., Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*, 3ª. ed., São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*, 2ª. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci, "A questão racial". In Maria Ângela D'Incao (org.). *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*, São Paulo, Brasiliense/Editora Unesp, 1989, pp. 347-353.

CAVALCANTE, Berenice. *Certezas e ilusões: os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro/EDUFF, 1986.

CHAVES, Christine de Alencar. *A marcha nacional dos sem-terra: um estudo sobre a fabricação do social*, Rio de Janeiro, Relume Dumará/UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política, 2000.

COSTA, Emília Viotti da, "A revolução burguesa no Brasil". *Revista Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, nº 4, 1978, pp. 176-185.

COSTA, Luiz Flávio Carvalho. *O Congresso Nacional Camponês: trabalhadores rurais no processo político brasileiro*, Rio de Janeiro, Editora Universidade Rural/Sociedade do Livro, 1994.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas*, Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990,

DULLES, John W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*, 2ª. ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977.

FALEIROS, Maria Isabel Leme. *Percurso e percalços do PCB no campo (1922-1964)*, São Paulo, Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, 1989.

FALEIROS, Maria Isabel Leme, “Uma visita necessária”. In D’INCAO, Maria Ângela (org.). *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*, São Paulo, Brasiliense/Editora Unesp, 1989, pp. 143-151.

FAUSTO, Ruy, “‘A Revolução Brasileira’ de Caio Prado Jr.”. *Teoria e Prática*, São Paulo, nº 2, outubro de 1967, pp. 8-23.

FERREIRA, Pedro Roberto. *O conceito de revolução da esquerda brasileira 1920-1946*, Londrina, Editora da UEL, 1999.

GARCIA, Marco Aurélio, “Contribuições para uma história da esquerda brasileira”. In MORAES, Reginaldo, ANTUNES, Ricardo e FERRANTE, Vera B. (orgs.). *Inteligência brasileira*, São Paulo, Brasiliense, 1986.

GARCIA, Marco Aurélio Garcia, “Um ajuste de contas com a tradição”. In D’INCAO, Maria Ângela (org.). *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*, São Paulo, Brasiliense/Editora Unesp, 1989, pp. 271-278.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*, São Paulo, Vértice/Iuperj, 1988.

GORENDER, Jacob, “Do pecado original ao desastre de 1964”. In D’INCAO, Maria Ângela (org.). *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*, São Paulo, Brasiliense/Editora Unesp, 1989, pp. 259-269.

GUERRA NETO, Abílio da Silva. *O homem primitivo: origem e conformação no universo cultural brasileiro (séculos XIX e XX)*, Campinas, Dissertação de Mestrado em História da Unicamp, 1990.

GUIMARÃES, Alberto Passos, “As três frentes da luta de classes no campo brasileiro”. In SANTOS, Raimundo (org.). *Questão agrária e política: autores pecebistas*, Seropédica, Rio de Janeiro, Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996, pp. 75-92.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, 1ª. ed., Rio de Janeiro, Objetiva, 2001.

KONDER, Leandro, “A façanha de uma estréia”. In D’INCAO, Maria Ângela (org.). *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*, São Paulo, Brasiliense/Editora Unesp, 1989, pp. 133-140.

LAMBERT, Jacques. *Os dois brasis*, 2ª. ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1967.

LEÃO, Igor Zanoni Carneiro. *A matriz teórica de Caio Prado Júnior: a nação inconclusa*, Campinas, Tese de Doutorado do Instituto de Economia da Unicamp, 1994.

LÊNIN, Vladimir Ilitch, “Esboço inicial das teses sobre a questão agrária para o II Congresso da Internacional Comunista”. In *Programa Agrário II*, Belo Horizonte, Aldeia Global Editora, 1979.

LIMA, Heitor Ferreira. *Caminhos percorridos: memórias de militância*, São Paulo, Brasiliense, 1982.

LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1981.

LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil*, Rio de Janeiro, Campus, 1999.

MAYER, Fritz. (pseudônimo de Octávio Brandão). *Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil*, Buenos Aires, s. ed., 1926.

MONTEIRO, John, “A dimensão histórica do latifúndio”. In D’INCAO, Maria Ângela (org.). *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*, São Paulo, Brasiliense/Editora Unesp, 1989, pp. 153-161.

MORAES, João Quartim de, “A evolução da consciência política dos marxistas brasileiros”. In MORAES, João Quartim de (org.). *História do marxismo no Brasil: os influxos teóricos*, vol. II, Campinas, Editora da Unicamp, 1995.

MORAES, João Quartim de, “A influência do leninismo de Stalin no comunismo brasileiro”. In REIS FILHO, Daniel Aarão e outros. *História do marxismo no Brasil: o impacto das revoluções*, vol. I, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

MORAES, João Quartim de, “O programa nacional-democrático: fundamentos e permanência”. In MORAES, João Quartim de e ROIO, Marcos Del (orgs.). *História do marxismo no Brasil: visões do Brasil*, vol. IV, Campinas, Editora da Unicamp, 2000.

PACHECO, Eliezer. *O partido comunista brasileiro (1922-1964)*, São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1984.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará/Fundação Roberto Marinho, 1995.

PEREIRA, Astrojildo. *Formação do PCB: 1922/1928, notas e documentos*, Rio de Janeiro, Editorial Vitória, 1962.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser, "De volta ao capital mercantil". In D'INCAO, Maria Ângela (org.). *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*, São Paulo, Brasiliense/Editora Unesp, 1989, pp. 279-297.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil 1922-1935*, 2ª. ed., São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

PRADO Jr., Caio. *A questão agrária no Brasil*, 4ª. ed., São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.

PRADO Jr., Caio. *A revolução brasileira*, 7ª. ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.

PRADO Jr., Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*, 8ª. ed., São Paulo, Editora Brasiliense, 1972

PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*, 11ª ed., São Paulo, Editora Brasiliense, 1971.

PRADO Jr., Caio, "Problemas de povoamento e a divisão da propriedade rural". In PRADO Jr., Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*, 8ª. ed., São Paulo, Editora Brasiliense, 1972.

PUREZA, José. *Memória camponesa*, Rio de Janeiro, Editora Marco Zero, 1982.

RÊGO, Rubem Murilo Leão, "Capitalismo, reforma agrária e cidadania", In D'INCAO, Maria Ângela (org.). *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*, São Paulo, Brasiliense/Editora Unesp, 1989, pp. 197-205.

RÊGO, Rubem Murilo Leão. *O sentimento do Brasil: Caio Prado Júnior – continuidades e mudanças no desenvolvimento da sociedade brasileira*, São Paulo, Tese de Doutorado de Sociologia da USP, 1995.

“Resolução sobre a questão camponesa no Brasil”. In SANTOS, Raimundo (org.). *Questão agrária e política: autores pecebistas*, Seropédica, Rio de Janeiro, Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996, pp. 39-42.

RICUPERO, Bernardo. *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*, São Paulo, Departamento de Ciência Política da USP/Fapesp/Ed. 34, 2000.

SANCHES, Luiz Elias. *Lyndolpho Silva: trajetória de um militante*, Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado do CPDA/UFRRJ, 2000.

SANTOS, Oto, “O Programa do Partido, a questão agrária, a organização e a luta dos camponeses”. In SANTOS, Raimundo (org.). *Questão agrária e política: autores pecebistas*, Seropédica, Rio de Janeiro, Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996, pp. 43-54.

SANTOS, Raimundo. *Caio Prado Jr. na cultura política brasileira*, Rio de Janeiro, Mauad/FAPERJ, 2001.

SANTOS, Raimundo e COSTA, Luiz Flávio Carvalho, “Camponeses e política no pré-64”. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, nº 8, abril de 1997, pp. 83-117.

SANTOS, Raimundo, “Feudalidade e prussianismo no pensamento agrário do PCB”. In SANTOS, Raimundo (org.). *Questão agrária e política: autores pecebistas*, Seropédica, RJ, Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996.

SANTOS, Raimundo (org.). *Questão agrária e política: autores pecebistas*, Seropédica, Rio de Janeiro, Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996.

SILVA, Angelo José da, “Agrarismo e industrialismo: uma primeira tentativa marxista de interpretação do Brasil”. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, nº 8, 1997.

SILVA, Luiz Rogério Oliveira da, “Luta pela terra em São José da Boa Morte: o conflito social como pretexto para o estudo das representações autoritárias”. *Pós-história: revista de pós-graduação em história*, Assis, Editora da Unesp, v. 3, 1995, pp. 195-213.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do fim do século*, São Paulo, Editora da Unesp, 1999.

TAVARES, Assis, “Caio Prado e a teoria da revolução brasileira”. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, nº 11-12, dezembro de 1966/março de 1967, pp. 48-80.

“Tese sobre a questão agrária”. In III Internacional Comunista. *Manifestos, teses e resoluções do 2º. Congresso, volume 2*, São Paulo, Brasil Debates Editora, 1989.

TOLENTINO, Célia Aparecida Ferreira. *Revisão agrária paulista: a proposta de modernização do campo do Governo Carvalho Pinto – 1960*, Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado do CPDA/UFRRJ, 1990.

VEIGA, José Eli da, “Herança de Caio Prado Jr.”. In *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 04 de novembro de 2000, p. B2.

VERA, Nestor, “O papel dos camponeses na revolução”. In SANTOS, Raimundo (org.). *Questão agrária e política: autores pecebistas*, Seropédica, Rio de Janeiro, Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996, pp. 55-66.

VINHAS, Moisés. *O Partidão: a luta por um partido de massas 1922-1974*, São Paulo, Hucitec, 1982.

WAACK, William. *Camaradas: nos arquivos de Moscou a história secreta da revolução de 1935*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993.